

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

TELES, Maria Amélia de Almeida.
Maria Amélia de Almeida Teles
(depoimento, 2015). Rio de Janeiro,
CPDOC/Fundação Getulio Vargas
(FGV), (5h 13min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Maria Amélia de Almeida Teles
(depoimento, 2015)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Luciana Quillet Heymann;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 28/04/2015

Duração: 5h 13min

Arquivo digital - áudio: 6; Arquivo digital - vídeo: 6; MiniDV: 6;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: Anistia Internacional; Anistia política; Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Direitos humanos; Diretas já (1984); Feminismo; Golpe de 1964; Guerrilha rural; Literatura; Militância política; Minas Gerais; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Pedagogia; Poder judiciário; Repressão política; São Paulo; Tortura;

Sumário

Entrevista: 28.04.2015 Arquivo 1: Homenagem a Inês Etienne Romeu falecida em 27 de abril de 2015; nascimento em Contagem (MG), em 1944; trabalho do pai como ferroviário; mudança para Santos (SP); presença de muitos comunistas em Santos; trabalho do pai em Belo Horizonte; vínculo com uma linha operária camponesa; formação política prática; ingresso no PCdoB; trabalho na Companhia Siderúrgica Mannesmann, em Belo Horizonte; prisão do pai após o golpe de 1964, que ficou desaparecido por seis meses; foi presa junto com a sua irmã, Criméia; frequentava as filas no Quartel do Exército, da Polícia e no Dops, em busca de informação sobre seu pai; prisão e interrogatório, juntamente com sua irmã; utilização da prática de tortura no momento pós-golpe de 1964; notícia de que seu pai estava preso no Dops; encontrou seu pai na Penitenciária de Neves, muito machucado em função da tortura; foi indiciada juntamente com sua irmã; passaram para a clandestinidade; o processo judicial que respondeu começou na Justiça Comum e depois passou para a Justiça Militar, em função do AI-2; ingresso no PCdoB e projeto de preparar a guerrilha rural; trabalhou na imprensa do partido; mudou-se para o Rio de Janeiro; mudou-se para São Paulo; foi presa em 1972; participação de Criméia na Guerrilha do Araguaia; ausência de processo judicial dos envolvidas na Guerrilha do Araguaia; processada por participação na imprensa do PCdoB; importância de Carlos Nicolau Danielli; foi torturada juntamente com seu marido, com sua irmã, que estava grávida, e com o Danielli, que faleceu em decorrência da tortura; ficou inicialmente no DOI-CODI e depois foi levada para o Dops; o DOI-CODI era comandado por Carlos Alberto Brilhante Ustra; ficaram seis meses incomunicáveis no Dops; Rosa Cardoso e Virgílio Lopes Eney atuaram como seus advogados; o bispo Dom Cândido Padim informou que eles estavam presos; denunciou as torturas que sofreu na audiência na Auditoria Militar; paradeiro dos filhos, Janaína e Edson, enquanto ficaram presos. Arquivo 2: Os filhos ficaram em um centro de tortura clandestino enquanto ela e o marido estavam presos; Ustra mandava os filhos frequentemente para o DOI-CODI; os filhos ficaram em poder do Ustra enquanto estavam presos; os filhos foram enviados para a casa de um parente do César, Edelton Machado, em Belo Horizonte; Virgílio Lopes localizou Criméia e o seu filho recém-nascido; luta na justiça para que Criméia tivesse a guarda dos filhos, que estavam em Belo Horizonte; saiu da prisão em 1973; César cumpriu quase cinco anos de prisão, quando saiu em liberdade condicional; ficou presa com 23 mulheres; ficou presa no DOI-CODI, no DOPS, no presídio do Hipódromo e depois na Casa de Detenção; pouca comunicação com a família enquanto ficou presa; recebia cartas lindas de Criméia; importância das cartas; reencontro com os filhos quando saiu da prisão; poesia “Dói gostar dos outros” escrita pela filha

Janaína, quando ia visitar o pai na prisão; considerações sobre o padre Renzo Rossi; denúncias na Itália, sobre a ditadura brasileira; início do vínculo com a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; contato com Marcelo Santa Cruz, irmão de Fernando Santa Cruz, desaparecido político; feminismo e a situação dos desaparecidos políticos são as suas duas lutas; participação no jornal pela anistia Brasil Mulher; luta feminista e luta pela anistia; apresentação de documento pela anistia em um congresso da OAB em São Paulo; advogados que apoiaram a leitura do documento; Movimento Feminista pela Anistia; debate sobre reparação; luta pelo esclarecimento e responsabilidade pelas mortes; denúncia de torturadores; documento apelidado de “Bagulhão”, elaborado por presos políticos de São Paulo denunciando tortura e relacionando nome de presos políticos mortos; mulheres que ensinaram a linguagem política da denúncia; relação com o Poder Judiciário; situação dos desaparecidos após a edição da Lei de anistia; articulação com movimentos pelos desaparecidos na América Latina; trabalho do Conadep; luta por verdade e justiça; luta pelos mortos e desaparecidos ficou diluída em outros movimentos e lutas; conceito de desaparecido político; elaboração de lista de desaparecidos políticos; questionamento sobre o paradeiro dos desaparecidos continua valendo; trabalho da equipe de Antropologia forense da Argentina. Arquivo 3: Ausência de atestado de óbito dos mortos e desaparecidos; crítica à declaração de ausência presente na Lei de anistia; familiares dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia entram na justiça em 1982; solicitação de habeas data dos desaparecidos; solicitações à Constituinte: reconhecimento da tortura como crime imprescritível e o habeas data; questionamento sobre o paradeiro dos desaparecidos durante as Diretas Já!; abertura da Vala de Perus; apoio de Luiza Erundina; criação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; criação da CPI da Vala de Perus e elaboração de uma cadeia de comando; produção de atestado de óbito quando o encontravam documento no IML sobre o desaparecido, com laudo necroscópico; registro da expressão “prejudicado” nos laudos de pessoas que sofreram tortura; decisão da juíza Solange Salgado sobre os desaparecidos do Araguaia, reconhecendo como procedente a demanda dos familiares: 22 famílias que pedem a restituição de 25 corpos; relação dos familiares com presidentes da República e ministros de Estado; Relatório da Marinha sobre a Guerrilha do Araguaia; visitas dos familiares à região do Araguaia; declaração de Pierre Sané, secretário geral da Anistia Internacional, sobre a questão dos desaparecidos; declarações de Angela Harkavy, irmã de Pedro Alexandrino, e de Marcelo Paiva, filho de Rubens Paiva, cobrando pelo paradeiro dos seus familiares desaparecidos; elaboração da Lei nº 9.140, publicada em 1995, que reconhece os nomes de 136 desaparecidos, não prevê investigação; reuniões entre os familiares de desaparecidos e o José Gregori, então secretário de Direitos Humanos;

demanda por investigação; crítica ao período presente na Lei nº 9.140, de 1961 a 1979; crítica ao atestado de óbito decorrente da Lei nº 9.140; continuidade da luta por atestado de óbito dos mortos e desaparecidos; demanda dos familiares de desaparecidos junto à Defensoria Pública, para retificação de atestado de óbito; demanda pela criação de uma comissão da verdade; condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); debate sobre a criação de uma comissão da verdade na Conferência Nacional de Direitos Humanos, em 2008; debate em torno da atualização do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH); debate em torno dos princípios memória, verdade e justiça e sua presença no PNDH; ausência do termo “justiça” no texto do PNDH-3; julgamento da ADPF 153, no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2010. Arquivo 4: Iniciativa da família Teles de entrar com uma ação cível na Justiça Comum contra Brilhante Ustra demandando sua responsabilização pela tortura que sofreram; desejo de responsabilização criminal do Ustra pelo assassinato de Danielli, após a edição da Lei de anistia; manifestação de ex-presos políticos contra nomeação do “capitão Ubirajara” para trabalhar na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo; opção por uma ação declaratória de que Brilhante Ustra era torturador; argumentos apresentados por Brilhante Ustra em oposição à ação cível movida contra ele; não concessão de anistia à Janaína e Edson Teles; debate sobre o caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ); ação movida na Justiça contra Brilhante Ustra pela família de Luis Eduardo Merlino, por conta da sua morte em 1971; ações movidas na Justiça buscando responsabilizar a União por mortes e desaparecimentos; trabalho do Ministério Público Federal apresentando denúncia contra acusados de responsabilidade por mortes e desaparecimentos; decisão do STF sobre a ADPF 153, em 2010; decisão da CIDH contra o Estado brasileiro, em 2010; anistia concedida a Criméia no final dos anos 2000; importância de divulgar mais a sentença da CIDH; crítica ao período de 1946 a 1988, presente na lei que criou a Comissão Nacional da Verdade; demanda dos familiares para discutir sobre o projeto da Comissão Nacional da Verdade. Arquivo 5: Representantes do Estado brasileiro na ação movida por familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia na CIDH; avaliação sobre o trabalho da CNV; avaliação sobre a estrutura do Relatório Final da CNV; depoimento de Paulo Malhães; importância do Relatório Final da CNV como instrumento de ação política; necessidade de mais discussão pública sobre o conteúdo do Relatório Final da CNV; necessidade de uma pedagogia da memória; necessidade de políticas públicas de preservação de espaços de memória; avaliação sobre a presença do princípio da reconciliação nacional na lei que criou a CNV; recomendações presentes no Relatório Final da CNV; comentários sobre o trabalho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; ampliação do benefício da anistia; anistia concedida a Crimeia; atuação na Comissão da Verdade de São

Paulo, criada em 2012; arquivo produzido pela Comissão da Verdade de São Paulo; temas investigados e trabalhados pela Comissão da Verdade de São Paulo: desaparecidos, gênero crianças, entre outros; elaboração do livro “Infância roubada: crianças atingidas pela Ditadura no Brasil”; construção da verdade coletiva e pedagógica; publicações da Comissão da Verdade de São Paulo; discussão sobre a ideia de verdade; criação da Comissão da Verdade e da Democracia em São Paulo. Arquivo 6: Discussão sobre continuidades e rupturas entre o período ditatorial e democrático; discussão sobre violações de direitos humanos na história do Brasil; publicação do livro “Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil 1975-1980”, em 2013, em co-autoria com Rosalina Santa Cruz; livro sobre os jornais Brasil Mulher e Nós, Mulheres, publicações feministas da época da ditadura; atuação do movimento feminista na época da ditadura; luta feminista e pela anistia política na década de 1970; expulsão do PCdoB; agenda feminista atual no Brasil; sua luta atual continua a mesma: feminismo e desaparecidos políticos.

Entrevista: 28/04/2015

A.S. – Rio de Janeiro, 28 de abril de 2015, primeira entrevista com Maria Amélia Teles, Amelinha Teles, a cargo das pesquisadoras Luciana Heymann e Angela Moreira, para o CPDOC da Fundação Getulio Vargas. Amelinha, em primeiro lugar, eu gostaria muito de agradecer sua gentileza em vir conversar conosco e conceder essa entrevista e eu gostaria de saber se você não quer começar fazendo a sua homenagem.

M.T. – Bom, eu queria fazer essa homenagem a Inês Etienne, não é? Vai ser enterrada hoje, aqui em Niterói, que de nascimento é uma mineira – eu também sou mineira –, e a gente se conheceu em Belo Horizonte. Eu conheci a Inês Etienne. Eu fui até aluna de um tio, acho que é tio dela. O João é tio, que era professor de história. Um professor bem rigoroso. Eu me lembro dele. E a Inês era uma pessoa, uma mulher, assim, muito... Ela era muito interessante. Ela não passava sem você perceber, não. Você percebia a Inês, você sentia a Inês e eu... Ela era um pouquinho mais velha que eu, portanto, já tinha aquela distância... Qualquer ano, naquela época, fazia diferença. Porque eu já estava em uma turma mais adiantada, mas ela era... Mas eu sempre acompanhei, porque eu sempre fui ligada na política e a Inês também. Sempre fui ligada na política. Aquela argumentação, achava que ela estava bem, que ela era muito elaborada, muito intelectualizada. Eu até ficava distante dela. Eu sou, sempre fui muito mais tímida e tudo. Ficava ali admirando a Inês e até que a gente se aproximou por conta da política, pelo nosso gosto da política de esquerda. Nós éramos de esquerda, embora a gente fosse de orientações políticas completamente divergentes. Eu venho de uma orientação política marxista stalinista, que é o Partido Comunista e ela já vinha da [inaudível], que era uma organização conhecida como trotskista. Mas é interessante que nós éramos para ser inimigas e nunca fomos. Nós fomos muito amigas. A gente se gostava muito. A gente sempre esteve junto ali, naquele período, que era o período da nossa juventude e ela abriu um bar. Falavam lá e eu até nunca perguntei à Inês como é que ela abriu aquele bar, mas o bar em Belo Horizonte foi um sucesso. Botcheco. Foi um sucesso.

L.H. – Chamava Tcheco?

M.T. – Botcheco. [risos]

L.H. – Muito bom o nome.

M.T. – Era um bar que ficava na região central. Naquela época, o centro... Frequentavam estudantes, esquerda, intelectual. Eu era até mais distante desse bar,

porque eu já trabalhava em metalúrgica, mas eu dava um jeito. Algumas vezes eu passava lá nesse bar. Esse bar era...

L.H. – Isso o que? Começo dos anos 1960?

M.T – É. Esse bar era muito... Foi pouquinho antes da ditadura. Isso aí me falaram, porque eu nunca conversei com a Inês sobre o Botcheco. Nunca. Eu a via lá. Ela, o outro era o Carlos Alberto, que é desaparecido político. Eles eram do mesmo grupo. O Carlos Alberto Freitas Soares era do mesmo grupo da Inês. Mas a gente ia lá porque você encontrava todo mundo, tinha notícia das coisas e tal, depois eu ia embora. Eu nem ficava lá bebendo, conversando, não, porque não dava muito tempo. Meu tempo era, sempre foi... Eu sempre fui tudo, assim, muito corridinho. Mas eu admirava muito a Inês e nós nos separamos na clandestinidade. Ficamos muito anos eu para um lado, ela para o outro. Nós duas nos enveredamos ali para o movimento guerrilheiro. Ela na área urbana, eu já fui apoiar a área rural por conta das orientações partidárias e, quando eu fui novamente presa, aí eu tenho notícia da Inês. Aí quando [inaudível] minha prisão tenho notícia da Inês e fico sabendo que ela está em... Fico sabendo só os pedaços da história dela. Vou saber fragmentadamente, até que a gente se encontra depois, em liberdade. Eu ainda estive muitas vezes aqui no Rio, porque ela ficou aqui, me parece, no Talavera Bruce, aqui em Bangu, e os pais dela vinham. Eu me encontrava com eles aqui. Mas eu não fui visitá-la. Eu não sei se eles acharam que eu não devia. Porque eu fui presa, fiquei um ano e depois era ex-presa, não é? Então, você sendo ex-presa, você é muito estigmatizada também. Todo mundo acha que é perigoso, então eu sei que eu não fui visitá-la, não. Mas depois eu encontrei com ela em São Paulo, porque ela foi morar em São Paulo, aí a gente voltou à nossa convivência. Eu nunca perguntei para ela, mas acho que ela estudava era economia, depois ela virou historiadora. E ela, a Inês, a minha homenagem a ela, é que hoje, quando você fala em verdade, a primeira a trazer a verdade à tona foi a Inês. Ela antecipou a Comissão da Verdade. E sem a informação dela, dificilmente o nosso trabalho ia para a frente. Foi a Inês que abriu esse trabalho da Comissão da Verdade. Eu acho assim: o relatório, todas os relatórios de todas as comissões deviam começar com a Inês. Porque ela escreve para a OAB e para... Enfim, ela denuncia o que aconteceu em 1971. Aqui no Brasil e presa em 1971, 1972, não me lembro. Eu sei que é logo no começo, logo quando ela fica oficialmente presa. Porque primeiro ela é sequestrada, fica na Casa da Morte em Petrópolis e tal. Eu acho que ela era estrategista, ela era aquela mulher observadora. Você vê que ela passou uma

situação que ela tinha certeza que ia morrer. Ela tinha certeza que ia morrer. Ela não ia sobreviver. De todas as mulheres sobreviventes, talvez ela que passou... Eu não digo, assim... É difícil você ficar medindo quem sofreu mais, quem foi mais submetida a tudo aquilo, toda aquela truculência, mas eu acho que a Inês foi uma das mais. E ela é capaz de recompor tudo aquilo, não é? Vai escrevendo, vai recompondo. A Inês, a inteligência dela serviu para ela ser uma estrategista de sobrevivência, de... Ela enganou os caras do DOI-CODI, aqueles caras do CIE, o Centro de Informação do Exército. Olha, a Inês era demais, era demais. Então ela devia ser... Para mim ela é a antecipadora da Comissão da Verdade no Brasil. Ela que antecipa, porque ela traz. Acho que a homenagem a ela devia ser acompanhada de um gesto mais contundente por parte do Estado brasileiro, de investigar os crimes que ela denuncia. São todos crimes de lesão à humanidade, são crimes imprescritíveis, então a Inês merecia isso. É uma questão de justiça à história e a ela. Porque ela é uma mulher poderosa, uma bandeira. E, ninguém fala isso, mas a Inês... Eu nunca mais consegui conversar, aprofundar uma conversa com a Inês depois do acidente. Para mim, foi um atentado em 2003 lá em São Paulo, que ela sofreu dentro de casa. Ali fala disso. Mas a partir dali, aquilo ali foi uma... Eu acho que foi uma tentativa de matá-la por causa das denúncias que ela faz. E ela ainda vai viver mais esse tempo todo, para mostrar a garra dela. Uma mulher forte. Uma mulher muito forte.

A.S. – Bom, Amelinha, você mencionou que vocês duas... Você mineira, ela também era mineira. Você pode contar para a gente um pouco como foi a sua infância? Quando você nasceu, sua cidade...

M.T. – Minha infância é assim: eu nasci em Contagem, que é Minas Gerais. É uma cidade que, na época, era a 18km de Belo Horizonte. Agora já não sei mais, porque tudo muda, tudo vai crescendo.

L.H. – Deve ter juntado já.

M.T. - Ou juntou... Sempre foi junto, na verdade, mas agora não sei como é que é. Mas, naquela época, falava assim. Eu nasci em 1944, dia 6 de outubro de 1944, nessa cidade. Meu pai era ferroviário e ele resolveu ser estivador em Santos. Então, eu com quatro meses de idade, fui mudada, digamos assim. Me levaram para Santos, para a cidade de Santos, em São Paulo, no litoral. No porto de Santos ele foi trabalhar. Então, eu passei um pedaço da minha infância em Santos. E eu acho que em Santos, por incrível que pareça, eu era uma criança, um bebê, aprendi a andar ali, correr ali, e ali que eu aprendi política também. Porque meu pai era estivador, era do sindicato. Ali havia muita luta

política. Depois que eu vou tomar um pouquinho mais de consciência, todo mundo falava que Santos era a Moscou brasileira, a cidade vermelha. Ali tinha muito comunista. Então Santos teve uma história... Bem antes de 1964, é lógico. Teve uma época que ficou ruim de trabalho, aí meu pai voltou para Minas, voltou para ser ferroviário.

A.S. – Em Contagem mesmo?

M.T. – Não, ele nunca foi ferroviário em Contagem, porque Contagem ainda tinha trem. Contagem era um fim de linha. Quer dizer, o trem, para chegar lá, 18km, ele fazia quase em três horas, para você ter uma ideia. Às vezes você ficava o dia inteiro no trem para ir de Belo Horizonte a Contagem. Tanto é que, muitas vezes, a gente saía a pé de Contagem, ia para uma outra estação, porque lá você pegava um trem, você chegava em 20 minutos, 30 minutos em Belo Horizonte. Era um fim de linha. Lá não tinha como trabalhar. Meu pai sempre trabalhou em Belo Horizonte. É interessante também. O fato de eu ser de Contagem e ter vivido ali também, eu tenho uma... Quando eu fui militante contra a ditadura, eu tinha aquele discurso pronto, digamos assim, de que a unidade operária camponesa. Eu carregava ela no meu sangue, porque ali era operário camponês. Contagem era, na época, o maior parque industrial do estado de Minas. E, por outro lado, também tinha muitos latifúndios, muita terra improdutiva e muita gente do campo trabalhando. Então, muita gente trabalhava no campo, tirava um dia da semana e ia, carregava o cesto para levar o produto para vender nas feiras de Belo Horizonte. Então, foi o seguinte: linha operária camponesa é tudo, é minha vida, é minha história.

L.H. – Fazia sentido prático.

M.T. – Não, concreto. Eu estou vendo ali. Então tinha os operários conversando, tinha os camponeses conversando, levando seus produtos agrícolas para a cidade e eu ali, naquele meio. Então, eu vi ali aquela coisa, eu cresci assim, nessa... Minha formação política é muito prática, é muito vivenciada nesse cotidiano da vida do povo. E aí, quando chegou um determinado momento, teve uma moça, que eu nem... Eu sei que ela foi para Cuba, mas nunca mais tive notícia dela. Áurea, se chamava Áurea. E ela me chamou para ser do Partido Comunista. É engraçado que, antes disso, eu vim aqui no Rio e tinha um rapaz que falou comigo que do jeito que eu era politizada... Não usava esse termo politizada, mas... “Do jeito que você gosta de política, você devia entrar para o Partido Comunista, porque lá você aprende mais.” Um rapaz aqui, que depois até, um

dia, eu vi ele em uma revista, na capa da revista. Não sei se quando puseram fogo aqui na UNE e tudo ele estava lá. E ele se chamava Filósofo. [risos] Quer dizer, ele não tinha nome. Filósofo. Aí, esse Filósofo, quando essa Áurea me procurava... A Áurea já me conhecia lá de Belo Horizonte. Quando ela me procurou, ela disse que o Filósofo é que tinha falado para ela me procurar e chamar para ir para o partido.

L.H. – E a Áurea você conhecia de onde? De colégio?

M.T. – Escola. Ela estudava na mesma escola que eu. Ela era mais velha, mas ela era também liderança, ia na frente reclamar das coisas. Então já me chamava atenção. Eu gosto de gente assim. Às vezes eu nem faço isso, mas eu acho legal quem faz. E aí ela me chamava atenção. Ela falou: “Ah, você tem que entrar e tal.” Aí eu fui com ela para o partido. Tinha escola mesmo no partido, sabe? De ensinar economia, política, história, filosofia, sei lá mais o que. Economia, que [inaudível], essas coisas. Então eu fui.

L.H. – E você estava no secundário ainda?

M.T. – É, no secundário. E aí, depois, eu vi que tinha divisão entre os grupos, que eu não entendia bem, mas eu vi que tinha. Aí o pessoal dividiu e me chamou para ir para o PCdoB, que era o partidão, depois tinha o PCdoB. Aí eu fui para o PCdoB. Aí para o PCdoB eu fui. Ainda era legalidade. Legalidade, assim, Partido Comunista não era legal, mas era como se fosse, porque tinha uma sede com a porta aberta. Você entrava. Sempre entrei nas duas sedes. Uma ficava na Rua dos Carijós. Você entrava lá, via, fazia reunião, perguntava: “Fulano passou aqui?” “Não.” Era o Partido Comunista, mas não era legal. E o outro era na Olegário Maciel, o PCdoB. Também fui lá, fiz reuniões e tudo. Aí, nesse meio tempo, veio o golpe. Quando veio o golpe... É interessante que, logo quando eu fiz 17 para 18 anos, eu vi que tinha um concurso para Mannesmann. Mannesmann era uma companhia... Dizem que hoje mudou o nome, não é? Não existe mais hoje. Companhia Siderúrgica Mannesmann. Era o único... Mas dizem que ela continua fazendo a mesma coisa, essa outra empresa, que eles mudaram o nome.

L.H. – Tubos sem costura.

M.T. – Tubos sem costura. Tubos de aço sem costura. Você já ouviu falar também, não é?

L.H. – Meu pai trabalhava na Mannesmann.

M.T. – Lá em Belo Horizonte?

L.H. – Em São Paulo. Um tempinho em Belo Horizonte também.

M.T. – É lá no Barreiro. Lá no Barreiro de Baixo. Eu trabalhava lá, no Barreiro de Baixo. E a Mannesmann, ela tinha um ônibus. Você pegava o ônibus. Ao invés de descer para ir para a minha casa, eu descia para ir lá para o Centro. E lá você encontrava muitos comunistas, muita gente de esquerda. Ou comunista, ou de esquerda. Eu sempre passava lá, porque eu passava no Botcheco, essas coisas. Isso antes do golpe. Aí logo que deu o golpe, pronto. Mudou minha vida muito radicalmente. Eu acho que mudou a vida de todo mundo. Eu tenho essa impressão. Porque meu pai foi logo preso.

A.S. – Seu pai era militante político?

M.T. – Preso, desaparecido. Meu pai era assim: meu pai foi comunista, mas ele era mais... Meu pai era mais anarco-comunista. Todos os grupos de esquerda faziam reunião na minha casa. De A a Z. Nunca foi... Precisa de um lugar para fazer reunião? “Ah, eu preciso fazer uma reunião mais reservada.” “Então vai lá em casa.” Ele fazia até agenda. Minha casa parecia essa Fundação aqui. Não desse tamanho. Era desse tamanhozinho, mas segunda-feira vai ser o grupo tal, terça o tal. Pode todo mundo.

A.S. – Tinha que marcar na agenda.

M.T. – Tinha que combinar lá para não encontrar um grupo com o outro, porque nem tinha espaço para se fazer reunião. Até tinha gente falando: “Nossa, isso aí é um perigo. Esse povo vai ser preso...” Porque tinha ameaça da prisão e tinha até a prisão no governo João Goulart mesmo. Às vezes tinha. Eu me lembro que, às vezes, você protestava, alguma coisa assim, eles vinham e prendiam. O Exército já vinha fazendo levantamento das pessoas chamadas subversivas, de esquerda, antes do golpe de 1964. O meu pai mesmo já era chamado. Ele era chamado para ir no quartel, aí ele contava para a gente que ia lá no quartel, eles perguntavam para ele. Ele falou: “Não, eu não sou contra o governo.” Que era o governo João Goulart. Ele não era contra. “Mas eu quero mais. Eu quero que faça a reforma.” Ele falava lá no quartel, no depoimento dele. Isso aí deve ter até em algum lugar. Agora que eu estou pensando. Porque não é possível, ele dava um depoimento, escrevia lá o nome dele, assinava e tal. E quando foi no golpe, aí eles pegaram. Aí pegaram para torturar. Pegaram muita gente. Ele ficou desaparecido durante seis meses. Foi até agosto de 1964. Outubro de 1964 que nós encontramos ele. Encontramos, assim, por acaso também. Nós procuramos... E nós fomos presas, eu e a Criméia, minha irmã.

L.H. – Nesse momento, no começo?

M.T. – É, nesse momento, mas, assim, ele foi preso, o golpe foi... Aqui fala primeiro de abril, lá 31 de março, que o golpe começou em Minas Gerais. Lá foi antes, eles prenderam as pessoas antes. Não sei como é que foi aqui, mas lá eles prenderam. Quer dizer, 31 de março deu aquela confusão toda, você via falar, não sei o que, você ia procurar as pessoas e não achava. Você ia procurar as pessoas e não achava. Você não achava ninguém. E o povo na rua falando: “Ah, está tendo uma revolução, vai ter uma revolução.” E aí, quando foi no primeiro, sei lá, primeiro, dois, três, um dia, assim, de abril, no comecinho, meu pai foi sequestrado no trabalho. Ele não voltou para casa. E nós voltamos lá no trabalho dele no dia seguinte para saber o que aconteceu, todo mundo tinha medo. As pessoas não explicavam direito. Falavam tudo, assim, mais ou menos. Mas nós entendemos, não é? As pessoas falavam pela metade. Mineiro já fala difícil. [riso] Já tem uma fala difícil, ainda mais quando há repressão. Então a gente entendeu. E começamos a procurar. Nós íamos em tudo quanto é quartel. Você sabe que tinha filas no quartel, gente, assim... Hoje tem esses shows, rock, que o pessoal faz aquela fila enorme. Tinha lá no quartel. No quartel do Exército, quartel da polícia, quartel não sei de onde, do DOPS. Todo mundo fazendo fila para procurar informação. Mas a gente tinha que dar, inclusive, a carteira de identidade bem antes de chegar lá no portão. Sua carteira de identidade, vinha um soldado aqui armado, pegava sua carteira de identidade, levava lá. E a gente ia muito nessas filas. Nós frequentamos essas filas na medida do possível. Eu, por exemplo, ia sábado e domingo, porque eu não podia faltar o trabalho. Sábado e domingo eu estou lá na fila para ver se tem notícia. Um dia eles sequestraram a gente, eu e minha irmã. Levaram lá para o quartel do [] Preto, que era quartel do Exército. Aí é do Exército.

A.S. – Em abril?

M.T. – Não, era maio. Esse abril todo eu passei nessas filas. Eles não me pegaram. Não pegaram porque não quiseram, porque eu levava lá meu documento. Não pegaram. Lá no... Acho que foi... Não sei se é 9 de maio... Eu tenho essa impressão, mas também não tenho certeza. Era um dia lá em maio. Nós vamos ser levadas. E aí eles levam a gente.

L.H. – De casa, ou de...

M.T. – Não, de casa. Era de madrugada. Eles bateram na porta, nós achamos que era meu pai. Olha só a nossa inocência. “Soltaram ele de noite, deve ser, não é?” Fomos abrir, eram os soldados mesmo. Tudo assim, fardado. “Vocês têm que vir para cá.” Já tinha viatura lá e tal.

A.S. – Sua irmã também militava?

M.T. – Minha irmã... Eu e ela, a gente ia nessas coisas. Ela era mais nova. Minha irmã tinha 16 anos nessa época, quando foi para o quartel. Eu era maior, eu já tinha mais de 18. Na verdade, eu já tinha 19 anos. E aí eles levaram a gente lá. O Coronel Grossi foi o interrogador, ameaçava de torturar, mas ele não encostou em mim. Só me punha assim na parede, falava que eu ia ser fuzilada. “Vocês não gostam de Cuba? Então vai para o paredón.” Agora, eu vi gente torturada lá.

L.H. – Já nesse comezinho?

M.T. – Nesse comezinho. Nesse comezinho eu vi. Tinha um colega meu... Nossa, um colega meu, que ele passou assim, levantou a camiseta ou camisa, não sei o que ele tinha, mostrando assim. Cheio de vergão nas costas. Estava pele, assim, solta. Pele solta. Ele só fez assim para mim. Passou depressa, lá dentro do quartel e me mostrou. Então, quer dizer, tinha gente, mas eu fiquei ameaçada. Eles não sabiam o que fazer. Era eu e minha irmã, eles não sabiam onde pôr. Eles não queriam pôr uma junto com a outra, mas não tinha lugar para pôr. Lá no quartel só tinha homem. Mandava para uma sala, aí, de repente, o outro mandava para outra sala. Nós ficamos ali. Aí tinha uma cadeira, uma hora sentava, outra hora tem que ir lá para ser interrogada, aí tem que fazer acareação e foi assim. Ficamos ali uns dois dias, três. Foi até chato, porque eu tive que faltar ao meu trabalho e tive que contar no trabalho o que tinha acontecido. Aí o chefe falou assim: “Se você... Você está sendo inquirida, não é? Eu estou sabendo que seu pai...” Ele disse para mim que meu pai estava preso. Eu não tinha notícia do meu pai. Falei: “O senhor está sabendo de que?” “Não, seu pai é subversivo. Agora, se você for indiciada, você vai ser demitida.” Ele falou para mim. Aí a gente não sabia mais aonde procurar meu pai, porque a gente já ficava meio com medo. Os advogados, aquele pessoal da esquerda, tudo tinha sumido. Depois nós tivemos notícias que uns foram para a embaixada do Chile, outros para embaixada não sei de onde, enfim. Estavam exilados. Então, eu disse: “Gente, então nós temos que começar tudo de novo.” Um advogado para ajudar a gente a procurar e tal, mas aí não conseguia. Aí um dia, olha só, eu tinha uma vizinha, que ela casou com um mecânico. Sabe esses que consertam carro? E ele até foi lá em casa de noite. Ele falou assim: “Olha...” Ele chamava Marco Antônio, ou João Antônio. Sei lá, era um negocio assim, Antônio. Ele falou assim: “Você sabe que eu descobri onde é que seu pai está?” Porque ele cuidava de um carro de um cara que trabalhava no DOPS. Ele falou: “Ele está lá no DOPS.” Aí nós fomos lá no DOPS.

A.S. – E vocês já tinham ido lá alguma vez?

M.T. – Já. Várias vezes, várias vezes. Aí eles falavam que não. O delegado, aquele delegado que é... Eu até esqueci o nome. É [Tassi]¹? Como é que é o nome dele? Um grande torturador de Minas Gerais, que sai em tudo quanto é... Ele já morreu, mas ele sai em tudo quanto é nome. Quando fala em tortura em Belo Horizonte, fala desse homem. Ele falava que não. Porque um dia nós pedimos para falar com ele. Acho que ele achou que nós éramos meio malucas, porque duas meninas que pediam para falar com ele. Ele falou: “Devem ser doidas essas duas. Elas não sabem com quem elas estão falando.” Mas aí nós fomos lá falar com ele e ele falou: “Não, imagina. Aqui não tem, não.” Ainda fazia assim: “Imagina, a gente não... Por que você acha que seu pai está preso? Ele é uma pessoa perigosa?” Aí, esse cara, que eu acho que era Marco Antônio... Eu vou falar Marco Antônio, mas não lembro direito. Ele falou assim: “Ele está lá. Porque esse cara do DOPS falou para mim. Eu fiquei conversando com ele, como quem não queria nada e eu estou te avisando. Você não fala que eu falei, não, mas vai lá.” Aí nós fomos lá e ele disse que não. Nós falamos: “Nós temos certeza que ele está.” E aquela coisa, certeza, não sei o que. Ele falou: “Não, aqui não está, não.” Aí a gente voltava lá. “Não.” Um dia ele até mostrou. Ele mandou a gente entrar lá. “Não tem ninguém aí, está vendo?” Mostrou uma cela lá para a gente, disse que não tinha ninguém. O próprio cara falou assim, um outro. Eu falei: “Mas os presos, quando eles ficam aqui e eles saem, eles vão para onde?” Ele falou assim: “Vão lá para Neves.” Neves é uma cidade que tem perto de Belo Horizonte, a 30km de Belo Horizonte. Naquele tempo, era estrada de terra e tinha lá Penitenciária das Neves. Aliás, tem várias... Lá é famoso por ter penitenciária. Até hoje, não é? Eu acho que até hoje, não sei.

L.H. – Eu acho que sim.

M.T. – Penitenciária das Neves. E aí, nós fomos lá. Ele estava lá. Estava lá com o braço quebrado, quase cego, muito torturado. Nossa! Estava uma... Mas tinha mais de três mil presos lá. O cara lá do presídio falou: “Aqui tem mais de três mil.” Era igual à detenção ali de São Paulo naquele tempo. Todo mundo ali naquelas janelinhas, fazendo assim para a gente, sabe? Então assim que a gente encontrou ele.

A.S. – Em agosto isso.

¹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

M.T. – Isso. Ou agosto, ou outubro. Eu não sei.

L.H. – Amélia, só para saber, sua mãe era viva nesse momento?

M.T. – Era, minha mãe era. Minha mãe não participava de política. Ela era até contra. Ela falava assim... Não que era contra, assim por...

L.H. – Para que mexer com isso?

M.T. – “Para que mexer com isso, menina? Vai viver sua vida, entendeu? Ficar mexendo com isso só dá problema de prisão, eles não gostam e tal. Então vai cuidar da sua vida, que ninguém mexe.” Minha mãe falava isso. “Cuida da sua vida, que ninguém vai mexer com você.” Mas a gente não fazia isso. E aí o processo foi continuando, eles continuaram o processo meu, o processo da minha irmã, do meu pai. Então nós fomos para a clandestinidade, porque nós fomos indiciados.

L.H. – As duas?

M.T. – As duas. Mesmo sendo menor.

L.H. – Ela ainda era menor?

M.T. – Não, espera aí. Era menor. Ela nasceu em 1946. Ah, 1965 acho que ela já tinha 18. Eles indiciaram depois, depois de um tempo. Aí a Mannesmann me mandou embora.

A.S. – Eles chegaram a registrar aquela primeira prisão de vocês? Formalizaram de alguma forma?

M.T. – Não.

A.S. – Mas aí quando foi produzido um documento sobre vocês?

M.T. – Produzido? Ah, deve ter os arquivos policiais na Justiça Militar. Eu cheguei na Justiça Militar. Aliás, eu sou da fase da transição. Ainda peguei a Justiça Comum. Porque o primeiro inquérito que eu respondi foi na Justiça Comum. Eu fui lá na Justiça Comum, lá em Belo Horizonte, que era ali perto da Avenida Afonso Pena. Eu não lembro mais o prédio, mas eu fui. E tinha um monte de comunista, de estudante, desse povo assim, sindicalista, nesses inquéritos.

A.S. – Mas só para entender, Amelinha. Eram inquéritos policiais militares?

M.T. – É. IPM.

A.S. – IPM, mas que ia para a Justiça Comum mesmo?

M.T. – Ele foi para a Justiça Comum, depois eles resolveram ir para a Justiça Militar, mas foi ainda para a Justiça Comum. Tanto é que, a primeira vez que eu respondi juiz, foi na Justiça Comum. Depois eles me mandaram para a Justiça Militar, aí eles me

mandaram lá para Juiz de Fora, porque não tinha Justiça Militar em Belo Horizonte. Pelo menos era isso que eles falaram. Então era só em Juiz de Fora. Você tinha que ir lá em Juiz de Fora. Então, daí, eu fui para a clandestinidade. Nós decidimos mesmo, eu decidi. Aí eu já era casada, decidir ir para o Partido Comunista do Brasil preparar a guerrilha rural, que era a ideia de fazer a guerrilha em volta das cidades, para depois tomar a cidade. Primeiro tomava o campo, depois tomava as cidades. Então eu fui. Aí é clandestino. Aí eu tinha como tarefa principal a imprensa. Trabalhei na imprensa do partido, na imprensa clandestina. Na imprensa clandestina fazíamos de tudo ali dentro.

L.H. – Você tinha se casado com seu marido antes da clandestinidade ou na clandestinidade?

M.T. – Não, antes. Eu conheci ele antes. Eu conheci ele antes, porque ele era ferroviário. Ele era, assim, colega do meu pai. E ele também gostava... Ele era presidente do sindicato dos ferroviários. Ele foi presidente do sindicato dos ferroviários, meu marido. E ele era comunista também, gostava da política. Gostar ele gosta até hoje, só que hoje ele é muito doente. Não tem condições de participar, mas ele gosta.

A.S. – E aí vocês continuaram em Belo Horizonte?

M.T. – Na clandestinidade? Não. Na clandestinidade eu fui para o Rio. Fui para a Baixada Fluminense. Eu fiquei quatro anos na Baixada Fluminense. Fui para Cascadura, para o Méier, para a Baixada Fluminense... Era um tal de mudar, não é? Porque caía alguém, você tinha que mudar. Caiu alguém, você tem que mudar. Então, foi assim.

L.H. – Nessa ocasião, você, seu marido e sua irmã? Ou sua irmã tomou outro rumo?

M.T. – Não, minha irmã veio para o Rio também, mas ela já foi para o movimento estudantil. Ela já tomou outro rumo. Ela foi para o movimento estudantil, depois foi para a guerrilha. Eu fiquei na imprensa. Na imprensa eu fui ficando. Você vê, eu fiquei quatro anos aqui no Rio, quatro ou cinco anos no Rio. Meus filhos nasceram aqui no Rio. Depois eu fui para São Paulo. Você vê, eu fui de 1966, 1965 para 1966, até 1972. São quantos anos? Eu fiquei no Rio e em São Paulo. Lá eu fui presa, em São Paulo. Outra prisão. É a prisão que a gente considera, não é? Porque as outras a gente nem conta.

L.H. – Em 1972?

M.T. – Final de 1972. Vinte e oito de dezembro de 1972.

A.S. – E correu algum processo?

M.T. – Sempre. Eu fui sempre processada. Eu sempre fui processada. Minha irmã não. Minha irmã ficou presa sem processo, que a guerrilha do Araguaia ninguém foi processado. Pela guerrilha ninguém foi processado. Era para ser tudo morto, não é? Não existiu a guerrilha. Eu falo assim: “Essa guerrilha, ela só passa a existir depois que os familiares fazem ação para localização dos corpos.” O único processo que tem é dos familiares. Você vai na auditoria militar... Quer dizer, agora não é na auditoria, você vai no STM para fazer a pesquisa. Você vai achar o processo da ALN, processo da DPE, você vai achar processo do PCdoB, mas processo da guerrilha do Araguaia você não acha. É a guerrilha que mais tempo durou, que mais eles investiram contra, porque foram todas as Forças Armadas. Puseram não sei quantos mil homens ali naquela selva, mas não teve processo. Eles usaram um outro... Agora, eu não, eu fui processada.

A.S. – Você era processada à revelia? Como era isso? Você tinha [inaudível]?

M.T. – Eu fui processada à revelia em Minas, mas em São Paulo eles me pegaram, fui processada, presa. Estava presa.

A.S. – Conta para a gente um pouquinho como começou o seu processo. Qual era o crime imputado a você?

M.T. – Não, o meu crime era pequeníssimo. Porque eu era da imprensa. Eu fui seqüestrada. Eu, o César, que é meu marido, e o Danielli. Carlos Nicolau Danielli era o dirigente do Partido Comunista do Brasil. Depois que ele foi morto, ele foi assassinado lá dentro, é que eu vi a importância que esse homem tinha. Porque ele cuidava da imprensa, cuidava da guerrilha, cuidava de tudo. Ele era um homem multimídia. Eles então me indiciaram como da imprensa clandestina de uma organização proibida. Como é que fala isso? Eu era de uma organização que eles não permitiam que fosse e fazia a imprensa. Meu processo é esse. Na época era Artigo 14 da Lei de Segurança Nacional. Agora eu não sei mais, porque a lei foi mudando, os artigos aí vão mudando. Mas era isso.

L.H. – E seu marido?

M.T. – Ele também. Ele ficou no mesmo artigo que eu. Só que, olha, é assim: nós dois fomos... Nós fomos torturados, todo mundo junto, inclusive a minha irmã grávida. Minha irmã estava grávida. Nós fomos torturados todo mundo junto. Em um determinado momento, a gente viu que o Danielli estava morrendo, porque ele já gemia, ele não gritava como nós. Você via que a força da vida estava se extinguindo. E depois eles fizeram uma... Acho que até por maldade mesmo. Eu fico pensando, não sei. Teve

uma hora que eles me levaram para uma determinada sala, que era onde o Danielli estava morrendo. Então eu vi ele morrendo. Você entendeu? E eu acho que foi por maldade, ou para mostrar para você que você também pode ter uma morte assim, que aqui se mata desse jeito. Para eu aprender, talvez, se era isso ou para ameaçar, enfim, ou para torturar mesmo. Aí nós fomos... Essa tortura, enfim, ficou um tempo lá no DOI, todos os tipo de tortura. Não sei, se depois vocês quiserem saber... Aí depois eles mandaram a gente para o DOPS. Minha irmã eles mandaram para Brasília. Minha irmã continuou sendo torturada em Brasília e o filho nasceu em Brasília. E não foi processada. Aí nós fomos para o DOPS, eles nos mandaram para o DOPS. O Danielli já tinha sido morto e eles não assumiam. Interessante, assim, que quando... Acho que tinham passado alguns dias da morte do Danielli, o capital Ubirajara... Porque tudo isso aí, quem comandava tudo era o Carlos Alberto [inaudível], que diz que agora está tendo um infarto lá em Brasília. Dizem que está no hospital. Nesse dia foi esse Capitão Ubirajara, que é um delegado de polícia lá de São Paulo. O nome dele é Aparecido Laertes Calandra, mas dentro do DOI ele era chamado de Capitão Ubirajara. Ele mostrou para mim um jornal, me deu assim o jornal. Me arrancou da cela, mandou o carcereiro me arrancar da cela. Mandou o jornal assim e pôs o jornal assim na minha frente. Eu aqui. “Le esse jornal.” E eu li. “Terrorista morto em tiroteio [inaudível],” Estava lá a foto do Danielli todo já até torturado. Aí ele falou assim: “Não, lê em voz alta.” Eu falei assim: “Isso aí é mentira de vocês. O que vocês puseram no jornal é uma mentira. Ele morreu aqui nessa sala.” Ele falou assim: “Isso aqui é para você ver. Aqui nós damos a versão que nós queremos para a morte de vocês e você também pode ganhar uma manchete dessas.” Então, quer dizer, ele mesmo mostrou para mim como é que eles forjavam, faziam a mentira. A mentira era fabricada lá dentro do DOI-CODI. E ele ainda falou assim: “Olha bem para a minha cara. Eu estou falando friamente, não estou? Pois é, você pode ter uma morte dessa.” Eu só li isso. “Terrorista morto em tiroteio.” Bom, lá no DOPS eu sei que nós ficamos incomunicáveis seis meses, eu e o César. Seis meses incomunicáveis. Quando passaram os seis meses, foi até a Rosa Cardoso que foi a nossa advogada. É até uma historia engraçada, porque a Rosa era casada com o Virgílio Enei Lopes, que era um advogado também e ele, até hoje, ele é doidinho, esse advogado. Ele, um dia... Alguém me tira da cela. Quer dizer, o carcereiro me tira da cela e falou: “Você foi chamada lá para cima.” E quando era chamado lá para cima, era para tortura. Eu falei: “Nossa.” Eu pensei: “Gente, eu estou tão bem aqui

dentro dessa cela, dessa pocilga aqui bem quietinha e eles me chamando.” Aí, quando eu chego, é uma outra sala, não é a sala de tortura. É uma outra sala. E tem aquela cara, cabelinho assim, do seu tipo assim, sabe? Todo assim para cima. E ele me dá uma folha de papel. “Assina depressa.” Uma folha de papel em branco. Eu falei: “Mas o que é isso?” Ele falou assim: “Eu vou ser advogado. Assina depressa.” Falei: “Estou fodida mesmo.” Tanto faz eu assinar como não assinar. Assinei aquele negócio. Quando eu acabo de assinar, eu sou levada para a sala de tortura. Eu e ele também. Eles pegam ele e tal. Eu sei que assim que foi constituído o meu advogado.

A.S. – Qual era o nome dele?

M.T. – Virgílio Enei Lopes. Graças ao Virgílio. O Virgílio doido daquele jeito. Porque é doido, não é? Agora, depois que começou esse negócio de Comissão da Verdade, não sei o que, ele... Eu falei assim: “Virgílio, como é que você entrou no DOPS, que até hoje eu não entendo? Para falar comigo.” Ele falou assim: “Ah, eu dei um dinheirinho para aquele carcereiro lá, para aqueles policiais. ‘Eu preciso falar com uma moça aí dentro.’” Porque quem avisou que eu fui presa e quem lutou muito por mim, pelo César e pela minha irmã foi um bispo lá de São Paulo. Olha, eu nunca fui de igreja. Nunca fui. Eu sou uma ateia, assim. Nunca passou na minha formação essa questão da religião. E o bispo foi me defender. Depois ele até me contou. Ele já é morto. Dom Cândido Padim. Ele disse que um militante, um rapaz que ele conhecia lá na cidade dele... Ele não era de São Paulo, não. Ele disse que o rapaz pediu para fazer alguma coisa. Falou assim: “Olha, estão prendendo e torturando mulher mãe, com os filhos e tudo.” Então ele foi lá. E ele foi lá no DOI-CODI. Dizem que ele foi lá, bateu na porta. Isso quem me contou foi o Virgílio e a Rosa Cardoso. Disse assim: “Ele foi lá. E aí ele pediu para a gente fazer alguma coisa, eu e o Virgílio.” Então, o Virgílio pegou, sabendo disso, foi lá e deu dinheiro para o cara. Aí eu falei: “Ah, Virgílio.” Ele falou: “Eu dei. Dei mesmo, que aqui só funciona assim, então...” Aí eu passei a ter advogado. Quando eu passei a ter advogado, melhora essa situação. Melhora, não é? É engraçado que aí o Virgílio... Eu briguei com o Virgílio. Depois vou te explicar por quê. Mas a Rosa é que ia mais lá. A Rosa estava até grávida dessa... Eu acho que é dessa menina, da Isabel. Ou é do menino? Acho que a Isabel já tinha nascido. É esse outro menino dela, o mais novo. É engraçado que a Rosa toda bonitinha, grávida, ela sentava... Eles punham em uma salinha para conversar com o advogado, sentava lá e os investigadores, aqueles caras truculentos, que é tudo torturador, do DOPS era tudo torturador. Eles gritando,

passavam gritando, a Rosa falava: “Por favor.” Ela falava com aquele jeitinho. “Por favor, o senhor queira abaixar a voz, que eu estou conversando aqui com a minha cliente.” Eu achava aquilo tão bonitinho. [risos] Falava: “Ai, gente, que gracinha. Ai, Rosa, eu queria ser igual você.” Então ela fazia isso. Toda delicada, sabe? Muito assim, aquela moça classe média, toda bonitinha. Ela era muito gracinha. E aí eu fui chamada pelo juiz, então, para ir lá falar no juiz. Aí já eram sete meses que eu estava presa, mais ou menos. Foi depois dos seis meses. E o Virgílio... Por isso que eu briguei com ele. Ele falou assim comigo: “Você chega lá no juiz, não vai ficar falando que você foi torturada, que você viu gente sendo morta.” Porque eu vivia falando isso com ele. Falando assim: “Olha, eu tenho que te falar o seguinte, que aqui eles torturam muito.” “Ah, isso eu já sei.” Eu falei: “Não, mas eu quero que ele ouça a minha... Eu fui torturada. Você já ouviu de outro.” “Ah, eu já estou cansado disso.” Aí eu falei: “Deixa ele.” Quando eu cheguei lá no juiz, eu comecei a falar. Falei assim: “Olha, eu fui muito torturada, eu, meu marido, sequestraram meus filhos, levaram meus filhos para me ver torturada, nua, vomitada, urinada, toda espancada.” Meu filho chegou para mim e falou: “Mãe, por que você está azul?” Eu olho assim para o meu corpo, eu vejo que eu mudei de cor. O juiz gritava comigo para eu parar de falar. Você acredita? Olha, pena que essas cenas não são gravadas, porque para você ver como é que é a Justiça Militar. Só quem passou ali para saber. Ele gritava comigo. E o Virgílio ficou puto da vida comigo, porque ele disse que não era para eu... Me largou lá. Saiu da sala. “Ah, essa mulher é doida.” Falou assim e saiu, foi embora. Eu fiquei sozinha com o juiz, o juiz gritando comigo. Eu falei: “Agora eu tenho que falar.” E engraçado, eu pensava assim: lá eu via o pessoal falando aquele... Ai, gente, eu até já esqueci o nome, mas tem um... Enfim, aqueles depoimentos lá da Segunda Guerra Mundial, que você tem que falar, porque isso vira história e como é que a humanidade vai ficar sabendo que passou, então eu naquele pensamento... Como é que eles chamavam? [Inaudível], não é? Aquele. Você já ouviu falar? Uns comunistas lá da Alemanha, ou da... Sei lá. Agora eu não estou conseguindo lembrar. Aí eu falei assim: “Não, eles escreveram que a gente tinha que falar tudo que passou, porque...” Aí tinha gente que falava assim: “Tanto faz você falar como não, porque você vai ser condenada do mesmo jeito, eles vão dar a mínima bola, o que foi, foi. O morto não vai voltar a viver.” Mas eu falei tudinho que eu tinha que falar. Tanto é que o meu caso está no *Brasil: nunca mais*.

A.S. – Então ficou registrado? Permitiram que registrassem no processo?

M.T. – Foi. Registrou mais ou menos. Não do jeito que eu falei. Eles fizeram assim... E o advogado já tinha ido embora, me largou sozinha. Porque o advogado tinha que falar com ele. “Olha, ela falou assim.” [Inaudível] assinar. E eu lendo, tentando ler, sabe? Nervosa, tremendo. Um horror. É uma sessão de tortura aquela audiência na frente do juiz com aqueles milicos lá. Porque foi com uns militares lá, que não sabiam nem o que fazer, porque eles ficaram todos em silêncio. O juiz aqui falando, o promotor só fazendo perguntas, te atacando, e o escrivão. E eles mandaram eu assinar. Eu assinei, mas tinha... Os meus filhos foram presos... Tinha alguma coisa assim. Sequestrados, ou presos. E eu falei com o juiz... Não sei se saiu isso no depoimento ou não. Mas eu falei assim: “Olha, sabe de uma coisa?” Porque também eu sou assim, eu vou falando, sabe? É meu jeito, eu vou falando. Eu falei assim: “Quer saber de uma coisa? olha o senhor não imagina que quando eu fui sequestrada tinha um monte de homem com metralhadora e eu achei que era desses assaltantes comuns que tem por aí. Qual não foi meu espanto saber que eles são do Exército. Tudo do Exército Brasileiro.” Ah, o juiz... Nossa! O advogado diz que eu fiz a pior coisa do mundo, que eu ataquei o Exército, que eu não podia ter feito isso, [inaudível]. Mas pensa um pouquinho. Você aprende a vida inteira que as Forças Armadas são para defender o território nacional, que a polícia está para defender o povo e você chega lá... Entendeu? Porque eles puseram... Os caras estavam sem farda, mas era dentro do DOI. O comandante era o major. Eles chamavam, falavam: “Major.” Que é do Exército, que é o Ustra. Nós falamos, o César também falou e tudo, que tinha que falar. Eu acho que até o Cesar é melhor para falar do que eu, ele fica mais calmo. Ele consegue... Conseguia, hoje não. Mas ele conseguia se controlar mais do que eu. Porque eu ficava tão nervosa. E eu ficava naquela aflição. “Será que vale a pena? Mas eu tenho que falar. Não sei se vale a pena.” Mas hoje eu vejo que valeu a pena, porque toda essa ação que a gente entrou, essa ação declaratória de que o Ustra era torturador, minha família, a família deles, entrou com esses depoimentos. Esse aí foi uma base. Esses depoimentos foram lá na Justiça Militar. Nós ameaçados de voltar para a tortura. O juiz gritando com a gente, entendeu? Então quer dizer que valeu a pena. Valeu a pena. Mas, então foi, assim.

A.S. – E vocês foram condenados a quantos anos?

M.T. – Nada. O César foi condenado máximo. Aí é engraçado, porque ele é homem, então o machismo funciona assim. Ele o máximo e eu um ano. Pelo barulho todo que nós fizemos, por tanta tortura, tanto massacre, a gente achou até pouco. Mas a gente

fala: “Se na hora...” A gente pensa assim. Mas pensando bem, um ano é muita coisa na cadeia. Cinco anos então é muita coisa. É muito tempo.

L.H. – No período que vocês estiveram presos, aqueles primeiros sete meses incomunicáveis, seus filhos ficaram com quem?

M.T. – Ah, então, isso aí é uma história triste. Porque o Ustra...

M.T. - Meus filhos ficaram em um centro de tortura clandestino que, até hoje, eu não sei qual é, embora aquele pessoal que escreveu *A casa da vóvó* agora, o Marcelo Godoy e aqueles torturadores que deram entrevista para ele, alguém fala de um hotel ali na São João. Às vezes eu fico pensando que é lá. E eu já falei com os meninos e eles acham também que é. Não sei por que nós achamos. Por quê? Esse período eles contam assim. Porque o Ustra mandava eles para o DOI-CODI, depois levava eles embora. Mandava e levava. Era aquela tenente, aquela tenente que está na foto do *A casa da Vóvó*. Tenente Neusa, que ela chamava Tenente Bia e que é responsável por muito desaparecimento, tortura e assassinato. Ela mesma fala isso no livro. E ela que levava. Mas ela não entrava lá, não. Eu só vi essa tenente uma vez, que foi lá dentro mesmo do prédio e as celas ficavam do lado de fora ali, então não vi na cela, não. E eu via os meninos, porque os meninos corriam lá, brincavam.

L.H. – Eles ficaram em poder do Estado durante esse tempo todo?

M.T. – É um poder do Ustra, não é? Não sei se aquilo é Estado.

L.H. – Poder da ditadura.

M.T. – É, da ditadura. Aí ele resolveu mandar para Belo Horizonte. Segundo ele, acho que foi o César que pediu. O César tinha um parente que era delegado de polícia. Torturador também. Depois eu te explico o que é a tortura. Mandou os meninos para lá. Foi uma tortura para eles. Eu acho, assim, que foi uma coisa... Se no DOI-CODI estava assim, saiu do DOI-CODI, foi pior. Mas, enfim, foi o possível, não é?

A.S. – Seis meses [inaudível]?

M.T. – Ah, mais tempo. Seis meses foi a minha incomunicabilidade. Eu, quando eu saí da incomunicabilidade, que eu tinha um advogado, a primeira coisa que eu pedi à Rosa e ao Virgílio foi que procurassem meus filhos, me dessem notícias dos meus filhos. Era isso que eu queria saber. E notícia da Criméia. Se ela teve o filho. Virgílio viu isso para mim. O Virgílio um dia foi lá só para me avisar. “Olha, a Criméia está viva e o filho dela está vivo também. Nasceu.” E depois eles conseguiram... Localizar meus filhos foi

mais difícil. Eu sei que teve um dia que teve um recado desse delegado. Esse delegado era totalmente articulado com a repressão.

L.H. – Esse delegado que era parente do seu marido?

M.T. – Parente do César, que chama... Ele é vivo ainda. Edelson Machado. Você acredita que um dia, no Facebook, ele pediu para ser meu amigo? Pediu. Eu olhei assim, eu falei: “Não é possível.” Com a cara e tudo dele. A foto, não é? “Não acredito. Nossa! Cara de pau.” Edelson Machado. Em Belo Horizonte. Nossa, ele judiou demais dos meus filhos. Nossa, uma tristeza. Meus filhos, principalmente, minha filha. Eu digo que os dois passaram, só que a menina... Mulher passa pior. Menina sempre passa o pior. Ele obrigava ela a fazer café. Olha só, minha filha tinha cinco anos. Fez seis nesse meio tempo. Seis anos. Ela era obrigada a servir o café para os filhos dele. O meu filho e minha filha moravam naquela edícula onde fica empregada doméstica. Ali, sabe? E com cadeado para eles não fugirem. Ainda falava isso. Para eles não fugirem ou serem seqüestrados. “Porque seus pais são terroristas.” Falava que os pais eram terroristas e que os pais odiavam eles. Se gostassem deles estavam com eles e não fazendo terrorismo. Nossa, foi um horror o que eles passaram, meus filhos, ali. Eles ficaram em cárcere privado. A verdade foi essa. Cárcere privado.

L.H. – Durante o período da sua prisão também?

M.T. – Durante a minha prisão.

L.H. – Aí depois teve mais um ano.

M.T. – Depois não. A Criméia foi solta primeiro que eu e aí ela deu um jeito... Ela conta isso detalhado. Ela deu um jeito, ela combinou com eles, de que tudo que ela conversasse com eles, eles não falassem com ninguém, que era um segredo deles três, que eles mantivessem. Tanto é que eles têm um vínculo com a Criméia muito forte, muito forte. Meus filhos têm. E aí falou assim: “Agora nós vamos combinar o seguinte: vocês vão vir...” Ele deixava sair um pouquinho com ela. Ela lutou para conseguir fazer visita. Eles não queriam deixar. Nossa, foi uma luta enorme. Teve uma tia minha também que ajudou muito para ela fazer a visita. Até que um dia ela combinou. “Não, vocês vão embora. Vão ficar tudo lá comigo.” Levou eles embora. Aí ele queria entrar com um processo contra nós, o delegado, que a guarda estava com ele, ele não ia dar a guarda. E a Rosa que conseguiu a guarda. A Rosa Cardoso.

A.S. – Era uma guarda formal que ele tinha?

M.T. – Segundo ele... Sei lá, eu estou presa, não estou vendo nada de guarda. Ele disse que o Ustra deu a guarda para ele. Quer dizer, não era filho do Ustra. Eu não sei, naquela época não tinha... Lei era um detalhe, que eles usavam ou não se quisessem. Por que você já viu uma criança poder ficar no DOI-CODI? Na sua cabeça entra uma coisa dessa? E o Ustra escreve isso no livro dele. Ele fala que ainda quis me ajudar deixando os filhos lá. Quis me ajudar. Ele fala isso, que ele quis ajudar o casal. Que o casal, que somos eu e o César, somos ingratos com ele. Você vê bem o raciocínio deles. É completamente... Não tem... Essa lei que a gente conhece aí é outra coisa. Mas a Rosa entrou. A guarda é dos pais, os pais estão presos. Ela entrou com esse processo, defendeu a gente. A rosa é a nossa salvação, sempre.

L.H. – E a Criméia, então, ficou com a guarda deles.

M.T. – Ficou até a gente sair.

L.H. – Em BH?

M.T. – Não, aí ela foi para o Rio, que o meu pai morava no Rio nessas alturas. Ela foi para o Rio ficar com meu pai. Meu pai e minha mãe. Com as crianças e com o filho dela. Nossa, foi uma luta dura para ela. Foi uma luta dura. Porque ela estudava enfermagem aqui na Ana Neri, foi para a guerrilha. Ela não tinha terminado o curso. Ela estava no segundo ano. Acho que o curso era quatro anos, se não me engano. Então, ela não arrumava emprego como enfermeira, ela arrumava... Naquele tempo tinha um negócio de auxiliar de enfermagem, que ganhava um salário mínimo. Ou atendente de enfermagem, não sei. Eu sei que ganhava um salário mínimo, você trabalhava feito louca. Ela trabalhava à noite, inclusive, para ficar com as crianças durante o dia, para ajudar, então era barra pesada. Mas ela ficou com eles até eu sair e conseguir um emprego. Eu procurei mais emprego em... Eu saí, vim aqui para o Rio, mas eu procurei emprego em São Paulo, porque aqui no Rio, naquela época, o salário ainda era mais baixo do que São Paulo.

L.H. – Então você saiu quando? Em 1973?

M.T. – É, saí no final de 1973. Sai junto com a que hoje é ministra, Eleonora Menicucci, a Leo. Nós duas saímos juntas. Eu saí junto com ela. Gente, nossa, que claridade que era aquela rua. Ficamos impressionadas como tudo era claro. Nossa! E não tinha um tostão. Até a tia dela falou assim: “Nao, eu te dou um dinheiro para você pagar um táxi.” Mas aí a Rosa... Porque eu falei com a Rosa. Falei: “Rosa, para onde que eu vou? Não tenho casa.” Ela falou: “Não, eu vou vir aqui te pegar e levar para a

minha casa.” E levou. Eu fiquei morando na casa da Rosa. Nossa, a Rosa foi tudo para mim, sabe? Não é só advogada. Foi amiga, foi família, foi tudo. Foi muita coisa a Rosa Cardoso. E eu nem falei com ela que eu ia vir aqui hoje, não. Porque eu quero ir embora logo.

L.H. – E o César continuou preso então, Amélia, quando você saiu nesse momento?

M.T. – Ele foi solto. A Rosa conseguiu um relaxamento da preventiva, mas nós fomos julgados, nós fomos para julgamento. No julgamento ele voltou. Ele foi condenado a cinco anos.

L.H. – E ele ficou preso em São Paulo?

M.T. – Em São Paulo.

A.S. – E cumpriu?

M.T. – Cinco anos. É, ele cumpriu, porque ele tinha direito à condicional, mas se pedia condicional, eles nunca davam. Quando estava faltando pouquinho para completar os cinco anos, eles deram a condicional. Você entendeu? Vamos dizer que ele cumpriu quatro anos e 10 meses, ou nove meses. Um negócio assim.

A.S. – O tempo que vocês ficaram presos não contou?

M.T. – Contou. Foi complementado. É engraçado que você fica ilegal presa e depois eles contam, não é? Engraçadíssimo. Não sei como. Quer dizer, eles têm uma anotação que... Eu estou falando a justiça, não é? Porque lá você está clandestino, não é? Lá no DOI-CODI. Aí você fala que você foi preso dia tal. A gente é que fala. Aí eles consideram. Eles consideraram no meu caso. No meu caso e no caso do César. Aí você fala assim: “Olha, mas eu fiquei incomunicável. Pela lei não são 10 dias?” No máximo 10 dias que você podia ficar incomunicável. Eu fiquei seis meses. Eles nem falam nada. Vão tocando para a frente. Mas consideraram na hora de contar. Menos mal, digamos.

L.H. – E na prisão você ficou com outras presas?

M.T. – Fiquei. Na prisão fiquei com 23 mulheres presas, que eram de várias organizações, inclusive do próprio PCdoB, do partido que eu pertencia. Então tinha 23 mulheres. Era bem menos que homens. Bem menos. Porque homem era um monte que tinha. Eu fiquei no DOI-CODI, no DOPS, no presídio do Hipódromo e depois na Casa de Detenção. Os presos tinha no presídio do Hipódromo, tinha na Casa de Detenção, ao mesmo tempo. Porque eram muitos. Depois foram para o Romão Gomes, que era o presídio militar. Os homens. Nós ficamos lá na Casa de Detenção. E tinha a penitenciária feminina. Teve algumas mulheres que foram para a penitenciária feminina.

Mas a penitenciária feminina era dirigida pelas freiras e as freiras, segundo eles, falavam que elas não queriam a gente, as freiras. Então nós fomos para a detenção.

L.H. – É, também não dá para saber se não queriam mesmo, ou se...

M.T. – É, eles é que falaram: “Não, vocês nem as freiras querem. Nem as freiras.” Tudo bem. Nós não tínhamos escolha, não é? Ali não tinha escolha.

A.S. - E você conseguia se comunicar com a sua família nesse período presa?

M.T. – Muito pouco. Era tudo muito difícil, porque você imagina. Eu fico pensando hoje. Não sei, hoje a comunicação é rapidinha, mas naquela época era... Carta era censurada, então [inaudível] censurar. Tinha cartas lindas da Criméia. Depois nós queimamos todas. Foi uma pena. A parte mais linda disso tudo era as cartas. A Criméia escrevia tão bem! Cada carta dela era como se fosse um capítulo de um conto, de uma novela. Então, quando chegava a carta dela, eu lembro que tinha uma... Até já morreu essa amiga minha lá presa, a Márcia Mafra. Ela pulava em cima, que ela era mais alta, e ela que pegava a carta primeiro da Criméia. Todo mundo lia a carta. Tinha uma fila e eu era a última da fila para ler. [risos] Falava assim: “Gente, a carta vem para mim e eu sou a última a ler.” E tudo censurado. Eles censuravam. Às vezes tinha carta minha que eu mandava para os meninos, quando eu achava que tinha chegado lá, aí estava lá na diretoria do presídio, censurada. Não podia. A comunicação era difícil. Não tinha dinheiro. A Criméia tinha que trabalhar muito, então para trazer os meninos... De ônibus, nem pensar em avião. Era difícil sair do Rio e ir para São Paulo. Então foi um tempo muito ruim. Não via meus filhos e quando eu fui ver também, meus filhos já estavam diferentes, sabe? Um me estranhando e eu estranhando eles. Foi muito difícil. Muito difícil esse encontro.

L.H. – Sua menina era mais velha?

M.T. – É mais velha. Ela é historiadora, minha filha. E ela faz pós-doutorado. Está terminando o pós-doutorado lá na USP.

L.H. – Quando você foi presa ela tinha cinco ou quatro?

M.T. – Cinco e ele tinha quatro.

L.H. – Então, quando você saiu, ela já tinha seis, ou mais um pouquinho, e ele já uns cinco.

M.T. – Ela, quando eu saí, ela já estava quase com... Ela ia fazer seis anos e 10 meses. Ela fez sete anos depois. E aí ela foi para a escola. Ela chegou na escola, a primeira coisa que ela escreveu foi uma poesia, que é uma poesia que eu acho que tem nesse

livro aí, essa poesia dela. Foi a primeira coisa que ela fez. Eu acho que tem, porque tudo que é... Essas aqui são histórias muito doloridas. Nossa, cada história mais dolorida que a outra. Eu tenho que olhar no coisa aqui, porque eu não vou lembrar qual parte. Aqui tem um índice. Acho que é para cá. Estou procurando aqui ele mais para cá. Eu achava que era aqui. Ah, é aqui. “Dói gostar dos outros.” Essa poesia, ela fez, ela me mostrou em um sábado de manhã, eu estava indo... Eu estava lavando roupa, fazendo todas essas coisas. Aqui ela e ele, meus filhos. Isso aqui é, mais ou menos, um pouco depois que nós fomos presos. Aqui, olha. Aqui é o “Dói gostar dos outros”, que é o que ela escreve. Mas deixa eu ver se tem a... Ah, tem aqui a poesia. Está vendo? Aqui, “Dói gostar dos outros.” Essa poesia, ela fez quando a gente estava se preparando... Eu de manhã, sábado, levantava cedo e ia fazer minhas coisas em casa e depois a gente ia fazer a visita para o pai. E aí, ela sempre fazia um presente. Ela e ele, o Edson. Eles faziam um presente para dar para o pai. Era aquela confusão toda, porque tem aquela revista e eles querem ver tudo, os policiais. Então, eu estou lavando roupa, ela fala assim: “Mãe, vê se isso aqui chama poesia, porque é o que eu escrevi.” Olha só o que ela escreveu, gente. “Dói gostar dos outros. Oi, vocês todos. Boa tarde para todos. E um viva para todos.” Ela lembrando deles todos. “Uns versos vou começar. Atenção! Dói no peito chorar. Dói nós chorar. Dói os seus olhos chorarem. Dói nós viver. Dói os outros chorarem. Dói a natureza chorar. Dói gostar dos outros. Dói cair uma pedra no seu pé. Dói falar ‘tchau, amigos.” Essa poesia, ela chegou lá no presídio, gente, todos os presos ficaram emocionados. Todos ficaram emocionados. Tinha esse padre que ia visitar no presídio, que morreu até ano passado, padre Renzo. Essa aqui é ela na idade que ela fez a poesia. Ele foi lá tirar uma foto dela e ele foi... Isso aqui é lá no Rio, lá na Baixada Fluminense, onde meus pais moravam.

L.H. – E onde você... Ah, não, porque você foi para São Paulo.

M.T. – Eu fui para São Paulo. Mês de julho inteirinho eles ficavam aqui, mês de dezembro, janeiro, fevereiro. Só quando tinha aula que eles iam para São Paulo. Eles gostavam daqui. E aí, então, ele levou essa poesia para a Itália, que esse padre era da Itália, lá de Florença.

A.S. – O Renzo Rossi.

M.T. – É, o Renzo Rossi. Você já ouviu falar da história dele? Nossa senhora, era um amigo nosso. Gente, que coisa. Então, ele levou e fez um livro sobre o Brasil. Um livro assim: a primeira parte... Eu sei que eram três partes. Eu estou querendo lembrar. Uma

parte era do Hamilton Pereira, que era o Pedro Tierra, que era um poeta mesmo do presídio. Ele estava preso lá, era da ALN e fazia poesia. As poesias dele são lindíssimas. Então uma parte era isso. A outra parte não sei. Eu sei que o livro chamava assim: *A palavra insepulta*. Esse livro correu toda a Itália denunciando o que era a ditadura no Brasil. E o poema da Janaína era, acho, que a segunda parte do livro. Então, tinha essa foto dela, ele tirou só essa foto assim e a poesia aqui, mas tinha um comentário de um grande, segundo ele, – eu acho que era grande mesmo –, um editor italiano. Acho que, se não me engano, ele chamava Ettore Mazzini. Ele que edita esse livro *A palavra insepulta* e vai divulgar na Itália inteira denunciando a ditadura no Brasil. E ele escreve um texto falando assim, que quando ele era criança, os pais dele ensinaram para ele que fazia bem gostar das pessoas, que era muito bom, que era uma alegria você ver as pessoas. Então, punha ele em cima da mesa para ele falar poesias de como ele ama as pessoas, como ele gosta das pessoas, como ele é feliz por amar as pessoas e que ele ficou impressionado como a ditadura fez com que as crianças lá no Brasil falassem que dói gostar das pessoas. Porque para ela falar, dói. Ela fala isso. Dói gostar dos outros. E essa poesia, ela é uma espécie de uma despedida também, que ela faz não só aos presos políticos, porque todo sábado ela vai lá, fala: “Oi, viva vocês todos. Boa tarde para todos.” Porque ela era muito querida no presídio. Ela era a menina no presídio, porque tinha poucas meninas, crianças, que entravam lá dentro. E também ao Danielli, porque ela fala assim: “Dói dizer tchau, amigos.” Quer dizer, dói dizer tchau para eles... Porque ela me contando, sabe? E eu fiquei impressionada. Eu chorei muito no dia que ela fez essa poesia. Chorei muito, porque eu fiquei impressionada com a dor. É uma dor que ela ainda carrega. Ela pôs aí para fora, mas ela carrega muita dor. E aí eu vi essa coisa. Foi assim a nossa vida. Eu fiquei ali em São Paulo visitando o César. Eu já fui direto para a comissão de familiares. Era a comissão de familiares. Sempre fui. Porque eu tinha que lutar pelos presos políticos, pela vida deles, porque eles eram ameaçados. Lutar pela minha sobrevivência, dos meus filhos e tinha outras famílias também nessa situação, então a gente se ajudava muito. Se reunia, lutava. E esse padre acabou sendo um amigo também das famílias e ajudava muito nessa luta. Mil novecentos e setenta e quatro, eu me lembro de eu conversando, de ir na minha casa o irmão da Rosalena Santa Cruz, o Marcelo Santa Cruz. Ele vai na minha casa porque o irmão dele é desaparecido, passa a ser desaparecido. Então, ele ouviu falar que o irmão dele foi preso aqui no Rio e foi lá para São Paulo. Então, ele queria saber se eu tinha... Porque como eu estava recém saída

da prisão, e o César já na iminência de ser preso, então a gente tinha muito presente os caras, a imagem dos caras, o nome. Então, ele queria saber se alguém viu o Fernando Santa Cruz. Então, eu sou vinculada à questão dos desaparecidos. Quando eu saio da prisão, eu ainda consigo... Porque eu fui rádio escuta muito tempo, não é? Do tempo que eu era da imprensa clandestina, eu era rádio escuta. Então, sempre quando eu estou em algum lugar... Agora não, eu sou desligada. Mas eu era ligada em rádio escuta. Rádio escuta, assim, eu vou ouvir a BBC de Londres, eu vou ouvir Rádio Havana, não rádio brasileira. O que estava acontecendo no Brasil era tudo a mesma coisa. Variava muito pouco. Mas, naquele tempo, o que variava era você ouvir essas rádios. E aí eu vou ouvir quando falam que meu cunhado foi morto, ou foi assassinado, foi pego pela repressão.

L.H. – Que cunhado?

M.T. – É o André Grabois, que era casado com a Criméia. Então, eu vou já me vincular com os desaparecidos políticos. Lá dentro do processo da minha prisão eu vejo o Danielli sendo assassinado, vejo a versão falsa que dão para ele, vejo o Edgar de Aquino Duarte, que estava lá no DOPS. Eu vi o Edgar de Aquino Duarte e vi quando gritaram com ele que ele tinha que morrer, porque o que ele tinha mexido era com segredo de Estado. Até hoje eu fico impressionada. Gente, segredo de Estado é por que, ele descobriu que o Cabo Anselmo trabalhava para a polícia? Esse era o segredo de Estado? Enfim, eles gritavam com ele e ele é desaparecido até hoje. Está aí na lista. E eu tenho plena consciência, depois de tudo que eu vi ali, eu falei: “Nossa, gente.” Aliás, eu sempre achava que eles iam desaparecer comigo. Porque você ficar seis, sete meses... Seis, sete meses que eu fiquei incomunicável, eu achava. “Eles vão fazer alguma coisa comigo.” Triste.

L.H. – Você tinha presenciado muita coisa lá dentro, não é?

M.T. – Eu já tinha visto ali. Eu sou vinculada com os desaparecidos. Uma coisa que faz parte da minha história, da minha vida, do meu jeito de viver. Tanto é que esse livro aqui... Quer dizer, minha filha é o principal, porque ela trabalha com a técnica, com a coisa, mas essa história não se encontra no dossiê ditadura. Nós vamos juntando essas histórias com outras famílias, com outras pessoas. A gente vai acabando se reunindo, formando um grupo. Então, esse é o trabalho. Minhas duas lutas são essa e aquela feminista, que o feminismo vai ser sempre. Depois de tudo que eu vi, eu tenho que ser feminista. E desaparecidos. São minhas duas. Então, quando você pergunta dos

processos de reparação, não é? Você fez essa pergunta quando começou, que eu não lembro agora.

A.S. – Eu estava te explicando que a gente quer problematizar também esses conceitos de reconciliação, pacificação, reparação, essas coisas, que vão aparecer na Lei de Anistia e depois na Lei 91.140, na lei que cria a Comissão Nacional da Verdade.

M.T. – Eu participo da luta pela anistia, eu sou do *Brasil Mulher*, o jornal *Brasil Mulher*. O jornal *Brasil Mulher* veio para lutar pela anistia e ali nós fizemos um grupo feminista comprometidos com a luta pela anistia. Tanto é que é o primeiro jornal, primeiro documento, eu acho, que tem, fora o *Brasil nunca mais*. Porque o *Brasil nunca mais* vai aparecer depois, mas são produzidos antes os processos, que muitas mulheres denunciam violência sexual que elas sofrem. Mas um jornal público é o *Brasil Mulher*.

A.S. – E quando você começa a trabalhar no *Brasil Mulher*?

M.T. - Desde o começo. É um jornal pela anistia, então em 1974 eu já estou junto com os familiares dos desaparecidos. Maria Augusta Capistrano... Nossa, ela fazia cada discurso tão importante, essa mulher. Ela mobilizava até as paredes. Ela falava do desaparecimento do desaparecimento do David Capistrano. E a dona Felícia Mardini, que era a mãe da Isis Dias de Oliveira. Essas mulheres aqui, Alzira Grabois, dona Serena, dona Júlia, tudo do Araguaia... A Carmem Navarro, mãe do Helinho. Então era muita gente, muita gente que participou.

A.S. – Muita mulher, não é?

M.T. – Muita mulher, tinha muita mulher. Também tinha um homem, o professor Moraes. Nossa, aquele professor, olha... Ele era carioca, o professor Moraes, ou ele era gaúcho? Eu nunca sei. Acho que era carioca, não é? Porque eu falo o jeito carioca de ser. O carioca tem um jeito de ser. Ele era bravo, autoritário, aquela coisa, porque ele vinha do Exército. E nós era uma outra coisa. Eu falei: “Nós aqui somos todos civis, meu filho.” Porque não deu certo nós na luta armada. Mas ele era muito... Ai, como ele faz falta, esse homem. Ele era muito contundente, sabe? Muito explicativo, ali tudo... Explicava, esclarecia, se posicionava. Ele era um homem aqui do Rio, mas ele ia muito lá em São Paulo fazer reunião com a gente. Ia muito na minha casa, ele e a dona Cleia.

A.S. – Mulher dele?

M.T. – A dona Cleia é mulher dele, mas ele é que dava a linha, sabe como? Então, tinha um homem, se metia um homem lá em São Paulo. A gente chamava ele de seu Jorge

Delizoicov, que ele era um chefe polonês. Eu não sei, nunca sei qual país ele... Ele era de um país, assim... Ele era um estrangeiro.

L.H. – Jorge?

M.T. – Eu chamava de Jorge Delizoikov. Será que é o que? Não sei. Alguma coisa ali. Ou romeno, será? Não, não sei. Eu sei que ele participou muito.

L.H. – Desse começo dessa articulação.

M.T. – Tudo quanto é coisa, você chamava seu Jorge, ele ainda vinha e falava assim: “Será que não é perigoso, não?” “Deve ser, não é, seu Jorge? Tudo é perigoso.” “Ah é, mas nós temos que ir.” Ele ia, a gente fazia reunião, a gente levantava as informações, ia no advogado, procurava ver como é que podia resolver. Ficava naquelas reuniões tentando resolver, tentando fazer alguma coisa. E aí, nós começamos a luta pela anistia assim. E eu fui com a luta pela anistia. No começo era esse movimento feminino, mas eu nunca gostei desse negócio de feminino, não. Feminista sim. Feminino não. Feminino o que é? Mulher? Não. Nós temos que ter mulher consciente, engajada na luta. Nós temos que ter uma participação consciente. Nós não vamos por questão de mulher, não. Nós vamos porque somos conscientes de que temos que participar dessa luta e denunciar o que nós passamos. Aí me voltam todas aquelas denúncias da Inês. A gente trabalha muito com essas denúncias, tentando compor essa história. De forma muito clandestina ainda, apesar de que é um outra forma de ser clandestina. Porque não é a mesma forma que eu tinha antes, mas é uma luta muito escondida, você tem que tomar muito cuidado. A repressão toda em torno da gente o tempo todo. E aí, a luta pela anistia... Nós vamos fazer muita reunião. Nossa! Eu participo muito aqui, principalmente lá em São Paulo. Minha luta principal sempre foi lá, mas eu venho aqui no Rio também, de vez em quando. Porque tem reuniões aí, não é? Mas a minha luta é lá.

L.H. – Em torno desse grupo [inaudível] desaparecidos?

M.T. – Desse grupo. A gente formulou muita coisa. Dificuldade que a gente tinha de escrever um documento coletivo, você nem imagina. Às vezes um mês para escrever um documento. Um documento de duas páginas.

L.H. – Por quê?

M.T. – Porque a gente tinha que pensar muito as palavras e aquelas palavras tinham que estar de acordo com todo aquele grupo. Com aquele grupo e para fora. O que os militares vão pensar? Nossa, gente, eu lembro que a primeira carta que nós fizemos, nós

fizemos para a OAB. A OAB fazia um congresso nacional lá em São Paulo. O presidente de honra do congresso era o Ulisses Guimarães e o presidente que coordenava era o Golfredo Teles. Golfredo, Godofredo, como é que chama? [Tem professor lá.]² Eu acho que nós ficamos uns três meses fazendo aquela carta. Tenho a impressão. Eu escrevi lá: “Nós familiares de presos políticos então...” Podia ter até aquele chavão. Até aquilo ali dava trabalho para nós. Para falar que a gente queria a anistia. Tinha que ter a palavra anistia sem que fosse considerado subversivo pela ditadura. Quem falou a primeira vez a palavra anistia em voz alta foi acho que Dom Paulo. Lá em São Paulo acho que foi Dom Paulo que falou essa palavra. Porque ninguém falava essa palavra, não. Aí falou a Terezinha Zerbini. Terezinha Zerbini falou a palavra anistia. Anistia era uma palavra que a gente tinha ela aqui, mas você não falava. Você tinha ela aqui. Nós éramos umas seis ou sete famílias representantes. Era eu e mais umas seis. Nós fomos nesse congresso, nós combinamos que nós íamos ler essa carta em voz alta e tinha 16 advogados de presos políticos dentro desse congresso, que eles iam levantar na hora que a gente lesse.

L.H. – Lembra o ano disso, Amelinha?

M.T. – Eu acho que é... Que ano que é? Não lembro. Deve ser 1975, ou...

L.H. – Ah, tão cedo.

M.T. – Ah, é. Nós somos as primeiras a falar. Fora o Dom Paulo, o *Jornal Opinião* acho que falou uma vez a palavra anistia. A Terezinha Zerbini foi a pioneira. Acho que quem falou na rua mesmo foi só a Terezinha Zerbini. Aquela mulher era mulher de general, ela mesma que ia, toda doida. Ela morreu agora, recentemente. Morreu recentemente, a Terezinha. Morreu esse ano. Acho que em abril ou março ainda.

L.H. – Então devia ser 1975, mais ou menos?

M.T. – Eu acho que mais ou menos 1975, ou 1976. Não sei. Mais do que isso não pode ser. E tinha uma mulher, que era a dona Maria, que era lá de Porto Alegre. Dona Maria era mãe do Fabinho, Fábio Oscar, que era um preso político que foi até pedida a pena de morte para ele. E ela era gaúcha, gaúcho fala muito bem, fala todas as palavras, as letras, com ênfase, com aquela coisa. Então, se discutiu entre nós, aquelas sete pessoas, que a melhor pessoa para ler seria a dona Maria. Agora, tinha que ter coragem, porque ia ler ali no meio dos advogados... Era mais polícia do que advogado. Tinha até polícia

² O mais próximo do que foi possível ouvir.

fardada. Nós fomos conversar com o Ulisses Guimarães, que nós falamos assim. Olha a nossa estratégia. A gente vai lá, fala com o Ulisses Guimarães, o Ulisses Guimarães fala a palavra anistia. Quando ele fala a palavra anistia, nós pedimos a palavra. Assim de supetão, de surpresa, mas já combinado com ele. Aí ele ficou apavorado. Nossa, Ulisses Guimarães, gente, aquele homão, daquele jeito, enrolando. “Ah, mas porque tem os [inaudível], porque tem a mãe dele que está doente, porque tem dona Nono, dona No”. Sei lá o que. Eu falei: “Dona Maria, isso não vai dar em nada. Ele não vai falar nada.” Aí nós voltamos. “Ele não vai falar nada, então nós temos que pensar outra estratégia.” A dona Maria falou: “Deixa comigo. Vocês vêm junto comigo, que eu já tenho um plano.” Aí nós chegamos todos perto da dona Maria. Dona Maria era baixinha, mas muito vaidosa, cheia de batom, aquelas unhas pintadas, cheia de jóias. Dona Maria era assim, cheia de anéis. Tinha um cabelão todo assim, sabe? Aí ela chegou perto desse Golfredo Teles. É Golfredo, não é? Chegou perto dele, puxou o microfone dele. A gente levou susto. Ninguém imaginava que ela ia fazer isso. Aquela mulher toda emperquetada. E começou: “Nós familiares...” Começou a ler a carta.

L.H. – Com todas as palavras?

M.T. – Todas as letras, minha filha. Ela leu com todas as letras, porque ela tinha treinado ler aquilo ali, ela falava muito bem e com ênfase. Ninguém teve coragem de fazer nada. O Golfredo só fez assim, olha. Ficava assim e nós lá bem sérias. E aí 12 advogados levantaram. Os quatro outros não levantaram. Só 12 levantaram. E aí, quando acabou, os 12 bateram palma. Os outros ficaram quietos e a polícia veio todinha em cima de nós. Aí os advogados também vieram em cima. Os que aplaudiram vieram em cima de nós. “Minha cliente, minha cliente.” Aquela coisa toda. E aí, naquele tempo, por exemplo, eu entrei aqui nesse prédio, eu apresentei minha carteira de identidade. A moça viu, depois me deu, está aqui dentro da bolsa. Espero que esteja. Agora, lá não. Lá você punha a carteira de identidade e ficava na porta. Só na volta que você pegava. Enquanto você estava lá dentro, você estava sem carteira. Aí os advogados tiveram que tirar a gente e levar a gente dentro de casa. Cada uma daquelas setezinhas que estavam lá.

A.S. – Quem eram esses advogados?

M.T. – Ah, os advogados que nos deram apoio?

A.S. – Isso.

M.T. – A Rosa sempre, a Rosa, o Virgílio. O Júlio, que morreu de enfarto. Ele morreu muito novo. Ele tinha uns 37 anos e morreu. o Idbal Viveta, o Aeldo Soares, o Belizário dos Santos Junior. Quem mais? Espera eu lembrar aqui. O Mário Simas, José Carlos Dias eu acho que sim, levantou. Quem mais? Tinha Regina Pasquale.

A.S. – Barandier, ele atuava em São Paulo?

M.T. – Não conheço esse nome. A Regina Pasquale, que naquele tempo ela atuava. Agora ela não atua mais, não. Mas ela atuava naquele tempo. Foi esse pessoal que levantou, levou a gente em casa. Estavam todos de carro, puseram a gente dentro do carro, pegaram as carteiras lá embaixo, carteiras de identidade. Falaram: “Não, são minhas clientes.” E falou: “Qualquer coisa, vocês ligam.” Eu nem telefone tinha em casa. Eu era tão pobre que nem telefone. Falei: “Olha, gente, se acontecer alguma coisa, até a gente chegar no orelhão, eles já pegam a gente.” Porque tinha um orelhão na esquina. E eles ficavam mesmo na porta. Ficavam na porta. E a dona Maria foi para a minha casa, porque ela morava em Porto Alegre.

L.H. – Qual é o sobrenome dela?

M.T. – Fabio Oscar Marengo, um negócio assim. Não lembro. É um nome assim. Marengo. Ela deve ser Marengo, qualquer coisa assim. Dona Maria. Ela foi muito corajosa, essa mulher. Aí no texto a palavra anistia saiu nesse congresso. Saiu, mas não saiu nada.

L.H. – Não teve repercussão.

M.T. – É, mas aí a Terezinha Zerbini, que saiu com a anistia na... Isso aí ninguém me tira. Aqui tinha Enir Raimunda, aqui tinha outras pessoas. Mas lá em São Paulo foi a... E a Terezinha Zerbini levou para muitos lugares também do Brasil. E o Luís Eduardo Greenhalgh. Aí ele começou também a tratar desse assunto e nós fomos falando. A gente passava o abaixo-assinado da Terezinha Zerbini, que era o Movimento Feminista pela Anistia, a gente fazia reunião e nós fizemos, assim, reunimos, muita discussão, muita confusão, porque cada um tem uma visão política, cada um vê de um jeito. As reuniões eram aquele bolo, assim. Polícia também. Mas eu acho que nós chegamos a um bom termo. A gente queria localizar os desaparecidos políticos, esclarecer as circunstâncias das prisões, como é que eles foram assassinados. Depois a gente queria saber quem fez, responsabilizar. Não sei se a gente pensava em processo, mas a gente falava assim: “Eu quero saber o nome de quem matou. Quem matou, quem fez isso, tudo tem que ter escrito.” Mas era isso que a gente lutava. Alguém falava de reparação,

mas era muito pouco. Reparação para nós era a última das reivindicações. Esse negócio de reconciliação, conciliação, isso nem passava na... Esse discurso veio... De vez em quando, ele vem. Agora veio com a Comissão da Verdade, mas nós não. Para nós era uma questão de esclarecer as mortes, poder sepultar nossos mortos e saber quem matou. Isso que a gente queria saber. Foi isso que sempre nos uniu, os familiares todos.

A.S. – E denunciar torturador, nesse momento, já era também uma questão para vocês?

M.T. – Era uma forma, era uma forma. Saber quem matou, quem torturou. Já ia denunciar. Para nós, a denúncia estava forte. Os presos políticos já tinham denunciado em São Paulo, eu já tinha feito a carta. Foi a primeira carta. O pessoal fala que não é, mas é a primeira carta. Eu acho que teve gente que denunciou na Justiça Militar, antes dos presos políticos, como eu mesma e outros. Foram muitos que denunciaram. Não foram todos, mas foram muitos. Agora, carta, aquela carta escrita pelos presos políticos, o Bagulhão, eu acho que aquela carta, nossa, aquilo ali deu muita sustentação para nós na luta. A gente não podia falar, mas a gente falava: “Olha, aconteceu isso, isso, isso e isso.” A gente até pegava os termos que estavam escritos ali. Porque ali foi feito em 1975. Para a gente aprender... Essa linguagem, para nós, era muito difícil, muito difícil. De denúncia pública e ditadura. Então, essas mulheres, feito a Maria Augusta, eu tenho o maior respeito por ela. Ela ensinou para a gente como denunciar. A Alzira Grabois, que era aquela mulher briguenta, ela ajudou a gente. Ela falava com todas as letras e todas as convicções, que ela era advogada, ela falava com aquela coisa toda. Foi muito importante para nós.

L.H. – Quando você fala isso, que ela ensinou a denunciar, isso era o que? Era dar sugestão jurídica, ou era...

M.T. – Ensinar a falar. Não, política. Isso eu acho que era política. Porque jurídica... Ai, menina, se conversar com os advogados, aí pronto. Deixamos para eles. Aí fazer aquele embrólio todo. Essa ação do Ustra, quantos advogados eu já discuti com eles, que tinha que entrar com uma ação. E só conseguimos o Fábio Konder Comparato, que é um grande nome, daqueles que estão lá em cima, porque minha filha Janaina, ela é uma batalhadora. Ela ficou lá três anos convencendo ele a entrar com essa ação, mostrando para ele. “Não, mas tem que ter tal documento.” “Tem.” “Tem que ter não sei o que.” “Tem.” Ela ficou batalhando, porque ele queria entrar, ele tinha vontade, mas ele queria muito subsídio. O advogado, a justiça é assim, o Poder Judiciário tanto nacional quanto internacional. Porque nós acabamos tendo que lidar com a internacional, porque nós

fomos para a Corte Interamericana. O Poder Judiciário, ele exige da vítima, do sobrevivente, tudo. Ele suga tudo. Ele quer que você dê detalhes, que você dê a virgula, que você dê o documento, que você dê a hora. Então, é muito desgastante, exaustivo. Você fica louca de tanta coisa. Então, só isso já é um preço. Um preço muito alto que você paga para ter justiça. Mas eu acho que nesse tempo que nós lutamos pela anistia, nós chegamos a esse termo. Só que o que aconteceu com a anistia? A anistia foi linda, maravilhosa, todo mundo voltou e tal, mas esqueceram dos desaparecidos. Nós ficamos de escanteio. Eu lembro que esse discurso eu ouvi de esquerda. Da direita nem se fala, porque nós éramos revanchistas. Veio com essa história, que agora apareceu também na [inaudível], acho que até a Dilma falou de revanchismo. Eu achei estranho aquilo, porque revanchismo, chamar a gente de revanchista é um absurdo, não tem cabimento.

A.S. – E nesse momento da anistia e da edição da lei...

M.T. – Depois, quando nós [inaudível]: “E os desaparecidos?” Porque todo mundo voltou. Todo mundo voltou, mas os desaparecidos... Cadê notícia? Sou eu que vou continuar falando que o Edgar, que estava lá no dia 22 de junho, lá no DOPS de São Paulo... Sou eu no dia 22 de junho. E acabou ficando. Aí, nos anos 1980, quando termina a anistia, nós ficamos sozinhos e nós fomos procurar articular com a América Latina, com esses outros familiares. E esses outros familiares, principalmente da Argentina, é que nos ensinaram esse negócio de verdade e justiça nos anos 1980. Porque lá teve a Conadep, teve aquela... É Conadep que chama, não é? Aquela comissão da Argentina. Eles fizeram aquela comissão e falaram: “O negócio é verdade e justiça.” Então a gente foi pautado pelas duas palavrinhas, verdade e justiça. E a gente falava isso e assim falamos, sozinhos, ninguém entendendo. Um grupo com pena, outros: “O que é isso? Já vem esse pessoal chato.” E eu sempre andei com essas famílias. Eu sou do movimento feminista, mas sempre andei. É engraçado que as famílias não têm nada a ver com o feminismo e o feminismo também não tem nada a ver com as famílias, mas eu sempre andei desses dois lados. Então, meu discurso sempre é estranho para um lado e estranho para o outro. Mas eu sempre vou. E aí, começou aquela história de fazer o grupo Tortura Nunca Mais, que era uma forma de a gente lutar. Nós experimentamos o grupo Tortura Nunca Mais, mas... “Não, mas nós somos é familiares de mortos desaparecidos, nós não somos Tortura Nunca Mais.” Embora seja claro que a gente apóia essa luta, só que a gente sempre teve medo, ou teve receio, ou teve... Como é que fala? A gente queria preservar os mortos e desaparecidos, porque, se não, tudo dilui

eles. Fala anistia, dilui os mortos e desaparecidos; fala constituinte, acabou os mortos e desaparecidos; fala Tortura Nunca Mais, cadê os mortos e desaparecidos? Então, a gente queria marcar mortos e desaparecidos, que, aliás, a gente viu que muito morto hoje é desaparecido. Não é nem morto. Pela Convenção Internacional de Direitos Humanos, pela interpretação, inclusive, que a leitura das Comissões da Verdade, que são feitas na ótica da Convenção dos Direitos Humanos, quem não tem o corpo é desaparecido. Independente de você ter visto ser assassinado. Esse que é o critério deles.

A.S. – Em 1975, 1976, quando a Comissão dos Familiares começa [inaudível]...

M.T. - Aí nós começamos a falar em desaparecidos? Começamos.

A.S. – Era desaparecido político?

M.T. – Desaparecido político que nós começamos a falar. Nós começamos bem cedo, sabe por quê? Porque nós não tínhamos notícia. Aí o que nós ficamos pensando? “A gente põe o Edgar como desaparecido?” Porque nós vimos ele lá. “É, mas ele não está mais como desaparecido.” Fomos assim. O Fernando, não viu mais, não tem notícia... Desaparecido. O André Grabois desaparecido, o Maurício Grabois desaparecido... Os guerrilheiros foram todos na conta dos desaparecidos.

A.S. - E aí vocês começaram a elaborar uma lista?

M.T. - É, fomos. É aí que nasce esse dossiê, que nasce pequenininho, que vai crescendo, vai se datilografar. Vai juntando com isso aqui mesmo, mas esse dossiê, a história... Até 2009 ele tem esse tamanho, o nosso dossiê. Se fosse agora, que a gente devia fazer um outro, aí ele vai ser maior, bem maior. Porque agora tem a Comissão da Verdade. Eu vou te falar uma coisa. Comissão da Verdade traz pouquíssimas novidades em termos de mortos e desaparecidos políticos, mas traz muita informação. Não traz novidade no sentido, assim, como é que foi morto fulano, onde está sepultado. Isso não, que eram as perguntas. Quer dizer, aquela pergunta: “Onde estão os desaparecidos políticos?” Ela continua valendo hoje. Ela é atual. Apesar de que tem menos gente, eu acho, para falar isso. Naquele tempo tinha mais. Mas ela é atual, porque não tem resposta, embora a Comissão da Verdade tenha sido super importante. Então, talvez hoje fizesse dois volumes, três, não sei quantos desses. Até 2009 tinha 2,6 kg. [riso] Agora não sei.

L.H. – Esse dossiê *A ditadura, mortos e desaparecidos políticos no Brasil*, que é uma produção da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos?

M.T. – É.

L.H. – Aonde você continua militando.

M.T. – Sim. Não resolveram os problemas, então a gente continua. Eu faço outras coisas, mas continuo. Aí nós participamos muito com os povos lá da América Latina para explicar para a gente a luta. Nós conhecemos essa equipe de antropologia da Argentina, antropologia forense. Comecei a ir nesses encontros. Os familiares do Araguaia resolveram já logo entrar com a ação em 1982. Pessoal entra com a ação. Essa ação já vai dar muito... Tem que parar?

M.T. – Logo com a anistia eu falo assim... Eu sempre falo isso. Nem com atestado de óbito nós recebemos notícia dos desaparecidos. Nenhum atestado de óbito. Essa a declaração de ausência era ridícula. Ridícula, uma desconsideração muito grande com os familiares e resolvia muito pouco. Os familiares do Araguaia entraram com a ação em 1982. Nós, nessa busca aí, a gente já começou a entender o que era verdade e justiça. Nós aprendemos com os outros, porque nós não sabíamos. Com os outros países, que eu falo, porque no Brasil ninguém discute isso, não. Verdade e justiça? E nós vamos voltar a fazer a discussão da declaração de ausência e a localização dos restos mortais na constituinte. Porque quem reivindicou o habeas data fomos nós. Eu não lembro como é que nós aprendemos que existia esse negócio de habeas data. Alguém deve ter falado alguma coisa com a gente, eu fico pensando. Mas nós reivindicamos o habeas data. E foi muito engraçado, porque quando nós fomos fazer o requerimento pedindo as informações, eles falaram que o habeas data era um direito personalíssimo, então só a própria pessoa que podia pedir. Só que a própria pessoa está desaparecida, então como é que fica? Não resolveu. Nós pedimos na constituinte duas coisas. O reconhecimento da tortura como crime imprescritível e vocês podem ler na Constituição que não está assim escrito, porque os militares não deixaram. Não está. O crime imprescritível ficou para o racismo, mas não para a tortura. Peguem a Constituição para vocês verem. Um absurdo. Nós não conseguimos. Os militares fizeram muita pressão lá dentro na **constituente**.

L.H. – E a segunda coisa o habeas data.

M.T. – E o habeas data. O habeas data nós conseguimos, mas também não conseguimos. Porque o direito é personalíssimo. Quem conseguiu o habeas data? Eu tenho um habeas data, até podia ter trazido. Eu consegui, porque eu sou sobrevivente, viva, e fui processada. A Criméia, por exemplo, ela tem a maior mágoa, porque o habeas data dela tem 12 anos na vida dela que eles não põem nada, que é o tempo que ela vai para a guerrilha. Não tem nada. Eles roubaram 12 anos da vida dela. Doze anos é

muita coisa para uma vida, principalmente na nossa juventude. É muita coisa. É a nossa identidade. Fica faltando, nós somos capengas. Nós somos capengas. Porque você viver na clandestinidade, você viver perseguido, sem poder ser você... A nossa juventude foi assim, então nós perdemos muito e ela perdeu até por escrito. Porque eles ainda põem umas coisas lá, escrevem umas coisas de [merda]³. O dela nem escreveu. Então esse é o habeas data que nós conseguimos. Nós vamos, logo depois da constituinte, nas diretas nós vamos com os cartazes em 1984. Fizemos até esqueleto assim. Esqueleto que chama... Como é que chama aquele esqueleto? É perfil, não é? A Criméia faz muito bem, que ela é uma pessoa habilidosa manualmente, então pegava esses papelões, cortava assim com...

L.H – Fazia silhueta.

M.T. – É silhueta. Isso que chama. Silhueta. “Onde estão os desaparecidos?” A gente pintava de preto, punha assim: “Onde estão os desaparecidos?”

A.S. – Nas diretas?

M.T. – Nas diretas. Fomos muitos dias para a rua mostrar. Engraçado, todo mundo olhava. Tinha muito infiltrado nas diretas. Eles tinham um espeto, eles te fincavam assim, olha. Como era muita gente, eles te enfiavam o espeto e sumiam. Você não via. Eles fizeram muito isso. Aí, quando foi em 1990, eu acho que tem um momento importantíssimo para nós, que é a abertura da Vala de Perus, porque a Luiza Erundina é a única autoridade desse país que deu total apoio à nossa luta. Autoridade com poder, com poder político. Ele usou aquela prefeitura, aquele poder político que ela tinha como prefeita de São Paulo. Ela entregou para nossas mãos. “Vocês façam o que for preciso.” Nós tentamos ao máximo e eu acho que, pela primeira vez, eu acho que nós convencemos a opinião pública. Pelo menos ali nós vimos que a opinião pública quando vê osso, caveira, crânio, ela começa a acreditar que teve desaparecido mesmo. Porque parece que o nosso discurso era um discurso de louco, muito abstrato para o povo. Onde estão os desaparecidos políticos? “Agora estou entendendo. É isso.” E muita gente do povo também tem desaparecido. Desaparecidos não somos só nós. E eles vão lá buscar também os seus. Então, é um momento muito importante de concretização da nossa luta e impulsiona a criação de Comissão de Direitos Humanos, a CPI dos desaparecidos políticos, que é a CPI da Vala do Peru. É a única que tem no Brasil, é em São Paulo.

³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

Onde vai investigar, onde vai mostrar cadeia de comando, de alguma forma. Primeira vez que se mostra cadeia de comando. Eu acho que, para mim, é assim: verdade é a Etienne, Inês Etienne, que antecede, depois a segunda é a CPI dos desaparecidos, para mostrar. Ali eles chamam torturador para depor, chamam funcionários do IML... Só não chama a Justiça Militar, porque a Justiça Militar não vai. Não é que não chame. Você chamar Exército, o Exército não aparece. As Forças Armadas não aparecem. Eles não respondem. Eles podem ser convocados... A Comissão Nacional da Verdade tentou mas, mesmo assim, conseguiu muito pouco. Eles não vão, eles não respondem. Mas ali deu um avanço do ponto de vista... Ainda era declaração de ausência ali. Se a gente conseguisse identificar um, aí a gente recebeu um... Conseguimos um atestado de óbito, mas não, não conseguimos. Nós não identificamos. Os desaparecidos que nós achamos, eles tinham um laudo necroscópico dentro do IML, então aí tinham atestado de óbito. Você conseguia tirar o atestado de óbito quando você tinha o laudo necroscópico.

A.S. - E a causa da morte era indeterminada?

M.T. – Não, estava escrito lá no laudo. Geralmente era traumatismo, ou então anemia aguda causada por traumatismo e tal. Nunca é tortura. Eles nunca põem torturam. Aliás, o item tortura, eles negam, eles falam ou prejudicados... Os mais sinceros falam prejudicado. Se não eles falam: “Não.” “Teve tortura?” “Não.”

L.H. – Prejudicado?

M.T. – Prejudicado. Eles põem prejudicado quando eles querem dizer que tem tortura, está evidente. Mas eles não vão pôr, então eles põem prejudicado, a palavra prejudicado. Nós vamos conseguir em 1993 que a juíza... Porque nós temos aqui na Justiça Nacional a ação que está parada, completamente, mas por causa da Vala de Perus, em 1993, a Solange Salgado, que é a nossa juíza da Primeira Vara lá da Justiça Federal, ela diz que é procedente o nosso pedido. Ou seja, ela aceita nosso pedido. Depois que a gente mostra bastante o osso, não é? A mídia deu... Olha, gente, acho que um ano inteirinho deu notícia. Um ano todo dia. Todo dia.

L.H. – Qual é a ação que vocês estão... Que ação é essa?

M.T. – Essa ação dos familiares do Araguaia. É a única que tem. Dos familiares do Araguaia. São 22 familiares, que vão pedir a restituição de 25 corpos, porque tem família que tem mais de um. E sendo a primeira vez. Isso é de 1982. Essa ação entra em 1982, porque ela entrou antes. Antes já, de na hora, de pronto falarem: “Improcedente.” Não aceitaram. Aí nós entramos de novo. Em 1982 ela entrou e ficou quieta. Ninguém

falou que era improcedente. Aí, quando chegou em 1993, depois de todo esse auê... Porque em 1990, 1991, 1992, só deu mídia. Se você procurar nos jornais, você vai achar um monte. Na televisão, rádio, vai achar um monte de informação. De informação assim, de notícias, não só de desaparecidos políticos. Porque aí eles usam a vala para falar de desaparecidos políticos. Nossa, nunca teve tanto no Brasil como de 1990 a 1992. E a Luiza Erundina sustentou o tempo todo. Ela bancou. Aí, em 1993 a juíza então reconhece que é procedente a ação. E, logo em seguida...

A.S. – Isso 11 anos depois da primeira tentativa?

M.T. – Da primeira não, não é? Porque teve a primeira, foi e não deu certo; a segunda também não. Na terceira tentativa, 11 anos depois. Porque 1982 a 1993, 11 anos depois. Aí muda o Fernando Henrique em 1994. Os presidentes... O Sarney nunca quis discutir, sempre o ministro da justiça a gente ia... Com quem nós falamos? Falamos com o Sarney, era o Fernando Lira, não é? Falamos com ele, ele muito simpático. Não fez nada, mas tudo bem. Com o Itamar, nossa, o Itamar nem queria saber de nós. Acho que ele entrou com um acordo ali com os militares. Todos eles entram com acordo.

L.H. – E o Maurício Correia que foi o ministro da justiça [inaudível]?

M.T. – Maurício Corrêa recebeu. Maurício Corrêa recebeu a gente, mas o Itamar não. E ele ainda falava: “Esse negócio fica comigo.” O Maurício Corrêa falava. Nós falávamos os mesmos problemas de sempre com ele. Ele recebeu a gente e ele fez um pedido para o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Então, é a primeira vez que a gente recebe o relatório deles, que é um relatório que diz o que nós estamos falando há muito tempo. Não acrescenta nada. Ainda fala umas mentiras. A Marinha diz que a Ana Rosa Francisca é espiã do Estado de Israel. Nossa, um absurdo! Não tem cabimento. Mas a Marinha... Acho que é o relatório da Marinha que fala uma coisa que nos impressionou muito, apesar... Até a mim. Fala assim... Das famílias eu sou uma pessoa... Passei lá dentro, eu, Rosalina, nós passamos lá por dentro. Então, a gente tem uma visão mais real, digamos assim, do que as famílias. As famílias ficam sem entender. Às vezes você explica uma coisa... Eles devem ter matado, eu lembro. Família, então, se fala que matou, ela já acha que você exagerou. Porque é desaparecido, como é que você fala que matou? Então, você tem que ir com muita cautela. Mas a gente que já passou por lá, já imagina. Mas até a mim surpreendeu, porque os guerrilheiros do Araguaia ficaram presos por muitos meses. Eles ficaram muito tempo na mão da repressão. Nenhum foi morto em combate. Nosso sonho era que a gente morresse em combate. Olha só o nosso

sonho. Eu falo assim... Nosso sonho era esse. “Eu sei que não vou viver mais de 30 anos.” A gente não acreditava que fosse viver. Eu, às vezes, falo isso muito com os meninos. Hoje eu estou com 70 anos. Você imagina que quando eu tinha 20, eu achava que não ia passar dos 30, porque a gente ia ser morto pela repressão e que a gente morresse em combate, com a arma na mão. Esse era o nosso sonho. De preferência levando um, dois, pronto, acabou. Então, a gente queria acreditar que todo terrorista foi morto em tiroteio. Como foi duro! Eu lembro que eu vi a história do Danielli ali, na minha cara. Mesmo assim, quando eu ia explicar para outro... “Olha, não deve ter morrido em tiroteio, porque o Danielli foi...” “Não, mas ele foi diferente. Ele morreu em tiroteio.” É impressionante, aqui ainda tem gente que insiste que morreu em tiroteio. Era nossa meta mesmo morrer em tiroteio, não morrer na tortura. Mas a maioria... Diria, assim, que 99,9% morreu em tortura. Se teve um, ou outro... E os guerrilheiros morreram em uma tortura feia, porque eles ficaram lá muito tempo. A Janaína, que estuda muito isso, a gente fica na dúvida se é campo de concentração, que ficou ali, aquele [inaudível], aquela Casa Azul... O que é aquilo? Porque o relatório do Maurício... Porque o Maurício Corrêa que entrega para nós. É uma coisa que surpreendeu para nós. Muito. Até para mim. Não imaginava que ficasse tanto tempo assim. Quer dizer que eles espremeram até o fim.

L.H. – [Inaudível] quanto?

M.T. – Ah, são meses. Acho que quase um ano. Por exemplo, os últimos guerrilheiros vão ser presos em 1974 e vão morrer em 1975. Então é muito tempo, não é? Isso foi uma tristeza muito grande, esses relatórios, porque a gente [teve]⁴ essa informação, mas não deu a localização. Os familiares foram muitas vezes lá na região do Araguaia. Aí foi a Suzana que foi muito, Criméia, foram outras. A Janaína foi. E sem falar a primeira caravana, que é a Alzira, Vitória Grabois, a Júlia, a dona Júlia, a dona Cilene, esse pessoal. O seu Edgar... E quando chega em 1995... Por isso que eu falo que a luta é muito grande dos familiares. Qualquer coisinha, uma mexidinha que deu, foi tudo com o dedo dos familiares. Se caiu na imprensa, a repercussão foi maior e aí pode ter chegado no poder, balançado alguma coisa e eles terem tomado alguma providência. Tem um secretário geral da ONU que vai falar dos desaparecidos políticos no governo

⁴ O mais próximo do que foi possível ouvir.

Fernando Henrique. Eu não lembro o nome dele. Ele vai falar, mexendo. “O Brasil não pode ficar sem resolver o problema dos desaparecidos políticos.”

A.S. – Pierre Sani.

M.T. – Sani, é. Pierre Sani. A Angela, que é irmã do Pedro Alexandrino, ela mora em Washington, ou ela mora ali perto de Washington. Quando o Fernando Henrique passa lá, ela vai falar: “Onde estão os desaparecidos políticos?” Ela fala alguma coisa. “Até hoje não foi resolvido.” O Marcelo Paiva, filho do Rubens Paiva, ele é colunista do *O Estadão*. Ele é um cara famoso. Ele escreve sobre o pai dele. Então, quer dizer, existe a pressão dos familiares, tem a repercussão na ONU. Aí o Fernando Henrique então resolve fazer essa Lei 9.140. Ela nasce fruto da luta. Não teve ninguém que chegou e falou assim: “Não, eu sou presidente da República, eu sei que teve ditadura, eu vou tomar uma iniciativa.” Não é verdade. Nem o Zé Gregório, nem nada. Me desculpe, mas não é. Ele fala que a lei é dele, mas não é. A lei foi conquistada. Agora, a lei, ela é... Todas as leis que o Brasil fez são deficientes. São para enrolar, mais para enrolar do que para resolver. Quando resolve é com muita mobilização nossa, mas não é a lei. A Lei da Anistia fez aquela confusão que até hoje... Porque, naquela época, não tinha anistiado torturador. Agora disseram que anistiou os torturadores. Em 2010 a decisão do STF diz que anistiou os torturadores. Mentira, mas a mentira fica verdade, porque o STF é que entende, não sou eu. Então, ele que decide, ele que é instituição e tal. É uma coisa horrível. A Lei 9.140, ela, de pronto, ela reconhece 136 nomes de desaparecidos políticos. Ou seja, ela não quer investigar onde estão, quem são os responsáveis. Ela não quer esclarecer. Ela quer esconder. Toda lei, ela combina com a política do Brasil, que é do esquecimento. Não tocar no assunto, pôr uma pedra em cima, dar um ponto final. Nós é que... Enquanto a gente estiver vivo, nós vamos ficar cobrando. Essa é muito forte, essa ideia do esquecimento. Que coisa horrível, não é? Mesmo pessoal de esquerda que vai para lá, pessoal que passou por isso. Você fica impressionada. Eu fico indignada às vezes. Eu fico indignada porque [inaudível] as pessoas passaram, sabem muito bem e, quando eu estou reclamando do Estado brasileiro, eu não estou dizendo que é esse Estado hoje, democrático, que fez isso. Foi o outro, mas esse, se ele não apurar, ele fica conivente com o outro. Então, é isso que eu estou falando. Eu não estou acusando os governantes. Mas parece que você está querendo derrubar os governantes. Nós somos muito mal entendidos. Eu acho, assim, difícilíssima essa nossa luta. Aí, nossa, nós fizemos de *tudo* para acabar com isso. Tirar, de pronto, esses 136 nomes. Vamos

esclarecer um por um, que é isso que nós queremos fazer. Quer dizer, nós tínhamos que fazer uma pré Comissão da Verdade, ou já uma Comissão da Verdade. Eles não aceitaram. Sabe o que eles fizeram? Urgente, urgentíssimo. Vai lá. Nós fizemos todo um trabalho de discussão de um por um, de uma coisa, fizemos, mobilizamos... Olha, quantas reuniões nós fizemos com o Zé Gregório, com tudo quanto é gente. E acho que o Zé Carlos Dias, que foi antes do Zé Gregório, acho que ele queria fazer um negócio mais contundente, mas caiu. Caiu por causa dos militares. Ele caiu por causa dos militares.

A.S. – A reivindicação de vocês era que não constasse a lista com os 136 e que fosse a investigação?

M.T. – Não é que não constasse. Se você reconhecesse, de pronto, 136, você já fala: “Não precisa investigar.” Nós queremos investigar esses 136. Pode pôr os nomes lá, mas cada caso vai ser investigado, põe na lei. Porque se não puser na lei, não adianta. Só os que morreram nas dependências policiais, ou similares, não sei o que. E quem foi assassinado na rua? Porque é o caso do Marighella, é o caso do Lamarca, que a gente sabe. Quer dizer, eles queriam que esses dois ficassem de fora, porque eles foram assassinados na rua. E outros que foram assassinados, ou consta que foram. Porque até hoje... O Lamarca e o Marighella já são mais conhecidos, mas tem outros casos que eu não sei. Então, a gente queria que esclarecesse um por um, investigasse cada caso. Caso a caso. Então a lei, ela teve esse problema, mas nós trabalhamos com essa lei, nossa representante foi a Suzana Lisboa, a Criméia fez a assessoria, a Iara Xavier Pereira fez também, então tocamos para a frente.

A.S. – A questão do período que aparecia na lei, de 1961 a 1979, era também um aspecto que vocês...

M.T. – Não. Não, a gente queria o período da ditadura, mas nenhuma lei veio com o período da ditadura. A anistia também não veio. Você sempre faz a discussão, mas ninguém ouve, não. Ninguém te ouve. Tudo que está na lei, o pessoal fala: “Não...” Está na lei, mas não foi isso que nós reivindicamos e nós tentamos. Quantas vezes nós fomos para Brasília para aquele Congresso Nacional lá conversar. Nós tivemos o trabalho de conversar com cada liderança do partido e eles [inaudível] e tal, não sei o que, anotando. Chegou lá, nem anotaram nada. Em cinco minutos votaram tudo isso aqui. Eu lembro que nós saímos da... Eles mandaram a gente sair, porque eles iam para o plenário e a gente não podia entrar lá. Aí nós fomos dar uma volta. A gente ia lá na galeria para ver

eles votando. Nem os trâmites eles tinham votado. Nem os trâmites eles tinham votado. E o atestado de óbito que veio, veio assim: “Foi morto conforme o Artigo III da Lei 9.140/95”. Quer dizer, a lei mais assassina que tem, não é? A lei 9.140. Porque todo mundo foi morto pelo Artigo III da lei. Eu falei: “Gente, é uma vergonha.” Você vai lá buscar no cartório o atestado de óbito e está escrito isso. E a nossa luta pela reivindicação do atestado de óbito é até hoje, não é? Até hoje, que a Comissão da Verdade não deu conta, a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos não deu conta até hoje, não deu uma resposta. Nós temos lá em São Paulo 31 casos, que nós entramos junto com a defensoria, porque tem que ter advogado para entrar. Gente, tem família que agora já é para a história, porque a família mesmo já morreu. Nós temos casos lá que todo mundo já morreu. O pai morreu, a mãe morreu, o irmão morreu. Então tem todo mundo. O morto morreu jovem, nem tinha filho. Os pais morreram, o irmão morreu, então não tem mais quem... Então tem que ser a defensoria pública. Nossa, tem que fazer uma discussão se ele é... Então, por exemplo, o caso do [inaudível]. É um exemplo que eu estou dando aqui. É um caso que ele era estudante de geologia na USP. Ele era quase um geólogo. Então, quem estuda geologia na USP precisa de defensoria pública? Precisa, porque não tem ninguém. A mãe já morreu, o pai já morreu, todo mundo já morreu. E o irmão, no caso dele, o irmão antes de morrer, passou todos os bens dele para o jornalista que morava na esquina, que trabalhava, tinha uma banca de jornal. Ele falou: “Olha, o dia que eu morrer, essa casa vai ser sua.” Tanto é que a casa é do jornalista. Uma casa até boa. Ele deu porque falou: “Não, não temos herdeiros. Eu sou o último.” Fez essa doação. Aí a defensoria fez não sei quantas discussões políticas para ver se podia ou não. Olha, gente, um caos. Só conseguiu um. Nós conseguimos a retificação de um pela defensoria, que é o pai do Ivan Seixas, Joaquim Alencar de Seixas. Foi legal.

L.H. – A retificação do atestado de óbito.

M.T. – Do atestado de óbito. Não pôs tortura, não, mas punham que ele foi espancado nas dependências do DOI-CODI, na Rua Tutóia, 921, no Paraíso. Punham isso. Está ótimo. Muito perto da verdade. Ele foi torturado até a morte, mas está muito perto da verdade. Foi um avanço que nós conseguimos. E agora nós estamos aí, tentando o do Danielli, que o juiz ainda quer que eu prove mais coisa. Eu falei: “Provar o que, meu filho? Se eu já vi ele morto, se eu já tenho a ação do Ustra.” Porque na ação do Ustra, que nós conseguimos até agora, que o Estado declarasse torturador, está lá a história do

Danielli. E o juiz reconheceu, então... O que mais? Fazer o que mais? Então, o atestado de óbito é essa luta até hoje.

A.S. – Amelinha, você mencionou que houve muitas discussões políticas também no âmbito da defensoria pública para ver exatamente o que? Para a defensoria pública assumir?

M.T. – Porque você para pedir para o juiz para mudar o... Para você mudar um atestado de óbito, você tem que... Chama ação de retificação do atestado de óbito. Você tem que pedir ao juiz. Tem que ter um advogado. Eu não posso chegar lá e falar: “Olha, juiz, muda os atestados aqui.” Não. É uma ação judicial, entendeu? Uma petição, com toda a documentação, você tem que botar todas as provas, por que você não quer assim, quer assim, testemunhas... Tem provas documentais, provas testemunhais, provas não sei mais o que. E aí, então, eu vou contratar um advogado para cada família? São 436 nomes aqui, praticamente, tirando o Vladimir, tirando um ou outro, que tem que fazer a retificação. E eu não tenho condições de contratar. Cada advogado vai me cobrar quanto? São milhões que eu tenho que pagar. Então a defensoria... Como é uma questão que foi o Estado que cometeu esses crimes, então a gente conversou com a defensoria pública. Vocês, como instituição, vocês tem que fazer defesa. Vocês têm, por obrigação, que fazer a realização da ampla defesa das vítimas. Essas aqui foram vítimas do Estado. Está aí. Até agora ninguém nunca, nunca um torturador falou que ele não foi morto pelo Estado. Nunca. Nós passamos isso aqui para tudo quanto é lado. Isso aqui foi a imprensa oficial que fez. No começo, a imprensa vendia. Vendeu não sei quantos. Acho que três mil e tantos. Isso aqui foi vendido no Brasil inteiro. Agora, os que sobraram, a gente distribuiu para algumas pessoas, ou algumas instituições, nem pessoas. Ninguém nunca protestou. Então a defensoria pública, depois de muita conversa, porque ela diz que só podia atender quem tem até dois salários mínimos. Quer dizer, eu tenho que provar que cada família dessa tem dois salários mínimos. Falei: “Você está louco. Eu não vou provar isso.” Já passaram muita humilhação essas famílias para poder ter que ficar provando agora se vive com dois, com um. Tem família que nem mais existe. Ela não existe. Porque a cada morte dessa, é uma destruição, às vezes, de uma família maior. Eu vejo assim, o Danielli, a mãe dele morreu logo. Ela teve um enfarto e morreu. A mulher teve um enfarto e morreu. O filho morreu de tanto beber, o filho do Danielli. Virou um alcoólatra com 48 anos de idade. Não aguentou. Morreu, ficou morto ali. Vai falar com quem? Com quem ficou? Fala assim: “Ah, eu vou ter que mexer com esse

atestado de óbito? Eles não vão mexer nada. Quanto tem que pagar para o advogado? Será que vale a pena? Eu não tenho... Esse dinheiro aqui é próprio para a minha velhice, eu já estou velho.” A pessoa fica desanimada, porque não sabe se vai ter êxito. Então, nós conversamos. É uma questão política, a defensoria tem que fazer. A defensoria nasceu por uma luta política, porque nenhum estado queria garantir defesa para o povo. Nós fomos lá brigar para ter na Constituição, não foi? Para ter e depois para fazer [inaudível]. Porque aqui no Rio a defensoria ainda tem uma história diferente, mas lá em São Paulo não. Lá em São Paulo teve uma luta, um movimento pela criação da defensoria pública. Um movimento popular. De juntar milhares de pessoas para o que? Para reivindicar, porque preso não tem advogado, gente aí que tem um monte de problema não tem. Então tem que ter uma defensoria pública. “Agora, se existe é porque nós lutamos para vocês existirem. Agora vocês não podem fazer essa ação?” Nossa, foi uma discussão política que se teve que... Aí muda a defensoria, aí vem outros... Olha, você não imagina o que é. Uma retificação. Nós conseguimos de um. Do Joaquim Alencar de Seixas. Ou Joaquim de Alencar Seixas. Nós conseguimos um nessa luta toda. O Berbert conseguiu, porque o Berbert, o sobrinho dele é advogado, então ele entrou particular. E ele entrou. Ainda pediu urgência, porque a mãe do Berbert está com 95 anos, então ele conseguiu. Mas, assim, nós estimulamos ele a entrar. “Você pode, você é advogado.” Não vai cobrar da família. O Vladimir Herzog entrou, porque alguém entrou com ele. Acho até que foi a Rosa, a Rosa Cardoso. Porque o Vladimir Herzog é um caso emblemático e tal. O João Batista Drummond, que é um dirigente da AP, que foi para o PCdoB, que é da chacina da Lapa, também um advogado, amigo da família, entrou. Então é assim. E a gente achava assim: “Eu vou procurar um amigo advogado.” Não, uma instituição. O Estado que fez, o Estado que recomponha agora.

L.H. – Ação coletiva.

M.T. – É, nós queríamos isso. Menina, mas até agora é uma luta. Nós estamos travando essa luta, mas não é fácil.

A.S. – E junto à defensoria essa luta desde o momento posterior...

M.T. – Ah, desde que existe essa defensoria. Lá em São Paulo ela foi criada em 2006, então nós estamos lá discutindo com eles, aí é com eles [inaudível]. E tem um defensor que é sobrinho de um... Sobrinho ou neto, agora já não sei, porque nós somos tão velhos, que eu já não sei. Eu vejo esses meninos, não sei mais a relação. Ele é parente de um desaparecido, então... Olha só. Mas ele não pode nem entrar com a família dele.

Mas eu falei: “Mas, pelo menos, convence lá o pessoal.” Quer dizer, tem até isso. Tem defensor que é filho de ex-presos políticos, ou neto. Eu não sei se é filho ou neto, mas é parente. Quer dizer, conhece essa história um pouquinho, já ouviu falar.

A.S. – Não há uma espécie de regra para todos, que seja comum a todos os casos. Depende das circunstâncias, dos conhecimentos familiares para conseguir essa [inaudível].

M.T. – Não, não. Depende de tudo, porque sem esse conhecimento familiar não resolve nada. Na instituição não. A instituição é [inaudível].

A.S. – Vontade política...

M.T. – A instituição você tem que conversar com o chefe primeiro, lá em cima. Aí você conversa, ele fala: “Tudo bem.” Mas não toma nenhuma providência, então... Ou então você conversa com o chefe lá em cima, ele fala: “Tudo bem.” E toma providência. E assim vai, só que muda o chefe lá em cima, então todas as vezes você tem que voltar a conversar. Entendeu? Não incorpora na instituição que tem que fazer isso. É meio trabalhoso, não é? Bastante trabalhoso. [riso]

L.H. – Eu queria entender um pouquinho mais... Não sei até se isso está previsto na... Eu queria entender um pouquinho mais como é que... Porque você tinha comentado antes, quer dizer, tem uma identificação sua muito grande com essa luta dos desaparecidos, que é a sua luta, e o feminismo. Quais são as diferenças? O que é comum à luta pela memória, justiça e verdade? O que é comum? O que diferencia? Quando você falou: “A tortura nunca mais. Tortura nunca mais claro que é importante, mas essa não é exatamente a nossa luta.” Como é que você olha essa...

M.T. – A nossa identidade é mortos e desaparecidos políticos. Porque Tortura Nunca Mais você... A tortura não só se deu na ditadura, ela existia antes. Existiu na ditadura e existe na democracia. Então, quer dizer, tortura sempre e nós somos contra, mas nós não queremos que dilua na questão dos mortos. A gente não quer que os mortos e desaparecidos políticos se diluam, ou se dilua, no resto da luta. Porque a luta é imensa e todas têm o mesmo valor. Dou muito valor aos grupos Tortura Nunca Mais. Não é que eu não dou. Dou muito valor. Nós damos. Mas a nossa é específica. Nós temos esse compromisso. Se a gente não falar desses mortos e desaparecidos, ninguém fala. Essa que é a questão. A diferença está aí. Você entendeu? Ninguém fala. Fala um ou outro, que viu ali e tal, mas não fala de todos. Nós falamos de todos. Nós temos uma conquista lá em São Paulo, que eu acho extremamente importante, que foi feito um monumento

aos desaparecidos políticos. Ainda que tenha sido feito, digamos assim... Depois que você vai na Argentina, você vê aquele Parque Nacional da Memória, o nosso é bem modestinho, é um negócio desse tamanhozinho assim, mas tem o nome de todos que estão aqui. Isso, para nós, é uma vitória. É isso que nós lutamos. Aí tem gente que foi meu amigo pessoal, que nós brincamos todos juntos. Tem outros que eu nunca vi, nem sei. Mas é como se fosse, porque a nossa luta é essa. Então é isso. Quando a gente fala, é isso. Tortura Nunca Mais tem valor? Tem, nossa! Muito valor. No meu modo de ver, tem. Só que é essa luta enorme, que a gente também faz parte dessa luta enorme. Mas você tem que priorizar alguma coisa, porque, se não, você não dá conta de fazer. A gente não dá conta de fazer tudo. Então, a gente prioriza os mortos e desaparecidos políticos.

L.H. – E qual foi a expectativa da criação da Comissão Nacional da Verdade? Como é que eu vocês se articularam?

M.T. – A Comissão da Verdade, verdade seja dita, quem batalhou por essa Comissão da Verdade fomos nós familiares dos mortos e desaparecidos políticos. Nós batalhamos por a gente aprender com os outros países. A gente sempre ouviu os outros países. Não que nós tivemos a ideia. Não, a ideia não é original, mas também com essa ação foi acirrando, essa ação lá da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Ela foi apertando o espaço, foi tensionando. E lá se fala muito da Comissão da Verdade, que o Brasil não tinha nem Comissão da Verdade. Então nós [inaudível]. Quando foi feito, o Brasil foi condenado aqui. Em 2007 foi até... Em 2003 o Brasil foi condenado. Em 2007 acho que foi tudo transitado e julgado, porque todos recursos foram julgados e confirmaram a condenação.

A.S. – Recursos da União.

M.T. – Do Estado, é. Só entra com recurso quem perde. Quem perdeu foi o Estado. O Estado foi perdendo, foi entrando com recurso, foi perdendo, foi entrando com recurso, foi perdendo, foi entrando com recurso e perdeu em 2007. E nada de concretizar. Você vê que nós ganhamos a sentença, mas nunca foi concretizada a sentença. Não foi efetivada. Ainda é uma meta. E lá nós ouvimos: “O Brasil tem que criar a Comissão da Verdade.” Quando falaram na... Agora eu não lembro. Conferência Nacional de Direitos Humanos. Eu não lembro o número da conferência.

A.S. – Foi na 11ª? De 2008?

M.T. – Dois mil e oito. Tinha um número. Décima primeira. Isso. A gente sempre foi nas conferências. Nós vamos lá, falamos nos desaparecidos, são aquelas loucas que [falam] [riso], mas nós vamos lá e falamos. Aí nós vimos eixos, foram colocados eixos para discutir e não foi colocado verdade e justiça. Minas Gerais é que deu o tom. Falou: “Tem que colocar verdade e justiça.” E Minas Gerais vai ter verdade e justiça. Tanto é que nós fomos lá para Minas Gerais para discutir verdade e justiça.

A.S. – Isso era discussão da atualização do Plano Nacional de Direitos Humanos.

M.T. - É, porque a conferência nacional, ela tem um monte de conferências regionais até chegar lá. Mas quem dá o tom, quem dá as diretrizes é o governo federal. Não deu verdade e justiça, minha filha. Nós que demos e tal. Minas Gerais e nós fomos todos para lá, para Minas Gerais. Discutimos. Foi até muito bonita a discussão lá, em Minas mobilizou muita gente. Aí eles tiveram que botar mais um eixo, verdade e justiça, quando chegou na nacional. Nós saímos delegados e fomos para lá discutir a verdade e a justiça. Quando nós chegamos lá para discutir, primeiro tinha uma confusão danada, porque verdade tudo bem, mas justiça nós não podemos falar, porque justiça é do Poder Judiciário. Eu falei: “Não, justiça nem sempre é do Poder Judiciário. Justiça é um reconhecimento político dessa luta. Você valorizar quem luta pela verdade, você está fazendo justiça. Valorizar cada um desses, você está fazendo justiça, mesmo que o Judiciário esteja lá fazendo outras coisas. Então nós queremos verdade e justiça.” Tinha dois carinhos lá na reunião que era uma vergonha. Dois caras de terno e gravata. Eles eram advogados da AGU, Advocacia Geral da União, mas eles estavam comissionados no Ministério da Defesa e eles querendo convencer a nós que nós estávamos querendo... Os poderes no Estado... Olha só a discussão deles. Eu falei: “Ai, gente, esse povo estuda e não aprende.” O Executivo, o Judiciário e o Legislativo. Nós estamos querendo que o Executivo interfira no Judiciário. Eu falei: [inaudível]. Você me dando essa aula de que como é que funcionam os poderes?” [risos] Eu falei: “Pois então você pega o microfone e fala que é isso, como é que funcionam os poderes.” Porque ele veio me chamar em particular, sabe? Fazer a discussão, assim, no cantinho. Eu falei: “Mas só faltava essa. Eu ter aula agora com você da AGU. Você vai lá no microfone e explica para o povo. Vamos ver como é que o povo vai reagir à sua explicação.” Aí ele não foi. Foi uma confusão. Eu só sei que nós tínhamos que ter votação para entrar no plano. E, na votação, um monte de gente que era funcionário do governo de tudo quanto é secretaria aí, foi tudo embora. Saiu com medo de... Não queria votar nem contra, mas também

tinha medo de votar a favor. Então, ficamos na sala nós com 25 pessoas para votar. Vinte e cinco. Isso tem até um filme. Se você pedir ao Marcelo Zelic, ele tem esse filminho. Ele fazia filme de tudo, nossa senhora. Aí esses dois votaram contra. Então foi 23 a dois, porque esses dois votaram contra e eles foram lá e votaram contra. Falaram que em nome do Ministério da Defesa votavam contra. Aí nós tiramos maior sarro deles. Falamos: “Se vocês tivessem ido lá no quartel, vocês chamavam o batalhão, vocês iam ganhar, não é? Um batalhão contra nós 23.” Porque foram 23 que votaram verdade e justiça. Isso dentro do grupo. Depois tem a plenária lá. E nós temos uma dívida para com o movimento negro, porque o movimento negro estava lá. Desses 23 tinham vários do movimento negro, que votaram para a gente. Porque eles também querem uma comissão. Porque aqui na OAB fizeram. Mas tinha que fazer no Brasil inteiro, porque a escravidão não foi só no Rio de Janeiro. A escravidão negra. Eles votaram com a gente. Votaram, defenderam, foram lá na frente e tudo. Foi assim que nós conseguimos a Comissão da Verdade e da Justiça. Agora, depois que saiu aquele programa lá, vocês deve ter acompanhado, que o site sumiu, ficou um tempão sem ter no site o resultado. O dia que puseram no site, aí os milicos foram contra a verdade, foram contra o aborto, foram contra... Como é que fala? O Movimento Sem Terra pediu para ter negociação antes de executar a ação do despejo, que é o óbvio. Tudo se procura negociação. A questão dos gays, sei lá, enfim. Aí foi um caos. Eles criaram um caos com tudo isso. Nós juntamos todo mundo, os movimentos. Movimento feminista, movimento LGBT, tudo mundo apoiou a Comissão da Verdade, mas tiraram a justiça. Sumiu. Justiça sumiu. A palavra justiça sumiu. Logo depois, nós fomos para a corte, porque ia ser julgado. Olha, gente, o Brasil parece bagunçado, mas não é. É super organizado quando é contra a gente. Tudo articulado. Olha, no dia 29 de abril de 2010 foi aprovada a anistia para os torturadores, que foi aquele julgamento daquela ADPF 153. Nós fomos para a corte acho que no dia 18 de maio, por aí. Nós fomos lá na corte... A.S. – Em 2010.

M.T. – Em 2010. Tudo 2010. Tudo articuladinho, tudo certinho. Você vê que tem tantos anos para fazer isso, mas quando nós vamos para a corte, eles entram com o projeto de lei. Até o Lula ainda que entra com o projeto de lei no Congresso Nacional. O projeto de lei para criar a Comissão da Verdade. E nós fomos lá, até apareceu lá no site que nós, que o Brasil... Tanto é que a sentença exorta o Brasil porque ter feito... Porque a sentença ia pedir a Comissão da Verdade.

L.H. – E houve uma antecipação.

M.T. – É o meu celular.

L.H. – Quer parar um pouquinho?

A.S. – Bom, Amelinha, nós gostaríamos que você falasse das iniciativas da sua família, da família Teles, de elaborar ações judiciais para tentar responsabilizar o Ustra pelas torturas e pelas detenções de vocês. Como é que começa esse processo?

M.T. – Tão logo termina a anistia, nós, minha família, principalmente eu e o César, a gente gostaria de ver uma responsabilização até criminal do Ustra em relação ao assassinato do Danielli, que nós assistimos. Então, a gente tem até como obrigação. Não conseguimos. Nós ouvimos desde advogado que falou assim: “Olha, no caso do Danielli não tem jeito, porque ele era terrorista mesmo, então não vai ter como vocês provarem nada.” Ou gente que falou: “Ah, não, mas teve a Lei da Anistia e, se for mexer com isso, eles vão alegar logo que é revanchismo e que vocês não vão conseguir.” E aí, a gente conversava com um, conversa com outro. Tinha uns até que não respondiam dessa forma, mas não faziam nada. Falavam: “Ah, eu vou estudar o caso.” E nunca estudava. Um pouco antes da família Teles entrar com a ação contra o Ustra, nós tentamos entrar com uma ação contra o Capitão Ubirajara. O capitão Ubirajara era do... Ele foi nomeado até pelo Alckmin em 2003, 2002, agora eu não me lembro bem. Ele foi nomeado pelo Alckmin para ser diretor do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Nós achamos, assim, demais. Foi interessante, porque eu tive a reação, porque como eu tinha sido torturada por ele, diretamente, eu tive uma reação de indignação mais que muitos ex-presos políticos. Eu acho que foi a única manifestação que eu vi na minha vida... Tinha uns 206 presos políticos na frente da Secretaria de Segurança Pública repudiando a nomeação dele para a diretoria do Serviço de Inteligência e pedindo a imediata exoneração do cargo. Tanto é que ele acabou sendo exonerado.

L.H. – É, eu me lembro disso.

M.T. – Você lembra disso? E, na época, uma jornalista perguntou para mim. Alguém deve ter falado: “Ela foi torturada pelo Ubirajara.” Aí eu falei: “É, fui torturada, ele é torturador. Ele não pode assumir um cargo de confiança com esse status. Ainda mais no Serviço de Inteligência do Estado de São Paulo. Isso aí é altamente perigoso.” E essa jornalista, quando foi falar com ele, com o Capitão Ubirajara, ele falou assim: “Não, mas a Maria Amélia não conta, porque ela é terrorista mesmo.” Isso em 2002 ou 2003.

Eu tentei entrar com a ação. Até, nesse caso, não fui nem eu que tomei a iniciativa. Foi um amigo meu, um advogado. Ele ligou para mim e disse: “Você quer que eu entre com a ação agora? Porque esse é um caso de ação.” Aí ele entrou, mas não conseguiu. Engraçado que entrou, o Ministério Público considerou procedente a ação e depois essa ação sumiu, foi arquivada e não teve jeito. Isso foi em 2002, 2003. Mas a Janaína já negociava essa ação contra o Ustra com o Fábio Konder Comparato. Porque a gente não encontrava advogado. Acho que foi, mais ou menos, assim. Eu não me lembro, porque ela que poderia falar direito sobre esse início aí. O pessoal falou: “No Brasil não tem ação judicial.” E não tem mesmo. Se você for ver, é muito pouco, comparado com os outros países aqui vizinhos, inclusive, é muito pouco. Nós não temos. Aí o pessoal falava: “Ah, porque o brasileiro não tem consciência jurídica, não tem consciência política, não tem, enfim, consciência cidadã.” Cada um fala de um jeito e aí então o... Acho que foi a Janaína. Ela falou: “Não, não é que não tenha consciência. Também você tem que ter advogado. Não tem advogado, como é que você vai fazer?” Então no Brasil não tem advogado e tal e acho que o Fábio Konder Comparato assumiu como problema para ele. Ele é um advogado de renome, de importância, então ele falou: “Não, eu entro com essa ação.” E propôs a ação, assim, de entrar. Isso aí demorou uns três anos para juntar documentação, que ele entendia como... Que habilitasse a ele de fazer a petição. É uma petição muito bem feita, não sei se vocês já viram. Porque acho que ela é pública, não é? Aliás, é pública. Não sei se vocês tiveram oportunidade de ver. Mas aí, então, a ação entrou em 2005.

L.H. – Era uma ação cível?

M.T. – Antes disso, antes de entrar tem uma discussão. Cível ou criminal? Cível. Porque criminal nós vamos esbarrar na Lei da Anistia. Teve outras pessoas que entraram e esbarraram na Lei da Anistia. Segundo, vamos fazer uma ação por danos morais/materiais e pedir indenização, ou vamos fazer uma ação declaratória que ele é o torturador? Nós optamos pela ação declaratória. Porque até a reparação econômica o Brasil já vinha tomando iniciativa de fazer. O Brasil não faz é a reparação política e social, que eu acho que essa que é a mais grave, no meu modo de ver. E aí quando [inaudível] alguma coisa sempre tinha. Embora meus filhos ainda... Nunca foram anistiados, mas tem crianças que foram e tal. Então, nós entramos com a ação declaratória contra o Ustra sem pedido de indenização. É interessante porque quando a gente entrou, o Ustra, quando foi citado, ele deu... Eu acho que foram quatro

argumentos contra a ação. Mas em todos os argumentos ele procura me atacar. Ou ele fala da família, ou ele fala de mim, diretamente. Eu atribuo isso a... Eu chamo eles de misóginos. Eles têm horror de mulheres, então... Ódio às mulheres. Só pode ser. Então ele diz primeiro que eu sou mentirosa, porque nada disso que eu falo de tortura, de assassinato, de sequestro de criança, nada disso foi assim. Ele já até explicou no livro *Rompendo o silêncio*, que não foi assim. Segundo, ele fala que eu estou querendo me enriquecer à custa do Estado e à custa dele. Eu não estou pedindo indenização, mas ele fala isso, que eu estou querendo enriquecer. O terceiro argumento é que eu quero aparecer. Eu devo querer ser alguma candidata. Como se fosse proibido ser candidata. Quer dizer, ele raciocina como se fosse em uma ditadura. Você não pode se candidatar. Se eu quisesse aparecer e ser candidata, é um direito que me cabe como a qualquer pessoa. Em uma democracia você pode se candidatar, aparecer. E o quarto argumento, aí é aquele argumento maldoso. Todos são, mas esse se reveste em uma maldade especial, que é dizer que eu entreguei o Danielli, então eu tenho uma culpa, então eu fico responsabilizando ele. Ele põe assim nesse quarto argumento. Aí a gente tinha que providenciar mais provas, anexar mais provas nesse processo para contestar, ou fazer cair essas argumentações dele. A primeira era fácil, porque nós denunciemos a tortura dele em 1973 na Justiça Militar, sob ameaça de voltar à tortura. A segunda era... Qual que eu falei que era a segunda? Já até esqueci. Porque a primeira é a questão que esses fatos não...

L.H. – A segunda é a questão da reparação financeira.

M.T. – Ah, não tinha nada. Ação declaratória. Não estou pedindo dinheiro, então não tem...

L.H. – Procedência.

M.T. – É. A terceira de querer ser candidata. [riso] A quarta é que era a questão do Danielli. Foi interessante, porque no que o Amaury Ribeiro, que eu estava falando com vocês, jornalista do jornal *O Globo*. Acho que é Amaury Ribeiro Júnior, se eu não me engano. Ele recebeu um pedacinho do baú do general Bandeira e nesse baú tinha... Essa parte que ele recebeu tinha uma cartilha escrita pelo Ustra de como se pode fazer uma prisão exemplar. Então ele põe o caso do Danielli, foi meu caso. É uma prisão exemplar, porque deu tudo certo. Então ele põe que tinha um cara que entregou o Danielli, põe toda a história, que é, talvez, a história verdadeira de onde eu entro e acho que antes... Então ele põe toda a história. Uma pessoa entregou um ponto com o

Danielli, então eu e o César, nós passamos lá, eles seguiram a gente, pegaram a gente. Eles pegaram primeiro o Danielli, depois pegaram a gente. Essa denúncia dele era improcedente, mas também não tinha nada a ver com o processo, porque mesmo que eu tivesse entregue o Danielli, ele não podia matar o Danielli de qualquer jeito. Essa que era a questão. A questão não é quem entregou o Danielli, que a gente até sabe quem. Lá nessa apostila está dizendo. É o manual de treinamento do aparato repressivo e tem essas informações. É por aí. Mas, mesmo assim, o advogado lá, o doutor Fábio Konder Comparato procurou derrubar cada uma das argumentações, mostrando o absurdo que era e tal. Então essa ação, ela... As testemunhas de defesa dele eu nem sei como é que foram, mas acho que não disseram coisa com coisa. Não sei, não convenceu o juiz. As minhas convenceram e, não sei, o primeiro juiz da 23ª vara cível, em 8 de outubro de 2008, oito ou sete de outubro, ele declarou o Ustra como torturador. Mas ele exclui meus filhos. Meus filhos foram excluídos. Meus filhos são mais injustiçados de toda a história. Não foram anistiados, não foram declarados como sequestrados pelo Ustra. Quer dizer, eu não queria que fosse declarado isso. Tanto é que o... Quer dizer, isso não era um pedido. Nós queríamos que fosse declarado torturador. Por quê? Porque ele sequestrou. Então, ele reconheceu que tudo que nós falamos era verdade, mas meus filhos ele tirou, excluiu. Porque as testemunhas, nenhuma, falou dos meus filhos. Na hora de falar, não falaram. É interessante, porque o advogado falou assim: “Eu posso entrar com recurso.” Eu falei: “Não, mas o importante para nós...” Na hora nós conversamos, eu e meus filhos. “O importante é que o Ustra seja declarado torturador. Isso que interessa para a história.” Uma questão de justiça. Se meus filhos... O que eles acham ou não... Mas eu fico pensando, meus filhos ficaram de fora nessa sentença. Ele reconhece tudo, menos isso. E aí vai seguindo, não é? Vai para o Tribunal de Justiça. Porque o Ustra entra sempre com recurso. O recurso do Ustra é sempre pobre. Ele alega o que? Que a anistia já anistiou, então o crime está prescrito. Então, não tem por que ter ação e tal. O interessante é que ainda não tinha sido dada a decisão lá do STF de que os torturadores tinham sido anistiados. Mas nós ganhamos no Tribunal de Justiça. Não com facilidade, não. Com facilidade não, mas nós ganhamos. Porque acho que foi de dois a um que ficou. Dois a um.

A.S. – Ao longo desses três anos, de 2005 a 2008, você estão acompanhando o desenrolar da ação e tem algum outro evento nesse intermediário? Alguma coisa que acontece? Ou vocês ainda estavam [inaudível]?

M.T. – Acontece. Cada ação é assim: chama testemunha, vai ter audiência, suspende a audiência... Ah, tem. Eu estou contando resumido, não é? Porque se for contar tudo... Nossa, é um tal de vai e volta. Não é fácil, não.

L.H. – Você se sentiram, de alguma maneira, ameaçados nesse momento?

M.T. – Olha, para dizer a verdade, é o seguinte: as ameaças eu não conto. Não conto, porque acho que ia dar muito cartaz para esse homem. Então, não conto. Meu foco é que ele é torturador, agora o que ele fala, o que ameaça, o que faz, eu acho que não vale a pena. Não vale a pena falar disso. Eu não falo.

L.H. – E essa foi a primeira ação... Pelo menos, é a minha lembrança de acompanhar um pouco esse debate. Eu não sei se eu estou atualizada. Essa foi primeira ação desse tipo, que teve como resultado o atendimento da demanda? Quer dizer, ele foi declarado torturador. Ele pode estar recorrendo até hoje.

M.T. – Ele foi declarado no primeiro, no segundo e ele foi para o STJ. O STJ, que é o Superior Tribunal de Justiça, é muito difícil você chegar lá. O cidadão comum não chega, não. Ele chegou. Chegou e o debate foi pesado. Foi pesado, porque a relatora... Não me lembro agora o nome dela. A ministra relatora defendeu o Ustra, defendeu que pela Lei da Anistia ele está anistiado. Aí teve um outro que pediu vista, aí voltou de novo a audiência. Então, o debate foi assim: no Tribunal de Justiça já foi mais pesado e no STJ mais pesado. Agora a tendência é ir para o STF. Eu acho que vai para o STF. Eu preciso até ver como é que está. Exatamente agora, nesse instante. É interessante que, assim, o doutor Fábio Konder Comparato, ele falou assim: “Então se eu entrar... Falta divulgar, mas eu estou me dispondo a ser advogado, então vou entrar sempre. Pessoas vão entrar com esses processos, não é? Eu vou ter uma centena de processos desses.” Só teve um, que foi da família Merlino. A família Merlino entrou da seguinte forma: a irmã, a Regina Merlino, a companheira Angela Mendes de Almeida e a sobrinha, Tatiana Merlino. Elas decidiram fazer a mesma ação que a nossa. Até vieram conversar com a gente, nós fizemos várias reuniões e tudo. Olha só como a justiça funciona. Quando elas chegaram lá, quando a ação entrou... Toda vez que a gente entra com a ação, a primeira ação... Eu vou pulando, porque se for contar toda a história... Nossa, é um caos! O Ustra entra com recurso logo de cara. Entra com esses recursos todos já na primeira instância. Aí, é julgado lá no Tribunal de Justiça e eles consideraram a nossa procedente. Quando foi da família Merlino, entra também na primeira instância, o Ustra entra com recurso e o Tribunal de Justiça considera improcedente a ação, alegando que

uma ação declaratória não faz o menor sentido, tem que ser indenizatória. Porque declaratória dá muito trabalho da justiça para nada. Olha só.

A.S. – Essa foi a decisão da vara?

M.T. – Não, não é da vara. A vara entrou. É assim: você entra na vara, entra com recurso. O recurso é julgado no TJ. No TJ a Câmara que julgou o recurso decidiu isso, que a família tinha que entrar com indenização por danos materiais e morais e não com uma ação declaratória. Quer dizer, a mesma ação que foi aceita por nós. Aliás, que nós entramos e que eles aceitaram, para a família Merlino não foi aceita. Então, o que ela fez?

L.H. – Isso até contraria a lógica da justiça, que é a lógica da jurisprudência.

M.T. – Ah, mas não.

A.S. – Ou seja, era uma outra composição da Câmara? Era a mesma?

M.T. – Não, era outra composição, mas foi essa a decisão. O que acontece? A família Merlino entrou com uma ação indenizatória. Acho que ela pede R\$400 mil, alguma coisa assim. Tem que pedir um valor lá e ela põe lá um valor. E ganhou na primeira instância. Agora está para ser julgada na segunda, mas já está muito tempo. Aquilo ali está meio estranho, eu acho. Muito tempo. Por exemplo, o nosso ficou quatro anos. De 2008 até 2012 são quatro anos. A família Merlino já tem mais de quatro anos que está lá. Ou três anos?

A.S. – A decisão favorável a eles é de 2012.

M.T. – Ah, então tá. Então, está dentro do prazo.

A.S. – E aí o Ustra foi condenado a pagar R\$100 mil.

M.T. – Para cada um, não é? Ou para todos?

A.S. – Eu imagino que seja para todos.

M.T. – Ah, é?

A.S. – Mas tem que checar.

M.T. – Pode ser, não sei. Enfim, mas só essas duas.

L.H. – Ou seja, só tem essas duas ações.

A.S. – Só essas duas, porque as ações que... Houve outras ações, mas ações... Bom, ação declaratória, houve uma ação declaratória que eu não sei o desfecho final, que foi da Inês Etienne com o mesmo Fabio Konder Comparato. Isso vocês teriam que procurar. Eu não lembro do desfecho. E tem ações de responsabilidade criminal da União. Por exemplo, a ação do Herzog é de responsabilização de que a União é que foi

responsável pela morte dele. Isso tem. Tem a do Drummond, tem a do... Manuel Fiel Filho pede indenização. A família Fiel Filho. Então tem algumas. Você vai pegando caso por caso, tem algumas. Aqui fala das ações dos familiares de mortos e desaparecidos.

L.H. – Mas aqui tem quatrocentos e...

M.T. – Trinta e seis.

L.H. – Quatrocentos e trinta e seis nomes. Nem 10% deu origem a ações. Tem 40 ações?

M.T. – Eu acredito que não, acredito que não.

L.H. – É muito pouco, não é?

M.T. – É muito pouco. Não, é muito pouco. Eles mostram o quanto a justiça está afastada de nós, ou distante. Porque eu fico pensando assim: se nós, que somos 436, é um universo pequeno dentro de 200 milhões de habitantes e, de alguma forma, somos um segmento que, não digo bem informado, mas tem um certo nível de informação. Tem alguma informação. Até porque a própria luta já nos deu uma informação. E não tem nem 10%. Eu acredito que não tenha, nunca fiz essa conta que você está fazendo, mas eu acho que nós não acreditamos na justiça. O que você pode avaliar? Nós não acreditamos na justiça, a justiça é de muito difícil acesso, você não tem um suporte. Se você não tiver um bom advogado, que te dê as coordenadas, é muito difícil. A justiça é muito cara, é muito dispendiosa. Cara em todo sentido. De sentimento, de dinheiro, de tempo, de tudo. É muito difícil. Eu acho que nós não temos essa... É interessante, quando você tem certeza que o Estado que matou... Porque todas as famílias têm certeza disso. Uma coisa elas têm certeza: que foi alguém do Estado que matou. Não foi uma morte, assim, qualquer, não é? Então, eu acho que é uma constatação mesmo que a gente faz. Isso eu ouço sempre. Eu ouço sempre isso. Acho que desde os anos 1980 que eu ouço isso. “Vocês não entram na justiça, vocês falam, falam, falam, mas não entram.” E não entram mesmo. Essa é a realidade. E quando entra, é uma mão de obra. Uma mão de obra. Eu sei, porque eu acompanho.

A.S. – Tem 10 anos, não é?

M.T. – É, essa aí tem 10 anos. Essa é uma açõzinha, não é? Ela virou uma ação grande por falta de outras.

L.H. – Ela até poderia ter dado estímulo...

M.T. – Estímulo para as outras entrarem. Ela é uma ação que tem uma importância muito grande. Porque o Brasil teve uma ditadura... No mínimo, no relatório da Comissão Nacional da Verdade fala entre 377 torturadores, o que é muito aquém da realidade. Teve muito mais, mas vamos ficar nos 377. E nenhum deles ser declarado torturador judicialmente? A justiça não está cooperando com a verdade. Eu não sei, tem vários pontos para serem esclarecidos em relação a isso, ao acesso à justiça. Por que não se acessa a justiça no caso desses ex-presos políticos? Mas não acessa. É interessante, não é? Nós já fizemos a discussão. Eu nem saberia dizer por que. Eu só sei que as pessoas até falam: “É, vou ver.” Vou ver e depois não aparece.

A.S. – Por outro lado, o Ministério Público tem...

M.T. – Agora, o Ministério Público é outra coisa. O Ministério Público só começou depois das nossas ações. Tanto dos familiares do Araguaia como a ação declaratória contra o Ustra. O Ministério Público, na verdade, ele vai aparecer a partir de 2010 na questão das ações. Ou seja, nós demos subsídio para o Ministério Público. O Ministério Público Federal, com todo o respeito, eu acho aquele pessoal maravilhoso e têm a maior dedicação ao trabalho que fazem, mas eles só entram depois. E o Ministério Público é um órgão do Estado que tem obrigação, não é? Eles têm obrigação de entrar com a ação para esclarecer como se deram as mortes, responsabilizar os agentes envolvidos. Eles têm por obrigação. E entraram com muitas ações. Eles têm entrado com muitas ações, que eu não sei mais dizer quantas. Você pode pegar, eles têm lá um mapinha, uma planilha. Tudo depois de 2010. Então, eu penso assim, que nós, família Teles, deu a sua contribuição na questão do acesso à justiça, na questão de abrir um caminho para limpar essa história. Porque nós não podemos ficar com a história de que aqui mata, tortura e tudo bem, a gente continua. Isso aí tem feito muito mal para o Brasil. Porque o Brasil, a gente vê aí, um país muito violento. Então, a gente abriu ali o caminho. Agora... O Ministério Público está fazendo... O Ministério Público Federal está fazendo um bom trabalho. O Ustra, ele tem... Eu não estou acompanhando, assim... Não é que eu não estou acompanhando. Eu vejo, mas não guardo os nomes. Eu sei do Edgar. O Edgar Aquino Duarte. O Ustra está sendo responsabilizado criminalmente. Ele, o Alcides Singillo e o Carlos Metralha, que é Carlos Alberto Augusto, ou Carlos Augusto Alberto. Não sei. Tem um nome assim.

A.S. – Carlos Alberto Augusto.

M.T. – Carlos Alberto Augusto, que é um delegado de polícia. Então, essa ação é muito importante para a frente, mas agora ele entrou com recurso aí no STF e foi para o hospital internado, ficou internado, então... No dia da audiência. Ele teve o piripaque dele no dia da audiência. Eu não sei como é que vai ser. Nós discutimos anos e anos e anos, nós falamos: “No Brasil, que é o país da impunidade, aqui nenhum torturador sentou no banco dos réus.” Agora eles sentaram. Eles sentaram como réus. Não foram condenados, porque eu vi o Carlos Alberto Augusto sentado e o Alcides Singillo. Não vi o Ustra. Porque o Ustra sempre alega problemas de saúde quando é para ir na audiência. Ele nunca vai. Mas vamos ver como é que segue isso aí. Eu acho que agora nós estamos em um momento crucial em relação a essa ação da família Teles. Porque, se for para o STF, é o momento do STF rever sua posição e voltar atrás. Porque, de vez em quando, eles falam que teria que voltar, revisar essa decisão.

L.H. – Não é unânime, não é?

M.T. – Não é, não.

L.H. – Venceu, mas não foi unânime.

M.T. – Não foi unânime. Teve dois. Teve o Ayres de Brito e o Ricardo Lewandowski, que foram contrários. Então eles falam em revisar. Agora, eu acho que está um momento bastante crucial ali para ter essa decisão.

A.S. – Ao longo desses 10 anos, no qual tem ocorrido essa ação da família Teles, quais são as interpretações sobre a Lei de Anistia desses juízes pelos quais a ação tem passado? Porque para ter uma condenação civil declaratória, isso significa, automaticamente, que a interpretação de crimes conexos que anistiará torturadores não foi aceita. Ou isso não é nem tocado [inaudível] essa discussão?

M.T. – Não, a ação civil é declaratória... Não, porque é na área cível. Essa decisão do STF, ela só incide na área criminal, na responsabilização criminal. Isso eles têm alegado. Mesmo assim, a ação, no caso, do desaparecimento forçado. Tem alguns crimes que o Ministério Público Federal tem buscado mais argumentação. Eles têm uma argumentação jurídica mais avançada, que é o desaparecimento forçado, sequestro. Com crimes...

A.S. – Crimes de lesão à humanidade também.

M.T. – Não, crimes permanentes, que têm ação continuada. Então, são crimes que não foram resolvidos até hoje. Então, a Lei da Anistia não vale para esses crimes. A decisão,

não a Lei de Anistia, a decisão tomada pelo STF não se aplica a esses casos. Então, por isso que eles estão entrando com desaparecimento forçado e sequestro.

A.S. – No caso do Rubens Paiva tinha também ocultação de cadáver, não é?

M.T. – É. Todos eles têm ocultamento do cadáver, mas alguns tem provas. No caso do Rubens Paiva tem mais elementos, porque o próprio Paulo Malhões falou muito, não é? Falou muito e morreu. Foi morto. Porque ele mostra como é que ocultava o cadáver. Então esse caso tem mais elementos.

A.S. – Bom, em 2010, então, tem três situações que são extremamente importantes. Tem a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, tem a decisão do STF e tem também a iniciativa do Poder Executivo de criar uma Comissão Nacional da Verdade, apresentando um projeto de lei. Como é que vocês acompanharam essas três situações?

M.T. – Nossa, foi muita luta, porque a questão da decisão do STF foi uma manipulação. Inclusive, o Executivo tem responsabilidade, no meu modo de ver. Quando eu vi aquele STF com essa votação, eu pensei assim: “O STF não pode ser uma composição política.” Ele é uma composição política, ele é indicado pela presidência da República. Não tem uma outra forma de escolher essas pessoas, então é complicado. Não sei se vocês pegaram ali, aquela sessão do STF, foi o seguinte: primeiro que os familiares foram lá com a camiseta escrito “Onde está Maria Lúcia Petit?” E eles proibiram de entrar. Eles exigiram que os familiares ou tirassem a camiseta, ou não iam entrar. Não podia entrar com a camiseta. Alegando que aquela camiseta podia influenciar o voto deles. Foi essa a alegação. Isso aconteceu no Brasil em 2010. No entanto, olha só. Eu estou falando isso por quê? A sessão não termina no dia. Ela continua no outro. Não sei se vocês lembram disso. Ela continua no outro. E nesse, de um dia para o outro, o Lula chama eles para um jantar e eles vão. Eles vão jantar com o Lula. Quer dizer, o jantar com o Lula não tem influência ou tem influencia? Porque se a camiseta tem influência, o jantar com o Lula tem muito mais. Vem dizer que uma camiseta vai mudar seu voto porque eu vim com uma camiseta aqui e você vai conversar com o Lula e não muda seu voto? Eu acho estranho. Eu tenho isso aqui. Aí, quando a gente chega lá na Costa Rica, que é a corte, nós vamos falar assim: “Nossa, nem Comissão da Verdade o Brasil tem.” Aí eles vêm com projeto para diminuir o impacto da nossa denúncia. Porque no Brasil não tem uma Comissão da Verdade. Percebe que é bem ali na boca? O julgamento na corte é uma coisa absurda. Só quem [inaudível] para ver.

L.H. – Na Corte Interamericana?

M.T. – Na Corte Interamericana. Aqui ficam os familiares, atrás. Na frente fica o que faz o papel de advogado nosso, que é o [inaudível]. Aqui fica a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Aqui fica o governo brasileiro. Esse aqui é o Estado brasileiro. Aqui em cima, aqui é um palco. Aqui em cima tem 11 juízes. Todos com uma... Uma espécie de um cachecol vermelho representando o sangue derramado nas Américas. Eles têm essa representação, que é muito emocionante. Aqui nós familiares, são 13 pessoas que conseguiram chegar em Costa Rica, porque é muito caro. Muito caro. Você tem que se dispor a bancar e é tudo você que paga. Aqui do governo é um monte, porque é o Estado que paga. Até general vai. É uma beleza, uma festa. É o trem da alegria aqui. E aqui é a Comissão. A Comissão tem gente que estuda lá junto à corte, faz estágio, vai estudar, então fica aqui atrás. Está vendo? Geralmente, esse pessoal todo, felizmente, torceu por nós e não por eles. Então, geralmente, esse lado e esse por nós, e eles lá. Mas nós somos um grupinho assim. Quem vai falar pelo Brasil, por incrível que pareça, ou é o embaixador, quer dizer, o Ministério das Relações Exteriores... Esse Ministério das Relações Exteriores devia abrir o arquivo, porque não abriu para a Comissão Nacional da Verdade. Porque ali tem muita coisa, muita podridão. E o Ministério da Defesa. O Ministério dos Direitos Humanos teve valor nenhum. Eles não se colocam. Aliás, nem vai o ministro. Foi uma menina lá, assessora do assessor de não sei de onde. Por isso que vai o general, porque é Ministério da Defesa.

A.S. – Mas foi o ministro da defesa ou foi um representante do Ministério da Defesa?

M.T. – Não, o ministro da defesa não foi. Nem o ministro das relações exteriores. Vai o embaixador. Por isso que eu falo: mas o Ministério... Não estou falando o [inaudível], nem sei quem é o ministro. O Ministério das Relações Exteriores tem muita informação. O arquivo deles, que eles não deram para a Comissão da Verdade, tem muita informação. O Ministério da Defesa também. Então estava lá representado por seus advogados. Aí quem faz... Digamos assim, o Estado brasileiro está sendo acusado de ter desaparecido... Conta toda a história. Quem faz a defesa do Brasil, no primeiro momento, é o embaixador, que é Ministério das Relações Exteriores. Fala um monte de mentira. Todas as lutas que nós fizemos são deles. Tudo que nós fizemos. Sabe quando se apropria? Devia falar assim: “Não, os familiares fizeram isso e isso e nós aplaudimos.” Pode até falar isso. Mas falar que eles fizeram? Aí vão as testemunhas, os

familiares são as testemunhas, são os depoimentos, que são os peticionários, na verdade, mas lá eles têm o nome de testemunha. Tem as testemunhas dos familiares e as testemunhas do Estado brasileiro. Então, quem é testemunha dos familiares, no caso, foi o Belisário dos Santos Júnior e o Marlon Weichert, que é do Ministério Público Federal, procurador da República. E nós agradecemos muito, porque os dois foram lá falar a nosso favor. E os que foram contrários a nós: Sepúlveda Pertence, o Zé Gregório, que era ministro dos Direitos Humanos na época do Fernando Henrique. Nessa época não. Acho que esses dois. Agora, dos peticionários é a Criméia que vai falar, é a Laura Petit, é a Beth Silveira. Mas o que eu queria dizer é o seguinte: a corte... Evidentemente, tudo que se ouviu ali, a corte está mais do que convencida que o Brasil tem que ser condenado. Pelo o que se ouviu ali. Não estou falando nem pelo o que eles pensam, porque eu não sei, não conheço eles. O presidente da sessão, que é um dos juízes, fala que o resultado daquela audiência em forma de sentença vai ser apresentado. Eles têm acho que 90 dias. Não é na hora que eles dão o resultado. Aí o Ministério da Defesa, na pessoa do advogado, fala o seguinte, ameaça a corte, falando assim: “Ou vocês dão uma sentença exequível, ou então nós não vamos cumprir.” Fala assim aos berros lá dentro do plenário. Então, quer dizer, assim foi o julgamento. Você imagina nós... Nós estamos digerindo isso até hoje. Tem cinco anos que nós estamos digerindo. Nós assistimos a isso, você entendeu? E depois que termina, os juízes vão lá abraçar a gente, dar os parabéns para nós. Nós demos um livro desse para cada, para eles. Nós demos nossos presentes, que eram nossos documentos e fomos falar com esses advogados, que foram contra nós. Eles tratam a gente como inimigo do Estado. Eu falei: “Vocês estão igualzinho à ditadura. Vocês não sabem que a ditadura acabou? Já acabou já faz tempo.” Eles atuam como se fosse da ditadura.

L.H. – Isso que eu ia te perguntar, Amelinha. Quando você diz: “O Sepúlveda Pertence, o Gregório, falaram contra nós.” O que é falado contra?

M.T. – Falar contra nós é falar que o Estado brasileiro está fazendo. Ele diz que fez essa lei. Zé Gregório falou que já fez essa lei, já resolveu o problema dos desaparecidos. Ou seja, essas famílias estão querendo o que? O Sepúlveda Pertence diz que a anistia anistiou os torturadores. Ele estava lá, ele era da OAB e tal em 1979 e foi um acordo da sociedade com os militares, para anistiar os torturadores. Que acordo? Aonde? Se ele sentou em algum lugar, foi ele. Sentou em algum lugar clandestino. Porque você não vai ver uma foto dele sentado com os militares fazendo um acordo. Eu nunca vi. E eles

falam como se fosse... Porque nós estávamos falando: “Desde a anistia que nós estamos aqui buscando os nossos desaparecidos, para não dizer antes da anistia. Se houve anistia, tem que entregar uma resposta para nós.” E eles falam isso. Eles vão lá e falam: “Mas anistia como?” Como se nós tivéssemos sentado na mesa com os militares e feito um acordo. “Olha, nós aceitamos a anistia e não vamos falar mais disso.” Nós não fizemos esse acordo. Não existiu. Então, quer dizer, seria como eu falo. Clandestino, entre eles, porque nós não fizemos. Ninguém fez. Na sociedade aberta, que lutava, ninguém fez. Quem é que fez? Eu participei disso o tempo todo e não teve esse acordo. Eu nunca vi. É claro que a anistia foi... Eu falo, assim, a anistia foi parcial. Ela não foi ampla, geral e irrestrita como nós queríamos. Ser parcial quer dizer o que? Os nossos companheiros, que entraram na luta armada e que foram julgados por isso, ou nem foram julgados por isso, não foram anistiados. Um exemplo, para mim, é muito fácil. Eu fui anistiada, porque eu era da imprensa. A Criméia não foi porque era da guerrilha. Entendeu? A Criméia só foi anistiada agora em 2008, 2010, sei lá. Um dia aí. Por aquela Comissão da Anistia, mas não... Porque a anistia...

L.H. – Não em 1979, não é?

M.T. – Não, em 1979 não. Não foi. A anistia, ela no dia que eles deram lá, acho que foi 28... Vinte e oito foi aprovado, não é? Vinte e oito de agosto de 1979. Aí, quando 30 de agosto, eu acho, saía a lista dos nomes da gente que foi anistiado. E a gente guardava esse papel, esse jornal. Eu me lembro de pegar nesse jornal aqui. Eu peguei esse jornal, botei dentro da minha bolsa e falei: “Se algum policial vier em cima de mim, eu falo assim: ‘Olha aqui, eu estou anistiada, aqui está meu nome.’” Figueiredo, inclusive, que assina. Você pegou o Figueiredo assinando os torturadores? Ele pode até ter falado: “Olha, nem vai ter processo contra vocês, que nós vamos dar um jeito nisso e tal.” Mas no papel não. E chega lá, eles fazem esse discurso. O Sepúlveda Pertence fez esse discurso, com toda aquela coisa dele. Então é muito duro. Eu acho que foi um momento muito duro para nós. Muito duro mesmo. Eu tenho meu sobrinho, meu sobrinho tem 42 anos. Eu até acho engraçado, porque eu acho velho demais. [risos] Quarenta e dois anos. Ele chorava igual criança. Ele foi lá. Chorava igual criança. Todo mundo chorava, sabe? Eram 13 familiares, todos chorando. Chorando. Ainda teve terremoto, que lá tem terremoto também. Eu falei assim: “Nossa, ainda bem que o terremoto disfarçou.” Porque lá todo dia tem terremoto e teve na hora do julgamento. Então foi o que disfarçou, porque era só choro, choro. As pessoas choraram, porque foi muito dolorido.

É muito dolorido. Nossa. Agora, ano passado, eles voltaram lá e eu não voltei, por causa da Comissão da Verdade. Não podia sair, porque tinha muito trabalho. Mas eles voltaram. Todos passaram mal, todos que foram passaram mal. Vomitaram, passaram mal. Agora já tem que responder de novo relatório. Porque toda hora você tem que responder relatório. Se nós estamos lá na Comissão da Verdade fazendo não sei o que, o Estado que fez. “O Estado fez, não sei o que, com isso, aquilo.” Todo tamanho lá no relatório e os desaparecidos mesmo... Então é uma luta difícil. Esse foi o julgamento. No final do ano teve a sentença. Gente, muita gente ficou com raiva de nós porque tinha a sentença que tinha condenado o Brasil. As pessoas queriam esconder... Até hoje a sentença não teve a repercussão junto à opinião pública que deveria ter a sentença do Araguaia que, diga-se de passagem, é uma sentença que reconhece todos os desaparecidos. Fora da guerrilha também. Pena que eu não trouxe a sentença aqui para vocês, mas tem na internet a sentença.

A.S. – Tem aqui.

M.T. - Tem, não é? Porque essa sentença, ela reconhece todos os desaparecidos, além dos guerrilheiros do Araguaia. Então ela merecia ser mais divulgada, mais trabalhada. Até a pessoa do direito da Fundação Getulio Vargas lá de São Paulo, eles trabalharam muito com essa sentença. Mas devia trabalhar em toda escola, não é? Devia dar atenção, porque é uma sentença histórica, gente. Se a gente conseguir que alguns itens, pelo menos... Pelo menos que digam, assim, uma resposta. “Os desaparecidos não vai ter mais como achar por isso, por isso e por isso. Os torturadores vão ser nominados, pelo menos, porque nós não vamos poder condenar, porque um está com enfarto, o outro vai ter...” Mas nominar, eu vou dar os nomes, nomear todos os torturadores, todos os desaparecidos. Pedir desculpas. Aqui está escrito, na sentença. Pedir desculpas aos familiares, à sociedade pelos crimes cometidos. São coisas que eu acho que não são tão difíceis de fazer se tem um mínimo de boa vontade política, mas, nossa, em 2010 foi aquele deus nos acuda para esconder isso aqui. É como se a gente fosse inimigo. Muita gente do campo da esquerda passou a me olhar de esguelha por conta disso. Por conta dessa sentença.

L.H. – Como seria isso? Raiva por quê? Porque o atual governo é uma relação pró o governo atual?

M.T. – Quem tem que responder hoje é o atual governo. Não tem jeito. Se você está lá à frente do Estado... O Estado é um ente abstrato, não é? Alguém tem que ir lá falar.

Então, eles acham que nós estamos responsabilizando o atual governo. Quem tem que pedir desculpa é o atual governo. E, ao mesmo tempo, manda ao projeto de lei... Esse projeto de lei, que é o que foi aprovado, ele está muito aquém da necessidade com a Comissão da Verdade. Olha, a primeira coisa que eles puseram no projeto de lei, de 1946 a 1988. Gente, está brincando. Em dois anos, com sete membros. Ah, está brincando. Então nós brigamos muito por conta disso. A gente queria a audiência com a Dilma, nós queríamos discutir com a liderança do PT. Gente, olha, com a liderança do PT nós não conseguimos discutir. A única pessoa que fez audiência pública lá no Congresso Nacional foi a Luiza Erundina. Ela tinha uma subcomissão lá, que ela inventou lá na Comissão de Direitos Humanos. Mesmo assim, Bolsonaro indo lá xingar a gente, ela enfrentando. É uma luta. Esse 2010 aí, você está querendo saber, luta todo dia, toda hora. E, assim, as pessoas que a gente atuava junto com elas... Não estou falando Bolsonaro, porque esses aí tudo bem. Elas não queriam que fosse aprovado. Se a Dilma quer, sei lá, Dilma, Lula, quer assim, então vai ser assim. Eu falei: “Não, não é assim, gente. Nós podemos ter uma audiência, negociar.” “Não.” Você não sabe o que são os militares, o que significa. Tudo os militares vão tomar conta. Olha, foi muito sofrimento. Eu vou te falar. E esse projeto de lei foi aprovado do jeito que estava, não fizeram mudança nenhuma. Nós até abrimos mão. Nos falamos: “Nós vamos abrir mão da nossa participação para não entrar militar.” Porque na Comissão Especial dos Mortos já tinha entrado militar. Aquele Osvaldo Pereira, que é general, que está no *Brasil: nunca mais* o nome dele. Está no *Brasil: nunca mais*. Aquela ali eu também não me conformo de ter deixado passar. Não devia, não. Ah, gente, o cara que mata, ou que está lá do lado dos que mataram, vai fazer o que? A não ser que ele fosse lá falar para a gente: “Olha, os desaparecidos são esses, nós fizemos isso, isso e isso.” Mas ir lá para ficar decidindo qual companheiro nosso que é terrorista, qual que não é? Mas tudo bem, passou. Agora nós falamos: “Não vamos deixar entrar militar. Nós abrimos mão da nossa participação, mas não entra militar.” Nós fizemos isso.

A.S. – Se vocês não tivessem optado por abrir mão, você acha que, necessariamente, entraria algum militar para compor a comissão? Seria quase que uma relação [inaudível]?

M.T. – Não sei, não é? Não sei. Não sei, eu acho que eles nem têm interesse de ser da comissão, mas nós abrimos mão. Eu penso porque eles têm outros poderes. O poder deles é sentar em cima do arquivo deles, não abrir uma informação. Conclusão: pode

botar 10 familiares na comissão, que você não tem a informação. Eu acho que eles também podem pensar assim. Mas, na verdade, é o seguinte: esse projeto de lei foi aprovado exatamente do jeito que estava, em uma sessão terrível, porque teve acordo até dentro do banheiro. Você pode pegar o jornal e ver. Teve acordo dentro do banheiro. Gente, é muito, sabe? Eu acho demais. Quer dizer, você se esconder da população e ir para o banheiro para fazer acordo? O certo é o debate público, é o Congresso sempre fazer um debate público. Agora, fazer acordo no banheiro? Porque fizeram acordo dentro do banheiro do congresso, por isso que a imprensa viu e noticiou. Por isso que nós ficamos sabendo. Porque nós nem entramos ali.

A.S. - Não puderam entrar?

M.T. – Nós não entramos. Nós estávamos lá e não entramos. Por que será? Não, eu acho que não é porque não puderam. Acho que nós tomamos essa decisão de não entrar. Não entrar, assim, na galeria, porque lá dentro você não entra mesmo. E se não tem o debate ali, lá dentro do banheiro você não está vendo. Dentro do banheiro do deputado... Eu nunca fui em banheiro de deputado lá dentro do plenário. Não sei como que funciona aquilo.

L.H. – Eu não me recordo dessa história. Que acordo? O acordo para não ter revisão de lei?

M.T. – Para não mudar nada. Porque a Luiza Erundina, timidamente, coitada... Foi uma sacada ali. Ela ia defender as nossas propostas. Ela tinha combinado, ela e um outro lá. Ia defender só para colocar na história. “Olha, os familiares pensam assim, assim, assim.” Eles vão provar assado. Tudo bem, mas, que conste que nós pensamos assim, assim. E aí ela foi massacrada. Eu lembro e...

M.T. – O [inaudível], eu não falei deles dois. Mas o Gilson Dipp, ele foi na condição de testemunha contra os familiares e falou um monte de besteira. Era da Comissão Nacional da Verdade e que também não fez nada. Doente, mas recebeu até aquele dinheiro lá, aquele salário. E ele falou que ele foi defender a DPF também, 153. Defendeu não sei o que. Olha, ele não falou nada. Sabe aquela pessoa que vai para cá, volta para lá, faz um monte de retórica? Mas conteúdo não tinha, não. E esse Rodrigo, esse aqui é ótimo. Nossa, gente! Ele é professor, estou vendo aqui. Ele acho que é colombiano, ele fala espanhol. Mas ele foi mostrar a obrigação que o Estado tem de investigar essas ossadas, essas pistas que foram levantadas. Porque a gente falou, a gente contou a história. Ele foi muito bom, muito bom. Ele e uma moça que eu não

estou... Deve estar aqui o nome dela, mas agora eu não estou lembrando. Uma advogada lá da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que ela que foi a defensora, que teve a palavra. A defesa oral foi ela que fez. Mas que mulher competente, nossa! É daquelas que arrasa, sabe? Quando ela falou, nós choramos ali. Todo mundo. Ela fez uma defesa nossa impressionante.

A.S. – O Sepúlveda Pertence, ele foi na condição de que? De ex-ministro do STF?

M.T. – Não, não foi isso. É que ele era advogado da Ordem dos Advogados do Brasil na luta pela anistia, que aliás, ele teve... Eu achava até que ele tinha posição melhor nessa época do que agora, mas ele falou que, como testemunha daquela luta, ele viu que houve um acordo. E esse Gilson Dipp falou bobagem lá. O Gilson Dipp, além de ter o mesmo discurso do outro, o conteúdo, se é que eu me lembro direito, mas ele não falava coisa com coisa. Você não entendia, sabe? É uma linguagem que não é para qualquer normal, cidadão comum. E o Pertence falava mais a linguagem que a gente entendia e que não aceitava, não era verdade. Isso era com princípio. Porque o outro não, o outro começava a falar em um juridiquês lá, que não sei mais o que. Deu uma enrolada, não é? E esse, o Pertence, não. Ele defendeu mesmo o acordo. Eu falei: “Gente, cara de pau.” Eu não sei se ele era presidente da Ordem na época. Se fez alguma coisa, não contou para nós. Foi contar lá na corte em 2010. Aí nós passamos por essa discussão do projeto de lei, 2010, 2011, porque isso aí vai ser aprovado no final de 2011. Acho que novembro de 2011. Mas com essa vergonha do banheiro. Coisa que você faz no banheiro que é para fazer em público, tem tramóia. E a comissão saiu. A comissão saiu, ficou, praticamente, o primeiro ano um brigando com o outro. Não sei se vocês lembram, era um tal de um brigar com o outro, não tinha... Olha, eu não sei quantas vezes nós fomos até a comissão dizer que a comissão nasceu para enfrentar o problema dos desaparecidos políticos e que ela tinha que fazer isso, ouvir caso. Eles nunca ouviram. Nunca ouviram. Esse livro aqui, não sei quantas vezes nós levamos na mão de cada um. Olha isso aqui. O primeiro ano foi só confusão. Não tinha acordo ali. Entre eles, eu estou falando entre eles. Um estranhava o outro o tempo todo. O Dipp ficou doente, o Cláudio Fonteles saiu, pediu até exoneração e o outro, não sei mais o que. Enfim, foi uma confusão. Aí, só no final... Quando é que foi o... Por incrível que pareça, quem botou ordem no galinheiro foi o Pedro Dallari. Chegou lá e falou assim: “Vamos botar todo mundo para trabalhar.” E botou. Colocou para trabalhar, mas nós falamos com ele: “Tem que ter nenhuma informação a menos do que está aqui, desses 2,6kg. A

mais você pode pôr, mas a menos não.” E, mesmo assim, não foi exatamente como a gente quis. Mas eu acho que o final foi uma discussão brava. Você vê que, no começo, eles queriam de 1946 a 1988, depois eles mesmos viram que era de 1964 em diante. Viram que não tinha lógica nenhuma aquilo. A questão dos desaparecidos, realmente, eles enrolaram até o fim, mas quando chegou no último semestre, eles começaram a levar a sério. Quando eles viram que tinha que ter no relatório, eles começaram a correr atrás. Botaram um monte de menino aí para fazer pesquisa. Não ia ter um capítulo do Araguaia. E eu falo isso, eles ficam muito putos da vida comigo, mas não ia ter um capítulo do Araguaia. Eu comentando com o jornalista, o jornalista fez uma manchete assim: “Não vai ter o capítulo do Araguaia.” E eles ficaram putos da vida, mas aí que eles contrataram gente para fazer o capítulo. Foi, foi aí. Inclusive, eu falei assim: “Então você faça um favor. Me dê esse texto aí que eu quero ler antes de ser publicado. Porque se tiver muita besteira, eu vou denunciar. Eu e outras pessoas.” Aí, no final, eles concordaram com a gente, eles trabalharam. Tanto é que, quando saiu o relatório, em que pese que o relatório não teve a publicidade, a divulgação, o reconhecimento político que ele merecia, eu escrevi para eles, falando assim: “Olha, eu acho que não teve pessoa que mais criticou vocês do que eu.” Acho que não teve, porque eu criticava. Eu ligava para eles, mandava e-mail para eles. Verdade e gênero? Eu falei: “Tem que pôr verdade e gênero. O que é isso? Toda comissão do mundo inteiro...” Peguei, mandei para todas as feministas, pedi a elas para fazer um abaixo-assinado para mandar lá para o Pedro Dallari. Ah, eu fiz. Eu faço sim. Essas coisas eu faço. Aí eu falei assim: “Olha, eu fui uma pessoa que critiquei muito, então eu quero dizer para vocês que eu fiquei surpresa positivamente de ver esse relatório.” Eu fiquei. Eu me emociono quando eu leio esse relatório. São 4500 e tantas páginas, para ler foi duro. Foi duro. Ele é descontraído, ele tem uma linguagem única. Ele não é padronizado. Você vê que um capítulo, às vezes, não dialoga com outro. É como se fosse um texto à parte, outro texto ali, mas ele trata de questões... Todas as questões ali eu... Ele mostra cadeia de comando, ele mostra o que houve os torturadores, que a ditadura foi tortura, que a ditadura começou foi em 1964, mostra o papel dos empresários que apoiaram, fizeram, aconteceram. Teve tortura, inclusive, dentro da Volkswagen. E mostra. Mostra cadeia de comando. Presidente da República está sabendo o que está acontecendo, tem contato com todos. E eu acho que tem um momento de virada dessa comissão, que a comissão do Rio também ajudou, porque como eu acho... Eu acho não, todo mundo fala. Eu não sei se

tem muito cabimento, mas aqui no Rio tudo acontece, lá em São Paulo. Em São Paulo nada acontece, mas aqui no Rio, aquilo que é... A Comissão da Verdade tinha publicidade, saía na imprensa, na televisão. São Paulo não. Você pode dizer que não aparece. Então, aquela audiência com o Paulo Malhães, coronel da Casa da Morte lá, dossiê... Porque aqui do Rio parece que são 300 páginas aquele depoimento. Aquele depoimento mudou a cabeça de muita gente. Aquele ali eu acho que foi o auge do impacto em termos de público. Por isso que esse homem foi assassinado. Para mim, eu tenho isso, que ele foi assassinado. Para mim e para muita gente. Eu já vi muita gente falando. Não foi só eu, não. Ele mudou muita gente. Inclusive, a própria Comissão da Verdade, a nacional. Eu acho que, a partir dali, tirando aquele Paulo Cavalcante lá, que não tem nada a ver, não sei para que ele foi nomeado para a comissão. Porque não tem nada a ver aquele pernambucano, advogado pernambucano, de direita. Eu acho que não devia. Declaradamente de direita, não devia ir para a comissão. Francamente. Ele foi o único que disse não à punição aos torturadores, mas todos os outros defenderam a punição dos torturadores. Até o Zé Carlos dias, que tinha dúvida no começo. Ele mudou a posição. José Carlos Dias mudou a posição. Então eu acho que essa comissão, ela teve até bons resultados, mesmo com tudo isso. Eu posso falar por mim e posso falar até pela comissão, mas eu vou falar por mim. Eu critiquei esse projeto de lei desde a primeira linha. Fiz crítica mesmo. Fiz crítica, mandei e-mail para não sei quem, mandei não sei o que. Mandei. Critiquei o funcionamento da comissão, fui lá. Teve um dia que eu estava tão *aqui* com eles, que eu fui lá e falei assim: “Sabe o que vocês deviam fazer? Pedir demissão coletiva para a Dilma poder fazer outra comissão. Porque vocês não funcionam.” Aí até o Zé Carlos Dias virou para mim e disse assim: “A Rosinha também?” Eu falei: “A Rosinha.” Porque ele sabe que eu amo a Rosinha. [risos] Eu falei: “A Rosinha também. Eu amo a Rosinha, mas eu acho que a Rosinha também, porque vocês não estão funcionando.” Porque não se entendiam, gente. Cada um puxava para um lado, você não sabia o que... Eu critiquei, mas eu admirei o resultado. Acho uma pena não ter o aproveitamento. Eu acho que hoje o compromisso é que esse relatório seja um instrumento político mesmo, de ação política, sabe? Eu acho que a gente tinha que estar com ele na mão e espero que ele vire papel, porque enquanto fica no virtual, não sei se tem a mesma força. Eu quero ele no papel. Eles falaram que vão fazer no papel. Eu quero no papel. Devia até discutir no Congresso, em tudo quanto é instituição. Ali tem uma... Eu até escrevi um artigo. Não sei se vai ser publicado, mas eu

escrevi. Falando disso. Porque eu não sei se vocês viram. Ali tem depoimentos abertos e depoimentos sigilosos. Tem uns que são sigilosos. Eu comecei a falar isso, não sei se alguém... Eu comecei a falar. Tem mulher na tortura também. Não é só homem. São poucas mulheres, mas tem. São bem menos. Você lê a *Casa da Vóvó*, que você vai percebendo. Tem mulheres na tortura. E essa Tenente Bia... Não a Tenente Neusa. Tenente Bia são várias lá. Teve um depoimento sigiloso lá na Comissão da Verdade, que fala de coisas que eu acho não dá para ficar no papel assim e a gente não fazer nada. Eu fico pensando, o que você faz com uma coisa dessa? Eu acho que tinha que tomar providência. Uma mulher foi presa, e eles decidiram que essa mulher... Muito torturada e decidiram que ela ia ser morta. O homem, o torturador, falou com a mulher torturadora para pôr uma corda no pescoço dela, apertar, ela morria, ele falava que ela se suicidou. Mas a mulher não deu conta, não sei por que cargas d'água. Então, ele vai e põe um rato na vagina da mulher e esse rato, ele vai corroendo a mulher. Ela morre assim. Aí o pessoal que está lá ouvindo... Você vê, você tem que ouvir isso. O pessoal que está ouvindo pergunta assim: “Mas por que um rato?” “Porque o rato não volta atrás.” Isso está lá na página, acho que página 467 nesse relatório da Comissão Nacional. Tem o nome, tem o nome da pessoa, da pessoa morta. Eu nem quero falar o nome dela, mas tem. Não quero falar porque, às vezes, tem algum parente que pode ouvir. Mas está lá tudo escrito, não estou inventando. Tudo está lá escrito. Você vê um negócio desse. Eu tenho isso, assim, na minha garganta. Eu falo assim: “Gente, você vê um negócio desse.” E esse tipo de tortura, ele vai ser exportado para a Argentina, para o Chile. Porque eu vi na Argentina e no Chile essa mesma história. Eu achava que era só lá, mas começou foi aqui. Depois eu fui ver. E esses casos a gente nunca fica sabendo, porque essa pessoa morre. Essa pessoa morre e nós nunca vamos ficar sabendo. Se não é um torturador para falar, não tem como. Sem o torturador não tem como a gente saber essa verdade. E eu acho que essas verdades a gente não só tem que saber, mas como tem que apurar e eu acho que tinha que fazer alguma coisa. Eu não sei, eu acho que tinha que ter uma resposta. As pessoas têm que saber que isso aconteceu e que foi repudiado pela sociedade, porque, se não, nós vamos ter o mesmo comportamento. Acho que a gente não muda o comportamento, essa violência. Acho que a gente tem que discutir para ver quanto que isso incomoda, quanto que isso traz de indignidade, traz de dor, de sofrimento, de violência, de tudo. É uma coisa terrível para ficar lá no relatório, pôr lá em uma gaveta. Eu não me conformo. Eu não sei como fazer a reparação às mulheres,

porque essa mulher, a família dela, não sei mais o que fazer. Mas, pelo menos... Sei lá, gente. É uma coisa muito dolorosa. Eu falei assim: “A gente vê de tudo, isso aconteceu, não foi só no Brasil.” Quer dizer, eu não tinha ideia que tinha acontecido isso no Brasil nesse ponto. E olha que eu já ouvi muita história aqui. Eu tinha ouvido lá da Argentina, que eu li em um livro, e no Chile. E aconteceu aqui primeiro do que lá, porque lá foi acontecer em 1977. Esse crime que eu estou falando, aconteceu em 1973 no DOI-CODI de São Paulo. Eu penso que esse relatório é pouco. Olha o que deve ter acontecido de mais. Porque a gente está sabendo muito pouca coisa ainda. Isso aí tinha que ser dado um tratamento político, um outro tratamento. E eu me incomodo. Ter silenciado em torno do relatório. Isso me incomoda. Incomoda e a gente vê uma situação que nós estamos vivendo. Nós estamos vivendo uma situação em que as pessoas... Não é todo mundo, mas tem grupos que pegam e “vou pedir intervenção militar.” Eu acho que está faltando aí um...” Um, tem um fato desses escrito, apurado. E tem uma ação dessas. Está faltando muita coisa aí para ser trabalhada. Eu acho que tem um buraco imenso e a gente constata isso. Quem está assinando no meio desse tiroteio, sei lá se chama isso, desse fogo cruzado, você vê esse buraco. Aí eu falei: “Gente como é que nós vamos fazer?” Eu acho que nós temos que retomar esse relatório. Trabalhar com ele de uma outra forma, transformar ele em papel, talvez, para chegar nas instituições, mas tinha que ter uma política, diretrizes de como usar na educação, na política, na reparação.

L.H. – Uma pedagogia, não é? Uma pedagogia da memória.

M.T. – É, uma pedagogia da memória e também uma... Entram também as políticas públicas de preservar os espaços e eu acho que isso tem que ser pensado e feito. Tem que trabalhar mais com isso. Investir mais nisso. Estou achando que está muito solta a coisa. Muito solta.

A.S. – Amelinha, a gente até falou um pouco sobre isso aqui, a edição da Lei de Anistia, passando pela Lei 9.140, depois com o projeto de lei de criação da CNV e, por fim, a criação da CNV de fato. Tem um princípio que sempre aparece como não, necessariamente, um princípio diretriz, mas como um dos princípios para elaboração dessas leis, que é o de promover a reconciliação nacional e até mesmo a pacificação nacional. Vocês discutiam sobre isso? Qual o sentido disso? Procede ou não procede?

M.T. – Sempre. A reconciliação nacional apareceu muito na... Sempre apareceu, como você está falando, mas apareceu muito na Comissão da Verdade agora. Não tem cabimento. Reconciliação nacional é, mais ou menos, você considerar a teoria dos dois

demônios. Um lado não valeu nada, o outro lado não valeu nada, então agora vamos... Não, não é assim. Eu acho que se não reconhecer que houve um setor da população que lutou contra a ditadura das mais diversas formas... Você pode até questionar, mas foi e lutou. E o outro, que é o Estado, eliminou esse setor, procurou reprimir a ponto de exterminar esse setor, se não reconhecer a história desse jeito, aí você fala em reconciliação. Então, a reconciliação é o não reconhecimento histórico da participação de um povo, é o não reconhecimento dessa luta. Tinha dois demoniozinhos, um de cá, um de lá, brigando, agora vamos acabar com isso. Para mim, a pacificação nacional também é a mesma coisa. Pacificação. A reconciliação nós temos que buscar a verdade dos fatos, nós temos que buscar a justiça, fazer a reparação. Aí é como consequência até, depois que você faz tudo isso. Agora, a pacificação você tem que... Aliás, nós nunca fizemos guerra. Fizeram guerra contra nós. Nós não fizemos guerra. A guerra contra nós, que eles agora estenderam para toda a população, principalmente para a população pobre e negra, que é essa que mais morre. Chega aqui nos morros do Rio de Janeiro e nas periferias de São Paulo. Para não ir para a Bahia, que a gente não está indo na Bahia, não está indo em Minas Gerais, não está indo para outros lugares. Nós estamos ficando só nesses dois estadozinhos que nós estamos aqui. Então, se não reestruturar, se não pensar em um outro tipo de instituição, policial militar... A nossa sociedade foi militarizada e criminalizada. Todo mundo é suspeito de crime. Um olha para o outro, já é suspeito. Então como é que você vai falar em pacificação? É um discurso demagógico, distorce a história, [inaudível] bastante o que se passou. E nós discutimos, nós não aceitamos isso, não. Esse discurso a Dilma, infelizmente, fez para abrir a comissão e para terminar a comissão. Porque ela não mudou nada. Não, eu acho que quem recebe um relatório daquele... Se ela não tinha condições de ter uma assessoria que lhe desse informação do que estava escrito naquele relatório, então... “Olha gente, me dêem 90 dias me dê não sei quanto tempo. Eu vou comentar sobre esse relatório.” No mínimo, comentar. Você não recebe um relatório daquele... Um relatório daquele você não pode receber desse jeito. Eu contei aqui um episódio desse relatório. Se você for pegar outros episódios, o relatório tem 4500 e tantas páginas, mais ou menos, se eu não me engano.

L.H. – Você acha que foi um tratamento burocrático? É isso? Para dizer que teve? Como é que você interpreta?

M.T. – É, é formal, não é? Teve a Comissão da Verdade, teve... Eu fui em Angola agora. Fui lá para discutir isso. Porque lá é um problema. Lá é complicado. Eles acham que aqui no Brasil está resolvido.

L.H. – É porque lá eles não tiveram.

M.T. – Lá eles não tiveram e dificilmente eles vão ter. Eles vão ter que lutar muito para ter. Mas para eles teve um começo e um fim e pronto. Falei: “Não é assim.” Deu um tratamento formal, sabe? Midiático, digamos assim. Você mostra na mente, abri, fechei, aqui tem um papel, pronto, acabou. Burocrático. Não é o tratamento que merecesse um respeito histórico, político, uma responsabilidade, um compromisso. Esse papel não é um papel qualquer, não. E nós não podemos deixar ele se transformar em um papel qualquer. Eu acho assim. O nosso papel é hoje é transformar esse relatório no papel da nossa história. No mínimo. O que eu puder fazer para que ele seja divulgado, distribuído e discutido... Tem recomendações ali. Ali tem vários tipos de recomendações. Tem recomendações gerais, tem aquelas 29 recomendações, que são... Enfim, tem as recomendações mais específicas. Então essas recomendações, elas deviam... Tinha que criar um comitê permanente, uma comissão permanente de apuração dos crimes da ditadura, para pegar cada recomendação dessa e começar a trabalhar, transformar ela, de fato, em política. Isso que tinha que ser feito, não é? Não tem como. Agora, ficar quieto assim, não. Um dia eu estava discutindo lá na USP. Falei: “Este relatório não é para vocês ficarem só estudando, pesquisando, não. Esse relatório tem que ser um instrumento de ação política.” Você pode pesquisar, estudar o que você quiser, mas a sociedade tem que fazer dele uma ação política. Isso aqui aconteceu muito recentemente na história desse país e tem outros acontecimento anteriores a esse. Acontecimentos posteriores, então chega, não é? Está na hora de dar um basta.

A.S. – A gente acabou não falando um pouco sobre a Comissão de Anistia. Você acompanhou também o processo de criação da Comissão de Anistia em 2001?

M.T. – Olha, a Comissão de Anistia eu acompanhei muito pouco e vou falar por quê. Primeiro que eu tenho muita coisa para fazer. É, muita coisa. Segundo que eu achei... Eu acho muito importante. Até achei muito importante e respeito muito os companheiros que lutaram por essa comissão. Eu estive à frente até por conta que eu sempre atuei nessa área. Mas não é uma coisa que me empolgou tanto, porque eu sonhava com uma Comissão da Anistia que fosse diferente. Primeiro, eu acho que a reparação econômica devia ser igual para todo mundo. Eu lutei pela igualdade, então eu

acho que devia ser igual para todo mundo. O que é melhor que [inaudível] não? Na hora ali todos nós lutamos, ou então tem um critério que igualasse, ou que aproximasse mais. Eu acho muito dispar aqueles valores. Então, essa é uma coisa que me incomoda. Acho que ter esses valores, então me incomoda também muito... Engraçado, eu sou muito idealista, não é? Fico pensando. Porque eu achava que o Estado é que devia falar o que fez comigo, não eu falar o que o Estado fez comigo. Eu acho horrível isso. Eu ter que chegar lá na Comissão de Anistia e falar: “Olha, eu fui perseguida.” O Estado é que tinha que falar que fez isso ou não comigo e eu ouvia, se eu achasse que tivesse que contestar alguma coisa, eu contestava. Mas é o Estado que tinha que falar comigo, não eu falar. Eu não sei como é que funciona. Eu acho que deve funcionar bem a Comissão de Anistia, porque todo mundo acaba recebendo alguma verba, algum valor econômico ali, algum dinheiro e isso aí deixa todo mundo... Todo mundo precisa, é uma forma de compensação. Eu sou anistiada de 1979. Eu não fui anistiada pela Comissão de Anistia. Eu fui anistiada em 1979. Não sei se foi depois da Constituição, me falaram que eu tinha direito no Ministério do Trabalho. Então eu fui ao Ministério do Trabalho. E no Ministério do Trabalho eu recebia pelo INSS. Depois eles me obrigaram a ir para a Comissão de Anistia. Você entendeu? Eu fiz o caminho inverso. Eu não fui para a Comissão de Anistia primeiro. Eu fui para lá, depois obrigaram, porque passaram tudo para a Comissão de Anistia. Se você não fosse lá na Comissão de Anistia, ficava suspensa a sua indenização. Chamava aposentadoria excepcional. Não era indenização. Porque hoje é indenização, não é? Prestação indenizatória, acho que é uma coisa assim. Prestação mensal indenizatória. E antes era aposentadoria excepcional. Eu estou falando isso porque era muito engraçado, porque eu ia lá no INSS e tinha um arquivo, assim de aço e estava lá assim: “Aposentadoria dos ex-combatentes.” Então eu era ex-combatente. Eu achava mais legal. Eu sou, eu fui combatente, eu sou ex. Não estou naquele combate mais. Então a gente recebia assim, como ex-combatente. Agora, de qualquer forma, eu não acompanhei esse Lei 10.559 de 2002. Ela foi aprovada no governo... Não, ela era medida provisória do Fernando Henrique.

A.S. – Isso. Aí vira uma lei no ano seguinte.

M.T. – No governo Lula, não é?

A.S. – Não, não. Ainda no Fernando Henrique.

M.T. - Ainda no Fernando Henrique. De qualquer forma, eu acho extremamente importante. Eu acho extremamente importante essa ampliação da anistia, que foi uma

ampliação da anistia. Não só uma reparação econômica para os anistiados, mas ela ampliou. Por exemplo, a Criméia só foi anistiada por causa dessa lei, se não ela não ia ser.

L.H. – Por que ela não teve processo?

M.T. – Ela não foi anistiada. Não foi anistiada e, ao mesmo tempo, era perseguida. O valor político eu acho que não tem tamanho. Agora, eu sou uma pessoa meio traumatizada com isso, então é muito difícil eu falar disso, da anistia, essas coisas assim. Então eu não gosto muito de falar, sabe? Mas eu acho que ela é importante. Acho que o nosso idealismo é tal que eu não quero perder ele. Ele é maior do que tudo isso. Mas eu acho que é uma forma de reparação.

A.S. – Amelinha, como foi o seu trabalho na Comissão da Verdade em São Paulo?

M.T. – Ah, foi insano. [risos] Foi insano. Nossa, um horror! Eu cheguei lá na Comissão da Verdade e a Comissão da Verdade de São Paulo foi a primeira a ser criada. Foi antes da comissão nacional. Foi até uma forma de pressionar para ver se criava essa comissão nacional.

L.H. – Foi antes da nacional?

M.T. – Foi, foi. Foi no dia 2 de fevereiro de 2012 e a comissão nacional foi dia 16 de maio. Foi uma pressão essa nossa comissão para criar a outra. Então nós fizemos um planejamento de trabalho, priorizamos os mortos e desaparecidos políticos, mas também contemplando os temas mais candentes daquela população organizada no entorno da comissão. Então tinha a questão das empresas, que era muito forte em São Paulo. Você imagina a participação das empresas na repressão. Isso é muito forte. A questão dos estudantes... Enfim, apareceram vários temas. Apareciam as crianças, as mulheres, negros, a população LGBT, a imprensa alternativa, que esteve forte em São Paulo na luta contra a ditadura; um pouco a imprensa clandestina... Enfim, foram vários temas que nós alinhamos ali. Então era esse o conteúdo que a gente ia trabalhar com uma metodologia de audiências públicas abertas, onde quem quisesse participar, participava, dava a sua opinião, dava a sua versão da história. Tudo transmitido ao vivo pela TV Alesp ou a TV Web e tudo ia para o Youtube, não é? Aquelas audiências todas foram para o Youtube. As únicas audiências que ficaram meio maltratadas foram justamente da infância roubada, que no Youtube acho que não tem todas. Eu já ouvi falar. Eu nunca vi nenhuma, felizmente, porque a gente fazia as audiências ao vivo, elas iam. Vinham transcritas para nós, então quando nós fomos trabalhar relatório, tudo, a gente

trabalhava com a transcrição, como documento no papel. Então eu não ficava vendo isso, mas existe em algum lugar. E esse trabalho com uma equipe pequena, que era eu... Não passou de seis. Depois, no último semestre do ano passado, a comissão nacional conseguiu contratar alguns pesquisadores pelo PNUD para ir para lá, então foram, sei lá, mais uns quatro, cinco. Foi isso que nós trabalhamos. Nós trabalhamos convocando pessoas, convidando, pessoas que apareciam espontaneamente... Os torturadores foram o grande nó. A comissão estadual não teve força política para convocar, então tinha que ser com a comissão nacional e mesmo a comissão nacional, às vezes, tinha dificuldade de convocar. Porque, às vezes, ou não ia, ou então ia, mas se recusava a falar, não apresentava nada. Mesmo assim, teve torturador que foi lá e disse que viu o presidente da General Motors dentro do DOPS, porque tinham instalado uma sala acústica para tiro ao alvo, ele foi lá verificar se estava tudo em ordem. Nós pegamos vários cadernos de visita no DOPS, onde tinha representante da Fiesp, representante do consulado americano... Então, mesmo com essas dificuldades, a gente conseguiu avançar de alguma forma obtendo essas informações em documento escrito. Por exemplo, quando nós vamos fazer a discussão sobre como é que ficou o segmento da população negra durante a ditadura, tem lá um documento do DOPS, que fala que o Clóvis Moura e o Florestan Fernandes estavam incitando o racismo no Brasil, porque eles reconhecem o racismo, estudam, eles fazem pesquisa sobre o racismo na época da ditadura. Então eles estão incitando, como se eles estivessem contra a Lei de Segurança Nacional, estão incitando a desordem dizendo que no Brasil tem racismo. Esse trabalho foi um trabalho, como eu falei, muito pesado, muito pesado. Muito pesado porque nós ficamos quase dois anos ouvindo por volta de 800 ou mais pessoas. Pessoas com todos esses dramas que eu estou falando aqui. Daqui para cima, não para baixo. E o último ano tentando fazer o relatório. Nós passamos três anos, mais ou menos, assim. Foi muito trabalho e muito pouca gente. Tem gente que fala que a Comissão da Verdade de São Paulo foi muito boa. Nossa, ótima! Eu não concordo. Porque o nosso trabalho foi muito aquém do que devia ser. São Paulo, assim como o Rio... Tudo teve repressão, mas, por exemplo, o Araguaia, aquela região lá, não teve uma Comissão da Verdade ali à altura dos acontecimentos. Rio de Janeiro talvez tenha, não sei. Mas sei que teve uma repressão concentrada. Rio de Janeiro então merece uma comissão que... E São Paulo também. O DOI-CODI vou inventado em São Paulo, começou ali. Depois vai para o Brasil inteiro, mas começou ali. A participação das mulheres na tortura começou em São Paulo. A

única polícia do Brasil que tinha mulher era São Paulo. Naquele tempo, mulher não ia para a polícia. Não existia polícia feminina. Tanto é que as primeiras mulheres que vão ser preparadas para vir trabalhar aqui no DOI-CODI, vão ser preparadas lá em São Paulo. Eles preparam mulher lá para trazer para cá.

L.H. – Houve algum depoimento de uma dessas agentes mulheres?

M.T. – Só com a gravação que o Marcelo Godoy levou. Ele colheu depoimento e levou as gravações. A gente ouviu as gravações. Elas contando isso. Essa tenente Neusa é a que mais fala. Mas a gente só ouve a voz dela. Ele entregou essas gravações para a comissão. Foi um trabalho, muito pesado, eu acho, muito difícil. Fora isso, a comissão foi ganhando um certo apoio na opinião pública, uma certa divulgação, então tinha muita solicitação de debates e a formação de outras comissões no interior, no sindicato, na universidade. Então, aí a demanda que a gente estava tentando se concentrar nesse pedaço aí que eu falei. Aí ela teve que ir para fora também. Então você combinar o trabalho aqui dentro com o trabalho fora, foi um Deus nos acuda. Gente, foi uma loucura.

A.S. – E esse período de trabalho entre 2012 e 2015 era para acompanhar o período de trabalho da comissão Nacional da Verdade?

M.T. – Sempre nós trabalhamos juntos. Nós assinamos um termo de cooperação. Quando a comissão foi feita, a comissão nacional, nós ainda não temos cooperação. Então sempre a gente acompanhou. Acompanhou com dificuldade, porque eu falei que ficou um ano ali eles brigando. Você já não sabia mais aonde é que você ia acompanhar o que, não é? Mas nós acompanhamos, sim. Nós trabalhamos em conjunto. Tanto é que todo o nosso relatório, tudo que nós pesquisamos, nós entregamos para a comissão nacional. Tudo. Nós publicamos também, mas entregamos tudo para eles.

L.H. – Vocês entregaram o material todo que produziram, que coletaram?

M.T. – Tudo.

L.H. – Então o arquivo, vamos dizer, da comissão estadual, foi entregue para a comissão nacional, ou não? Ou tem uma parcela que está na assembleia?

M.T. – Não, tudo está com a comissão nacional.

A.S. – Teve algum arquivo que vocês tentaram pesquisar e não conseguiram entrar, foram impedidos? Arquivos que não existam mais...

M.T. – Tem daquele arquivo público lá do estado de São Paulo. Gente do céu, que confusão! No final, eles resolveram que iam pesquisar para nós, então eles mandavam

um DVD lá, um cd, e um papel lá. E no final, o que eles deram para nós, não deu nem para a gente aproveitar aquilo ali, porque já tinha acabado. Eles deram agora para nós, em março. Nós pedimos em 2012, agora que estava vindo, em 2015. Quer dizer, a comissão tem um prazo pequeno para funcionar. Se não manda na hora, não dá mais, não é? Fecha a comissão, acaba, como aconteceu.

L.H. – Isso sob que alegação? Eles diziam que não estava organizada a documentação? Qual era o problema?

M.T. – Não, o que eles alegam... “Vamos providenciar.” Aí mudava de diretoria, “vamos providenciar.” E assim vai. Esses do IML eles falaram que não estava organizado. Eles alegaram isso. Não foi fácil, não.

A.S. – Você pode falar um pouquinho sobre esse livro? Publicação muito bonita e muito importante.

M.T. – Então, nós fizemos assim: nós começamos com os mortos e desaparecidos e, em termos de pesquisa, nós estudamos 188 casos dos mortos e desaparecidos políticos.

L.H. – Em São Paulo?

M.T. – Em São Paulo. Desses 436 na comissão. Eram audiências pesadas, muitas delas. Muitas pesadas. Resolvemos alternar então. Vamos fazer assim: verdade e gênero, depois as crianças. Nós tínhamos a ideia de colocar as crianças, depois, na hora que a gente foi montar as audiências das crianças, eu lembrei da fase da Janáina, que ela sempre falou: “Eu sempre tive a infância roubada.” Parecia o filme *Infância Clandestina*. Infância clandestina? Não, mas nem todo mundo teve a infância clandestina. Tinha gente que não era clandestina. Mas é roubado. Então a roubada ficou melhor, que aí todo mundo teve. Aí, nós fomos organizando, depois ia ter imprensa, ia ter trabalhadores de sindicatos, negros, enfim. Aí nós começamos com as mulheres e com as mulheres já veio muito forte essa questão das crianças. Porque as mulheres militantes políticas, que são presas, é impressionante como é que elas sofrem com as crianças. Muitas são mães, ou estão grávidas. E elas levantam isso nos seus depoimentos. Isso tem no *Brasil: nunca mais* e lá no depoimento aparece também muito forte. Lá tem histórias terríveis. Aí nós começamos com a Infância Roubada. Quando começamos com a Infância Roubada, gente, mas o que aparecia de gente para ouvir as pessoas. As pessoas queriam ouvir. Tinha gente que queria fazer filme. Aí já começa a alucinação. Um: “Ah, eu vou fazer um filme.” Outro: “Ah, eu vou fazer trabalho para a escola.” Enfim, apareceu muita gente e as crianças falando. Eu acho que essa Infância

Roubada foi o que mais, no fundo, mexeu com todo mundo, com o público e com a gente. E, conforme a gente foi ouvindo os depoimentos, a Aparecida... Aliás, a ideia foi eu, a Criméia e a Dodora, uma outra... Dodora não é da Comissão, mas... Porque essa Comissão da Verdade, nós fizemos uma coisa que foi assim: nós fizemos um conselho consultivo para funcionar junto com a comissão. Esse conselho consultivo tinha mais de 60 entidades, que era uma forma de a gente também trocar, formatar. Porque a construção da verdade é uma construção coletiva e pedagógica. Você está aprendendo também. Então, nós fizemos. Aí, nos pensamos no livro. E começamos a pensar em um livro, mas o livro já estava... Os depoimentos já estavam praticamente tomados. Na hora de fazer o livro, tem gente que desiste. Tem depoimentos fortíssimos, fortíssimos, que não estão aí. As pessoas não quiseram. Tudo prontinho para sair, a pessoa olhou... “Não, isso aí não me ajuda, me atrapalha.” Não é fácil, não. Mesmo na hora de depor, teve gente que estava tudo certo para depor, que a pessoa pediu, outra indicou, não sei o que, você lê... “Então está tudo certo. Você vem depor aqui tal hora.” Porque tem que marcar, planejar, ir organizando esse cronograma, não é?

L.H. – Inclusive porque tudo é filmado e transmitido.

M.T. – Tudo é filmado, transmitido e é um espaço determinado. Não é qualquer lugar como aqui. Não é qualquer lugar que você acolhe ou colhe um depoimento. Aí a pessoa não aparecia. Ficava lá vazio. Aí você ligava para a pessoa: “Ah, não estou conseguindo sair daqui, não. Pensei muito... “Não, é importante...” “Não, é importante, mas eu não vou.”

L.H. – Isso aconteceu mais com as crianças?

M.T. – Muitos filhos. Nossa, foi demais. Teve criança, que é adulto, que chegou lá e falou, depois, quando chegou na hora de pôr aquilo ali, falou: “Não, eu não quero de jeito nenhum.” “Por que você não quer?” “Ah, porque foi você que me obrigou a falar isso. Eu não queria falar.” Você entendeu? “Foram vocês aí que me obrigaram. Eu não queria falar isso, não.” “Mas isso não é verdade? Tem alguma coisa que...” “Não, é verdade, mas eu não queria falar.” Teve gente que quando, depois, viu esse livro pronto, queria participar. “Ah, mas por que você não insistiu mais para eu participar?” Eu falei: “Mas você disse que não queria. Você disse que eu que te obriguei a falar tudo isso, por isso que eu não...” Inclusive, a gente pôs lá “desistiu.” Para mostrar para pessoa. “Olha, você desistiu. Está aqui, olha.” Para você ver como é difícil. Foi muito difícil esse livro. Não foi fácil, não. Esse aí eu tenho condições de falar sobre ele só daqui uns três, quatro

anos, quando eu digerir tudo, sabe? Porque foi muito pesado esse daí. Mas, por outro lado... Tanto é que nunca mais vi ele. Eu li esse livro não sei quantas vezes até ficar pronto. Depois que ele ficou, eu nunca mais o li. Hoje, agora, eu estou aqui, mas não li. Eu tenho que esperar passar um tempo para eu poder retomar. Assim, o livro, isso aqui que está aqui. Porque o assunto é muito discutido em escolas, em universidades. Eu já discuti muitas vezes. Sempre o pessoal pede, porque tem gente que está começando a trabalhar pedagogicamente junto aos estudantes do ensino fundamental, acho que médio, professores das escolas públicas, escolas privadas estão começando. Eu sempre discuto o livro. E é interessante que quando eu vou discutir, as pessoas fazem a leitura. Elas escolhem uma parte aqui, um caso. Tem casos muito bonitos. Tem um conto da Rosa Martinelli, que é filha de um ferroviário que foi preso político e ela fez um conto que chama “A visita”, que ela conta como é que era a visita ao pai. Mas ela é muito poética, sabe? O quanto é lindo ela contando. E eu lembro dela dando o depoimento e ela chora com aquele depoimento. Todo mundo chorando e vendo ela dançar dentro daquele pátio junto com os presos. Então tem coisas lindíssimas nesse livro. E tem gente que descobre essas belezas do livro, essas belezas poéticas e trabalha com isso, consegue trabalhar. Então, como eu vou discutir... Eu vou discutir a ditadura mais pelo livro... Eu discuto a ditadura, até isso que eu estou falando aqui, como é que fez o livro e tal. Aí as pessoas vêm trazer os textos. Então, eu não li mais, mas eu vejo a leitura dele por outras pessoas. Eu vejo outras pessoas lendo esses textos.

L.H. – Esse foi o único livro que vocês publicaram para além do relatório?

M.T. – Não, nós fizemos a sentença. A sentença da corte, inclusive com os comentários todos do que estava sendo aplicado, o que não estava. A gente faz muita audição e depois vem a sentença, como está aqui. Nós fizemos o Bagulhão também com uma introdução, com alguns comentários e pusemos aquela carta porque ela é histórica, não é? Eu acho aquela carta... Então o Bagulhão, a sentença, esse livro... Nós fizemos uma publicação pequena, que é um folder, sobre o que é uma Comissão da Verdade. Para discutir também isso nas escolas. Porque ah, nós tivemos que discutir muito. Até hoje nós discutimos o que é uma comissão, apesar de a comissão já ter acabado, mas as pessoas querem saber. Porque tem gente que ainda não chegou nessa discussão.

L.H. – É um tema que foi muito objeto de questionamento. Comissão da Verdade é uma verdade, são várias verdades? Naquela chave um pouco de...

M.T. – Em São Paulo ainda tem a Comissão da Verdade e da Democracia, não é? O pessoal fez. É um movimento, não é institucional como foi a Comissão das Verdade.

A.S. – Tem uma iniciativa aqui agora também no Rio de Janeiro.

M.T. – Da Verdade e da Democracia? Mas lá tem a Comissão da Verdade e da Memocracia. Porque tem muito assassinato, muita chacina e, segundo... Quer dizer, a grosso modo, é o mesmo modus operandi. É claro que é diferente, mas, a grosso modo, o que é? A polícia vai lá e mata, depois diz que teve um tiroteio, teve o auto de resistência, enfim, tem aquelas histórias. Então, esses movimentos todos nos apoiaram o tempo todo na construção dessa verdade. Agora estão fazendo, mas sem um apoio. Sem um apoio institucional. Não tem nenhum...

L.H. – Não funciona dentro da Assembleia esse grupo agora?

M.T. – É diferente, porque na Assembleia existia uma resolução jurídica que dizia: “Aqui tem Comissão da Verdade, tem que ter tantos assessores, tem que ter um local.” Era uma unidade administrativa. Agora não tem isso, não. Eles têm que pedir alguém. É um movimento social. É mais com característica de movimento social, que funciona dentro da assembleia. Entendeu?

L.H. – E como é que você vê, Amelinha, esse movimento social? Tem umas discussões sobre isso, não é? Sobre essa continuidade ou não, sobre a excepcionalidade do período ditatorial. Essa é uma discussão que não é só aqui. Na própria Argentina, onde eles criaram um arquivo da memória separado do arquivo lá que eles chamam [Arquivo] Geral da Nação, o arquivo nacional deles, uma perspectiva de alguns grupos e que lá grupos que conseguiram força política de separar a violência de Estado perpetrada no contexto da ditadura da violência de Estado, que é mais de longo prazo. Como é que você vê isso no Brasil? Você acha que essas lutas, elas se confundem? Elas não se confundem? Essa questão de ter agora uma Comissão da Verdade da Democracia. Quer dizer, é claro que eu sei, imagino que você concorde que tem que ser apurada a violência de Estado da polícia.

M.T. – Sempre. Em qualquer circunstância, seja ditadura, seja em democracia.

L.H. – Claro, claro, claro. Mas como é que você vê isso? Você acha que há uma excepcionalidade? No período ditatorial isso merece um olhar específico em relação a essa violência de longo prazo, de longa duração?

M.T. – Eu acho que merece um olhar específico, tanto é que a gente sempre procurou chamar atenção para essa situação. Não que os outros não mereçam ser enfrentados, ser

tratados, ser encarados, mas é um Estado excepcional, um Estado ditatorial. Ele traz marcas muito profundas que comprometem, o tempo todo, a democracia. Tem uma série de acontecimentos hoje que se tivesse resolvido logo após o período ditatorial, talvez não se repetisse. Porque se repete não igual. Eu falo assim, a repetição aqui não é igual. É pior. Ela é pior. Ela é mais profunda, ela é mais abrangente, mais generalizada. Então, quer dizer, é muito perigoso, eu acho, o que a gente vive. A gente vive constantemente em conflito. É um conflito, que eles chamam de baixa intensidade, mas é um conflito, que eu não sei se é tão baixo assim. Aparentemente, nós não vivemos em guerra, não tem uma guerra civil, mas nós vivemos em situação de violência constante. Então, eu acho que merece. Eu acho até uma questão... Eu não sei, eu sou muito pedagógica, eu gosto muito disso, de dividir as coisas. Porque você organiza. Não é que um é melhor que o outro, nem um é pior do que o outro. É tudo péssimo, mas uma ditadura, quer dizer, você não podia falar, você tinha censura, você tinha repressão ali da sua organização política. Se você não mostrar tudo isso aí didaticamente, enfaticamente, você não percebe a diferença de uma democracia. Porque eu vejo muita gente se confundindo. Muita gente acha que a democracia é igual à ditadura, a mesma coisa. E nós temos que aprender a fazer essa distinção, até para valorizar a democracia e aprofundar, para que ela realmente traga mudanças para uma boa convivência, para uma convivência democrática, porque se não o que nós vamos aproveitar dessa democracia? O que? Então qual o sentido social, histórico, político de uma democracia? Que a gente viva melhor que em uma ditadura. Se a gente não se der conta disso, aí fica falando besteira, fica defendendo ditadura, voltam os militares... Porque você não está se dando conta, então está faltando isso. Eu acho que esse é o grande fosso e esse fosso se resolve aprofundando tanto o conhecimento, a concretização mesmo do que foram os crimes da ditadura para você ver os crimes da democracia. Ver, inclusive, que muitos estão inteiramente interligados, inter-relacionados. Então, aí, você buscar uma mudança. Eu acho que o importante de tudo isso é você apontar uma mudança, não é? Uma necessidade de mudança. Didaticamente você tem que entender o que é uma ditadura. Eu fui uma pessoa, eu acho que privilegiada, porque eu nasci no final da Segunda Guerra Mundial, onde se discutiu muito democracia, até por necessidade de sobrevivência. Então, eu discuti muito a democracia na minha formação política. Eu valorizo muito. Tem gente que acha muito pouco. E depois, ainda fui viver uma ditadura. Eu fui viver na carne, não é? Eu vivi na carne uma ditadura. Eu acho que isso,

you understanding this historical dimension, of what is a democracy and of what is a dictatorship, you enjoy life better, right? You value more the democratic aspects. Freedom, participation. I learned a lot of this in my life, so I think it is important to have the dictatorship archive, the dictatorship period. Not to open up to this, no. This is a big discussion that we did in the National Truth Commission. Because there were people who thought everything... It's certain, everything is a violation of the point of view of the violation of human rights and the state committed... If it's like this, you have to pay 500 years, because slavery... Almost 400 years of black slavery is the most degrading thing...

L.H. – O genocídio indígena...

M.R. – O genocídio indígena, os negros... O Estado brasileiro tem muitas dívidas para com a população nos seus diversos segmentos. Agora, isso não justifica que misture tudo. Vamos dividir. Dividir no sentido de dar visibilidade melhor para aquele aspecto daquele momento histórico. Não quer dizer que os crimes da ditadura, os crimes da democracia... Tudo é crime, tudo é terrível, tudo é contra nós. Eu defendo essa... Não gosto dessa mistura, não. Acho que essa mistura acaba tirando a responsabilidade do Estado. Eu acho que se procura muito amenizar a ditadura. Já teve até jornal que chamou ditabranda. Não é por aí, não. Você tem que pôr pingão no I. Então, tem testemunhe bem o que é a ditadura. E saber aproveitar a democracia, que nós estamos vivendo e que está ameaçada. Então, nós temos que saber aproveitar e afastar as ameaças, se não, nós ficamos patinando aí, não saímos do lugar. Eu acho assim.

A.S. – Amelinha, em 2013 você publicou o livro *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil 1975-1980* e com autoria com a Rosalina Santa Cruz Leite. Você pode falar um pouco sobre ele?

M.T. – Olha, eu acho que eu falei um pouquinho da Rosalina, não é? A Rosalina é uma companheira, amiga, que eu conheci em São Paulo. Ela foi presa aqui? Foi presa lá. Ela tinha acabado de ser presa em lá em São Paulo e eu a conheci quando ela saiu da prisão. Não conheci ela na prisão, conheci ela fora da prisão. Ela era mãe, ela era uma trabalhadora, ela tinha um irmão desaparecido, então ela sempre buscou o Fernando Santa Cruz de Oliveira, que é o irmão dela. Então, eu já tinha essa vontade de buscar também [inaudível] desaparecido, então eu já tinha uma afinidade com ela, assim, de imediato. Nós fomos para o *Brasil Mulher*. Eu fui até primeiro. Fui por conta da anistia e vi que também podia desenvolver meu feminismo dentro do *Brasil Mulher*. E a

Rosalina foi também para desenvolver o feminismo e a... Acho que foi o primeiro jornal feminista. Dessa década de 1970 foi. No Brasil foi o *Brasil Mulher*. E o *Brasil Mulher* foi uma experiência muito interessante. A Rosalina fez uma tese de doutorado sobre isso. Ela é doutora em ciências políticas por conta desse estudo que ela fez, até comparativo, entre os dois jornais feministas, que são os primeiros da década de 1970, que é o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. E aí, conversando com ela, eu sempre trabalho com ela, sempre atuo com ela, me reúno com ela, porque ela é familiar e feminista, então tem tudo a ver. Aí nós falamos assim: “Vamos fazer um livro sobre o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, mas não, vamos fazer mais sobre o *Brasil Mulher*.” Então a gente faz [sobre o] *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Eu falo mais do *Brasil Mulher*, porque o *Brasil Mulher* foi o que eu atuei. E o *Brasil Mulher* é interessante porque em 1970... Hoje se discute feminismo negro, feminismo isso... Nós éramos feministas e nós éramos de origem marxista de esquerda, revolucionárias, nós éramos voltadas para a classe operária, para as trabalhadoras. Então, você pede ver, no nosso jornal, se você for ver aqui, a gente até tem o... É difícil fazer um livro, sabe? Não é fácil, não. A gente faz um livro e nós falamos: “Nós temos que pôr pelo menos a capa do nosso jornal.” Tem uma comparação aqui. Tem um capítulo que é uma comparação do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, que a Rosa que faz essa parte.

L.H. – Então me explica um pouquinho. Os dois eram em São Paulo? São dois jornais de São Paulo?

M.T. – Não só de São Paulo, como teve tempo que funcionava no mesmo prédio. Você vê como é que era a ditadura, gente. Não é engraçado? O *Brasil Mulher* era uma frente de esquerda. Tinha mulher de esquerda de A a Z. Tinha partidão, do partidinho, da AP, da MR8, DPR, Var-Palmares...

L.H. – E conseguiu conviver tudo?

M.T. – Todo mundo. Eram umas 30 mulheres. Nós convivíamos. Isso que era interessante. Era uma frente de esquerda. Era uma coisa, assim, que você não podia imaginar. E já o *Nós Mulheres* eram as mulheres estudantes, classe média, elas não tinham esse mesmo engajamento político nosso. Elas eram muito valorosas, elas eram intelectuais, elas eram mulheres muito mais bonitas do que nós. Nossa, a gente tinha pavor delas. A gente falava: “Nossa, essas mulheres.” Muitas tinham vivido no exterior, então elas conheciam o feminismo da Europa, feminismo dos Estados Unidos e nós mal

o nosso. A primeira capa, olha aqui. Uma mulher preta, descalça, grávida, botando uma criança para rodar.

A.S. – Falando do movimento Feminismo Pela Anistia.

M.T. – Falando do brinquedo, falando das passageiras de terceira classe, falando da procura da igualdade perdida, essas coisas que nós feministas estávamos preocupadas naquele tempo. Então, eu me lembro que quando nós fizemos esse jornal, nós falamos assim: “Não, esse jornal não é só para vender de mão em mão.” Porque a gente vendia esse jornal. É a para a gente vender também em banca de jornal. O dos homens não está lá? E eu trabalhava no *Jornal Movimento*, que era o chamado jornal da imprensa democrática ou imprensa alternativa e ia para a banca. Então falei: “Vou pôr esse também.” Cheguei lá para botar na banca esse aqui, o jornalista falou para mim: “Não, mas uma mulher feia dessa você quer pôr na banca? Isso aí não vende, não, menina.” Quer dizer, foi essa a... E esse é o que era o pensamento, não é? Era o pensamento e acho que até hoje. Você vê as fotos aí nas bancas hoje. Hoje a imprensa em papel está menos impactante, porque tem outras formas, mas, naquela época, só tinha essa. E nós continuamos. Esse aqui é o *Nós Mulheres*. As nossas capas são muito mais bonita no *Nós Mulheres*. A gente olha...

L.H. – É, o *Mais Mulheres* já tem uma coisa meio artística, uma coisa muito...

M.T. – É. Aqui nós pegamos, falamos: “Vamos botar outra mulher preta.” E nós pusemos uma velha. Bem velha. Preta e velha. [risos] A gente que fala como [inaudível] feminismo. Nosso feminismo foi um feminismo popular. A gente põe aqui um feminismo de cara própria, brasileiro. Os homens falavam que a gente... A gente misturava tudo aqui. Anistia, custo de vida e eleição. Misturava tudo. Tudo a gente discutia. Foi muito bonita a nossa experiência. Nós ficamos cinco anos junto, esse grupo.

A.S. – Qual era a periodicidade do jornal?

M.T. – Ah, era quando dava. Não tinha muita...

A.S. – Não tinha, assim, uma vez por mês?

M.T. – Não tinha. A ideia era fazer uma vez a cada dois meses, mas nós não dávamos conta, porque tudo era pago.

A.S. – Como vocês financiavam? Com a venda do jornal?

M.T. – A venda é o que menos financiava. A venda era mais para distribuição do jornal. Mas a gente, na verdade, pagava para fazer esse jornal, não é? A gente trabalhava em

um outro, que a gente ganhava, tirava uma porcentagem para pagar esse jornal. Pagar a sede, tinha de fazer faxina na sede, nós que íamos lá fazer faxina. Então, esse foi o feminismo que fez história no Brasil, porque foi para tudo quanto é lugar. Inclusive, tinha uma sucursal aqui no Rio de Janeiro. Tem até uma capa aqui. Engraçado, nós não fizemos lançamento aqui no Rio. Mas tem uma capa aqui que era uma favelada que virou presidente da associação de favelas, não sei, de algum lugar. Quer ver?

L.H. – Mas não havia repressão em cima desse jornal?

M.T. – Menos. Tinha uma repressãozinha, mas era bem menos, por exemplo, que o *Jornal Movimento*. Eu trabalhava no *Jornal Movimento* e nesse. No *Jornal Movimento* o que aparecia de polícia, o que eles empastelavam, o que eles ameaçavam, o que eles censuravam todinho. Aí e gente falava assim: “Então deixa, que eu vou tirar essa matéria e vou levar lá para o *Brasil Mulher*.” Como ele tinha menos importância, circulação, ele tinha menos repressão. E também o feminismo, eu vi uma vez um militar falando assim: “O feminismo...” Ele estava se lixando para isso. Agora, anistia não.

A.S. – E vocês juntavam as duas coisas.

M.T. – É. E ele falava assim: “Feminismo estou me lixando.” Ele achava que feministas eram aquelas mulheres que querem ficar olhando a xoxota, não sei o que. “Então deixa para lá, são umas idiotas.” Agora, a anistia já é uma questão política. Aí não. Então, é o que eles incomodaram. [risos]

A.S. – A definição é ótima.

M.T. – Então, eles, digamos assim, eles não mexeram muito com o *Brasil Mulher*. E olha que nós éramos tudo de esquerda, tudo tinha sido da luta armada.

L.H. – Por isso que eu estou te perguntando.

M.T. – Por isso que nós colocamos *Da guerrilha à imprensa feminista*. Isso aqui é uma resposta a eles, não é? Porque nós éramos da luta armada. Nós fomos o primeiro jornal a falar da violência sexual nas torturas contra mulheres nas prisões.

L.H. – Por isso que eu te pergunto, porque isso está muito misturado no jornal de vocês.

M.T. – Está muito misturado. E é a construção do feminismo pós luta armada no Brasil. É um feminismo muito vinculado com a esquerda, com aquela luta daquele período. E, olha, nenhuma foi presa porque estava no jornal. É claro que tinha aquela perseguição. Por exemplo, eu saía do *Jornal Movimento* eles me acompanhavam, eles vinham de carro me acompanhando. Porque eu ia a pé. Aquele carro amarelo passou aqui, voltou. No outro quarteirão, estou vendo aquele carro amarelo. Um homem ainda olhava assim

para mim. O que ele está olhando para mim? Então a gente sabia que era, não é? A gente até tinha um orelhão lá que a gente ligava. “Gente, aparece aqui porque tem um cara aqui me seguindo.” A gente tinha essas coisas, mas nunca ele me pegou aqui e me levou. Já teve essas perseguições.

L.H. – Você tinha sido presa antes disso?

M.T. – Antes disso. Eles me conheciam, eles sabiam que eu estava lá trabalhando no *Jornal Movimento*. Tanto é que é só você olhar meu habeas data você vai ver como é que eles me seguiam. Mas dizer que pôs a mão, prendeu... Mas eles anotavam. Está lá no habeas data, nas fichinhas e tal. Que eu estou no *Brasil Mulher*, que eu estou não sei aonde.

L.H. – Essa luta, o feminismo nesse momento, nesse contexto de ditadura, como é que era discutir isso? Isso era legitimado por todas as lideranças? Quer dizer, os homens. Como é que isso era visto?

M.T. – Não, os homens não. Os homens achavam que isso aí devia ser para depois da revolução. Sempre eles acharam isso. Quer dizer, primeiro você faz o socialismo, depois você vai discutir as mulheres. Não era fácil, não. Era muito mal visto pela esquerda. A direita resolveu nem dar bola, já que a esquerda não dava muita bola. É engraçado, tinha uma discussão que o feminismo era uma importação, se nós estávamos copiando da Europa, dos Estados Unidos. Como se a esquerda não copiasse também, não é? A gente até falava: “Mas o Marx não é europeu, filho? Nós não estamos nem [inaudível].” Que besteira é essa, não é? Tinha também essa de que você, por exemplo... Eu ouvi homem muito falar isso. É um absurdo, mas eles falavam assim: “Vocês querem que o homem faça o trabalho doméstico? O homem pode estar lá fora fazendo a revolução enquanto vocês ficam aí. Vocês já fazem o trabalho doméstico, agora o homem, nós precisamos de gente para fazer política lá fora. Vai ficar aqui dentro de casa?” Quer dizer, a divisão do trabalho doméstico era quase que você querer um divórcio entre trabalhadores para falar assim: “Vocês estão querendo separar o trabalhador da trabalhadora.” Tinha muito cara de esquerda que falava que nós éramos contra homens. O que mais? Tinha muita discussão, debate feio, feio mesmo. Eu mesma fui expulsa do PCdoB por causa do feminismo. Então, não era uma coisa tranquila, não. Quer dizer, eu acho que o feminismo e os desaparecidos, nenhum desses dois são coisas tranquilas. Porque eu acho que o PCdoB se incomodou muito comigo porque eu cobrava a questão dos desaparecidos. Eu falava assim: “O partido tem que fazer alguma coisa. Afinal de

contas, o partido fez a guerrilha do Araguaia e a guerrilha do Araguaia tem uma quantidade de desaparecidos dentro desse aqui, desse conjunto, muito grande.” É expressivo o número de desaparecidos da guerrilha. São pessoas que foram daqui de São Paulo, daqui das grandes cidades, foram para lá, em uma política do partido. Então o partido tinha que ter um compromisso que eu acho que não responde. E a questão do feminismo também. Só encrenca, viu? Feminismo e desaparecidos é muita encrenca.

A.S. – Quando ocorreu sua expulsão do partido?

M.T. – Eu fui expulsa em 1987.

L.H. – Já no começo do período democrático.

M.T. – É, porque antes eu nem, estava... Antes a discussão no partido era muito precária. Na verdade, todas as pessoas com as quais eu militei foram mortas, tirando a minha irmã, o César e eu. Mas o resto foi todo morto. Então, nós não tínhamos nem com quem acertar. Prestar contas. Você ia conversar com um que nem sabia o que aconteceu. Quando veio a quase legalização do partido, porque com o fim da ditadura já começou a se apresentar e tudo, aí eles... Aí foi pouco tempo, porque a gente foi cobrar isso. Tem que discutir essa questão, tem que discutir a questão do feminismo, quer dizer, o mundo mudou, a situação é outra e aí a gente queria pautar isso aí, então foi aí minha expulsão.

A.S. – Houve muita resistência a isso. Mudou depois?

M.T. – Ah, não, eu acho que piorou. Aí degingolou de vez. Não teve jeito mais. Esse é um dos problemas da democracia, não é? Então é difícil. Você vai para o poder e depois você fica administrando ficar no poder e não fazer seu trabalho. Para que a gente vai para o poder? Não é para fazer uma política social, justiça? Isso é antes de você ir. Depois que chegar lá... Eu vejo assim. Infelizmente, fica, assim, quase que voltado para as campanhas eleitorais, que nós temos que manter isso e tal, manter as pessoas, e não muda muito. Isso é um problema sério. Para a nossa democracia eu acho que compromete bastante.

A.S. – Como é que você vê, hoje em dia, a questão de uma agenda feminista para o Brasil? Nós temos, pela primeira vez, uma presidenta, ocupa o cargo de presidenta da República, e a gente observa que ainda há uma série de desigualdade no mercado de trabalho com relação a homem e mulher e etc. Como é que você avalia isso?

M.T. – Desigualdade entre homens e mulheres é grande, mas não é só no Brasil. É no mundo inteiro. Qualquer lugar que você vai, você vê isso. Então, aqui no Brasil tem que

ter... Eu acho que as bandeiras que nós começamos aqui, nesses anos 1970, elas ainda são atuais hoje. Nós temos que enfrentar a violência contra as mulheres, nós temos que enfrentar a questão da saúde. Você vê a grande discussão hoje... Eu falo assim: “Gente, eu tive meus filhos na clandestinidade.” Então, eu praticamente tive meus filhos sozinha. Graças a Deus ninguém meteu a mão em mim. Hoje você vê a violência obstétrica, que tinha lá naquela época também, só que as mulheres nem podiam falar e hoje elas falam. É a violência em geral, violência entre as mulheres. Você vê que o Brasil é um dos países que mais tem o tal do feminicídio. A cada duas horas uma mulher é assassinada por violência de gênero. A violência doméstica e familiar, ela é tão forte, que até tem uma lei, tem a Lei Maria da Penha. Isso tem que virar realidade. Não pode ficar só na lei. A desigualdade salarial no mercado de trabalho ainda persiste e as mulheres ainda... As mulheres estão mais preparadas que os homens hoje, as mulheres têm mais escolaridade, mas têm mais dificuldade no trabalho. O desemprego é maior entre as mulheres. Nós temos uma presidente da República, mas há uma subrepresentação na política. Quer dizer, ainda nós somos minoria em todos os espaços políticos, apesar de a gente ter uma presidenta, nós temos muito, muito, muito... Ainda há uma mídia fortíssima que reforça o estereótipo feminino da mulher objeto sexual, desvaloriza. Você vê isso hoje, agora, aqui, na sua frente. Se você ligar uma TV, ler uma revista. Quer dizer, a luta nossa... Tem um estudo da OIT, que foi apresentado no começo do século XXI, eu acho, ou no final do século XX, que falava assim: “Se mantiverem esse desenvolvimento das condições de igualdade da mesma forma, linearmente, como tem sido até agora, a mulher vai conseguir igualdade só em 2500.” Eu acho que é 2498, um negócio assim. Então, quer dizer, seria daqui... Na época era quase 500 anos, agora você tira uns 15 anos, então dá uns 400 e poucos anos. Isso na política, que eles colocaram. Agora tem outros estudos que dizem que é mais cedo e tal. Enfim, muita luta. Não sei quando é que vamos conseguir, mas tem muita luta nisso, embora a gente... Eu acho que as mulheres conquistaram muito. A gente fala isso não sei se aqui nesse livro, em algum lugar que eu falo, que eu já escrevi, que as mulheres são o segmento que mais sofreu mudanças durante a ditadura. As mudanças muito profundas. Nós tivemos... Primeiro, assim, você pode pegar nos anos 1960 tem a descoberta da pílula, que é uma grande mudança na vida das mulheres, mas nós, a maioria, ainda está no campo. Ela vem para as cidades, se torna população urbana muito rapidamente na ditadura, porque a ditadura não faz a reforma agrária, passa toda a

população do campo para a cidade, a grande maioria. Hoje nós somos um país urbano, não é? E isso mudava muito a vida das mulheres, porque você sai do campo para a cidade, você já perdeu toda a infraestrutura familiar que você tem. Eu digo assim, a gente se torna mais autônoma, mesmo que não tenha aquela consciência política. “Eu quero ser autônoma, eu quero decidir.” Mas você acaba tendo que fazer isso. As mulheres tiveram que fazer isso. Foram para o mercado de trabalho, foram para a escolaridade. Eu acho que teve uma intervenção do Estado muito sutil, que a esquerda não percebeu, do controle da natalidade. Houve um controle, houve uma esterilização massiva aqui no Brasil nos anos 1970, no começo dos 1980. Tem muito estudo. Eu lembro que a Elza [inaudível] denunciava muito isso. Feminista, demógrafa, ela denunciava muito isso. Enfim, nós mudamos muito, muito rapidamente. Eu acho que as mulheres correm mesmo atrás do prejuízo e isso fez com que a gente conquistasse também mais direitos. A própria Constituição de 1988, a gente praticamente igualou no campo formal. Nós igualamos com os homens, praticamente. Claro que tem a legislação infraconstitucional, que ainda mantém isso, mantém aquilo e tal, mas a constituição foi muito avançada para nós. E agora já estão querendo outra, então nós temos que tomar cuidado, porque nós não podemos perder aqueles direitos que nós conquistamos na Constituição de 1988. Mas que tem muita luta, tem.

A.S. – Considerando o Congresso atual... [risos]

L.H. – Considerando que estamos prestes a perder os direitos conquistados nos anos 1930, não é?

M.T. – Não, agora com a terceirização... Nós temos redução da idade penal, enfim, a gente não pode descansar, não. Está difícil. [riso]

L.H. – Não sei se você quer falar mais alguma coisa, especificamente, que a gente não tenha perguntado, que você ache importante registrar, ou que gostaria de registrar. Se não, eu te perguntaria assim: hoje qual é a luta?

M.T. – A minha?

L.H. – A sua.

M.T. – A minha continua a mesma. Feminismo e desaparecidos até hoje. E hoje ainda carrego esse compromisso com a Comissão da Verdade, que eu tenho que avançar mais aí na minha contribuição para divulgação do relatório. Eu acho que a minha luta continua a mesma. Eu invisto também no aspecto da formação. Eu trabalho muito com a formação, com a educação popular em direitos, porque eu acho que te empodera muito.

Você conhecer, você tem mais argumentos para lidar com esse mundo tão complexo e tão maldoso. Você tem que ter bastante argumento. Eu mobilizo muito nesse sentido. E no mais, eu tenho que agradecer vocês por terem paciência de me ouvir, de me convidarem para vir até aqui.

L.H. – Isso nós é que temos que agradecer.

M.T. – E me coloco à disposição. Na próxima vez, vocês vão lá em São Paulo. [riso]

L.H. – Seria bom.

A.S. – Amelinha, muito obrigada, então, por compartilhar conosco a sua bonita trajetória. Obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]